



CENTRO UNIVERSITÁRIO EUROAMERICANO – UNIEURO

AVANALDO DA SILVA SOUSA

O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD)
DESENVOLVIDO PELA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF:
Sua efetividade à luz da percepção de seus alunos e instrutores.

LINHA DE PESQUISA: Estado, políticas públicas e cidadania.

BRASÍLIA – DF

2016

AVANALDO DA SILVA SOUSA

O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD)
DESENVOLVIDO PELA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF:
Sua efetividade à luz da percepção de seus alunos e instrutores.

Dissertação apresentada ao Centro Universitário
Euro-americano – UNIEURO como requisito
para conclusão do curso de pós-graduação Strictu
Sensu (mestrado) em Ciência Política tendo
como Orientador o Dr. Henry Aniagoa Kifordu.

BRASÍLIA – DF
2016

Dedico este trabalho, com sinceridade e carinho, aos meus familiares, com os quais sempre dividi alegrias e tristezas e que constituem meu maior fator de motivação na difícil tarefa de enfrentar os problemas que surgem em minha vida.

Ao meu filho Carlos Daniel, o qual me faz com prazer, direcionar todos meus bons sentimentos em prol de sua pessoa e que apesar de estar ainda em seus primeiros anos de vida, provocou mudanças significativas em meu estilo de viver.

Aos companheiros de trabalho, com quem convivo diariamente e considero minha segunda família, com os quais sempre pude contar nos momentos de dificuldades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir através de sua bondade infinita, minha existência e os recursos necessários à manutenção da vida, além da concretização de mais esta conquista, entre muitas outras que me concedeu.

Aos meus familiares pelo apoio incondicional e pela compreensão nos momentos difíceis.

Aos professores do curso, em especial ao orientador, Dr. Henry Aniago Kifordu pelos conhecimentos transmitidos e de relevante importância para a materialização desta conquista e à Dra. Lídia Xavier de Oliveira, coordenadora do curso, a qual em todos os momentos, dedicou total atenção e apoio aos alunos.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a percepção dos alunos e instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, desenvolvido nas escolas do Distrito Federal pela PMDF. Em uma pesquisa exploratória de cunho quantitativo e qualitativo, buscou-se a percepção dos alunos e instrutores do programa através da aplicação de questionários e entrevistas, além das informações contidas em pesquisas anteriores e na bibliografia a respeito do tema. Os dados obtidos permitem a análise do programa em relação a sua efetividade e funcionalidade, caracterizada por aspectos relacionados à sua eficiência, eficácia, coerência metodológica e aceitabilidade, tanto pelo público alvo quanto pela sociedade maior, nascedoura deste último.

Palavras-chave: PROERD. PMDF. Percepção. Distrito Federal.

ABSTRACT

The object of research in this study is the form assumed by the perception of students and instructors of the Drug Abuse Resistance Education – DARE, a program developed in public and private schools of the Federal District by the Military Police Department at the Federal District of Brazil. In an exploratory study of a qualitative and quantitative nature, a far reaching understanding of the program's effectiveness is empirically sought through the perception of students and instructors. The information about the perception of students and instructors is based on direct sources of documents, that is, the application of questionnaires and interviews, and additionally on indirect sources of documents such as previous research and literature on the subject. Such data permits the analysis of the program in relation to its effectiveness and functionality, other important dimensions as efficiency, methodological consistency and acceptability of the program by both target groups and the larger society from which it hails from.

Keywords: DARE. PMDF. Perception. Federal District.

LISTA DE SIGLAS

APMB - Academia de Polícia Militar de Brasília
CONEN - Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal
CMT - Colégio Militar Tiradentes da PMDF
CPCDH - Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMDF
DEC - Departamento de Educação e Cultura da PMDF
DIFORM - Diretoria de Formação da PMDF
DAE - Diretoria de Aperfeiçoamento e Extensão da PMDF
DARE - *Drug Abuse Resistance Education*
DEEC - Diretoria de Especialização e Educação Continuada da PMDF
DEA - Diretoria de Ensino Assistencial da PMDF
DPPHC - Diretoria de Pesquisa e do Patrimônio Histórico e Cultural da PMDF
DF - Distrito Federal
EE - Estabelecimentos de Ensino da PMDF
FUNPAD - Fundo Antidrogas do Distrito Federal
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
ISCP - Instituto de Superior de Ciências Policiais da PMDF
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MEC - Ministério da Educação e Cultura
NGE - Normas Gerais de Ensino da PMDF
OMS - Organização Mundial da Saúde
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas
PMERJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMDF - Polícia Militar do Distrito Federal
SENAD - Secretaria Nacional Antidrogas
SSP - Secretaria de Segurança Pública
SISNAD - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
UEE - Unidade com Encargo de Ensino da PMDF
UNODC - *United Nations office on Drugs and Crime*

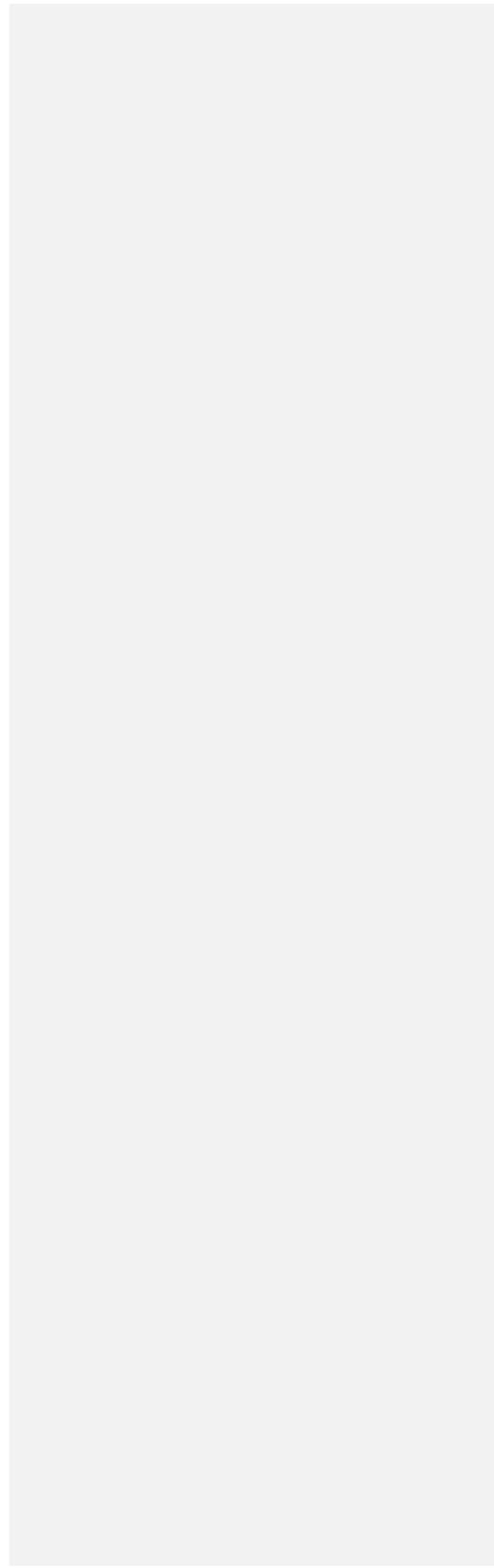
LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Perfil etário-cultural dos respondentes	86
TABELA 2 - Respondentes por escolaridade – aluno.....	97
TABELA 3 - Respondentes por escolaridade – instrutores.....	97
TABELA 4 - Notas dos alunos atribuídas à eficácia do PROERD.....	122
TABELA 5 - Percepção dos alunos a respeito de aspectos positivos do PROERD.....	123
TABELA 6 - Percepção dos alunos a respeito de aspectos negativos do PROERD....	124
TABELA 7- Percepção dos instrutores a respeito de sugestões de melhorias para o PROERD	136
TABELA 8 - Notas atribuídas pelos instrutores para a eficácia do PROERD em relação aos objetivos propostos pelo programa	138
TABELA 9 - Avaliação do PROERD pelos instrutores levando em consideração todos os aspectos que caracterizam o programa	140
TABELA 10 - Percepção dos instrutores sobre aspectos positivos do PROERD.....	141
TABELA 11- Percepção dos instrutores sobre aspectos negativos do PROERD.....	142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: MARCO TEÓRICO PARA O ENTENDER DA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS E INSTRUTORES EM RELAÇÃO AO PROERD.....	17
1.1 Considerações acerca da Natureza e Uso de drogas.....	17
1.1.1 A Classificação das Drogas conforme uso Local.....	21
1.2 A Problemática de Drogas na Sociedade.....	25
1.2.1 A Desestruturação Individual.....	28
1.2.2 A Desestruturação familiar.....	29
1.2.3 A Violência Social.....	31
1.2.4 O Custo Social e Político.....	33
1.3 Estratégias de Combate e Prevenção de Drogas.....	34
1.3.1 Legislação Antidrogas.....	35
1.3.2 Estratégias de prevenção.....	37
1.3.3 O PROERD.....	41
1.4 Um Desenho Teórico e Analítico da Percepção dos alunos e Instrutores do PROERD.....	43
1.4.1 A Natureza dos Instrutores.....	45
1.4.2 O significado da percepção.....	47
1.4.3 Relação entre Percepção e Atividade Instrutiva no PROERD.....	49
CAPÍTULO 2: PMDF E PROERD: HISTÓRIA, ESTRUTURA E FUNÇÃO VIS-À-VIS ENSINO-APRENDIZAGEM.....	52
2.1 PMDF: história, Missão, Visão e Valores.....	52
2.1.1 Considerações acerca do ensino na PMDF.....	56
2.1.2 O corpo docente da PMDF.....	58
2.2 A PMDF como instituição de ensino apta a desenvolver o PROERD.....	61
2.2.1 O Departamento de Educação e Cultura da PMDF- DEC.....	62
2.2.2 O Instituto de Superior de Ciências Policiais – ISCP.....	64
2.2.3 O Colégio Militar Tiradentes – CMT.....	67
2.3 O papel social da PMDF como instituição de ensino.....	68
2.3.1 A polícia comunitária e o PROERD.....	68
2.4 Limites e possibilidades do policiamento comunitário.....	69
2.4.1 PROERD como instrumento de ação cívica e social.....	71
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA.....	73
3.1 Considerações metodológicas.....	73
3.2 O estudo de caso como suporte metodológico.....	74
3.3 Fonte e coleta de dados.....	76
3.4 Campo geográfico da pesquisa.....	79
3.5 Tipo de pesquisa.....	81
3.6 A hipótese - guia da pesquisa.....	82
3.7 População e amostra.....	83
3.8 Fatores de influência nas variáveis analíticas.....	85
3.9 Análise e tratamento dos dados.....	87
3.10 A teoria de sustentação.....	88
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS DADOS.....	94
4.1 Procedimentos de análise.....	94
4.2 Análise dos dados coletados.....	95
4.3 Apresentação e análise dos dados coletados junto aos alunos.....	98
4.4 Apresentação e análise dos dados coletados junto aos instrutores.....	125

CONSIDERAÇÕES FINAIS 143
Referências 150
Anexos 152



INTRODUÇÃO

A preocupação central desta dissertação de Mestrado em Ciência Política do Centro Universitário Euro-Americano é a percepção dos alunos e instrutores sobre a efetividade do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) implementado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF. O programa, comumente conhecido como PROERD, é desenvolvido nas escolas públicas e particulares pela PMDF no âmbito do Distrito Federal desde 1998 e tem como objetivo desenvolver ações com o intuito de promover a prevenção contra o uso de drogas entre crianças e adolescentes em idade escolar.

Por ser um programa voltado para a integração social no Brasil e implementado pela PMDF através de vários governos desde 1998, o PROERD pode ser considerado não simplesmente uma ação pública, isto é, ordenada por um governo específico e apoiada na força institucional executiva da polícia militar, mas como parte integrada de uma política social do Estado. A envergadura deste programa faz jus à participação da PMDF na sua operação.

Além do mais, desde sua fundação em 1998, o PROERD tem atendido vários indivíduos na faixa etária entre 10 e 15 cuja origem familiar concentra-se no Distrito Federal – DF. Embora, houvesse alguns estudos relativos ao programa, nenhum tem foco na percepção que tanto os alunos quanto os instrutores têm sobre a efetividade do programa.

Para tanto, a escassez de estudos científicos e alicerçados nos fatos sobre a efetividade e continuidade de um programa social executado pela PMDF permeia a escolha do tema. A necessidade de enriquecer pela especificidade e diversidade de enfoque e de informar decisões sobre sua continuidade institucional do programa balizam a relevância do tema.

O tema nasce em função da aparente dúvida da sociedade em relação ao PROERD sobre sua funcionalidade e eficácia, bem como da capacidade de uma instituição como a polícia militar, a qual tem como missão precípua as atividades de segurança pública, em cumprir essa delicada função social de educar crianças e adolescentes.

Apesar de atuarem principalmente de forma preventiva no combate à criminalidade, comumente as polícias militares são vistas como instituições repressoras dotadas com poder de coerção e uso da força. É bem provável que no imaginário da sociedade, surge a dúvida sobre a capacidade de profissionais de segurança pública para ensinar crianças e adolescentes, demonstrando a humanidade necessária, além do mais esta dúvida pode traduzir-se em desconfiança a respeito da eficácia social do PROERD.

Pensando bem, o que se vê em nosso país, são polícias militares que utilizam meios preventivos e repressores no combate à criminalidade, inclusive em casos de homicídios, narcotráfico e uso de drogas, os quais aparentam conflitar com as atividades típicas da função de educador.

Não obstante, através deste retrato social sobre as polícias militares, está outro que exerce função social tal como educar ou prevenir o uso de drogas, ou seja, é uma função social que enquadra na missão institucional preventiva da PMDF. Assim, o PROERD existe em função de uma necessidade social e sua persistência institucional depende desta percepção positiva por parte da sociedade, do público alvo e dos instrutores diretamente envolvidos no processo.

Neste contexto, a pergunta central que convém e constitui o problema norteador da pesquisa é: Qual a percepção dos alunos e instrutores do PROERD implementado pela PMDF, a respeito de sua efetividade política-institucional e social? Essa pergunta deverá ser respondida ao final do trabalho e os resultados serão de grande utilidade para a realização de uma análise e de ajustes subsequentes do programa em diversos pontos salientes tais como sua metodologia, eficiência e eficácia e aceitação tanto política-institucional quanto social.

Em outras palavras, a pergunta se volta em torno da percepção da funcionalidade pública do programa, conforme sua execução articulada pela PMDF. Questionar de forma limiar a percepção dos alunos e instrutores quanto à efetividade do PROERD é um passo primordial mais premente do que simplesmente focar a dúvida na eficácia em termos do escopo numérico do público alvo atendido pelo programa.

A percepção contida no problema, representa a base do conhecimento a ser adquirido com a pesquisa. Ela permitirá compreender a opinião dos alunos e instrutores

do PROERD sobre a efetividade deste programa e a partir daí, responder às demais questões que necessitam de respostas e que levam à finalização do trabalho. Responder ao problema elaborado, significa obter êxito na busca dos conhecimentos pretendidos, demonstrando que a pesquisa estará prestes a ser concluída e trará uma contribuição científica a respeito do fenômeno estudado.

A hipótese que orienta a busca pelos fatos e que pode responder ao problema da percepção dos alunos e instrutores em termos de efetividade do programa é: A percepção tanto dos alunos quanto dos instrutores é significativamente favorável ao PROERD em termos de sua efetividade funcional.

Objetivo principal da pesquisa é verificar a percepção dos alunos e instrutores sobre a efetividade do PROERD executado pela PMDF e em termos específicos os objetivos são:

- Apresentar um marco teórico para o entendimento do significado da percepção, das drogas e do PROERD.

- Apresentar a estrutura institucional e organizacional da PMDF voltada para a consecução do PROERD desde sua promulgação.

- Mostrar as formas que os alunos e instrutores em seus níveis de participação no programa sentem sobre a efetividade funcional do PROERD.

Cabe destacar que as políticas públicas antidrogas no Brasil mostram-se necessárias para a redução da violência e para resgate de jovens e adultos que se tornaram usuários de substâncias tóxicas ou entorpecentes. Estes jovens e adultos tendem a cometer crimes em função de seus vícios, seja em decorrência do descontrole psíquico ou pelo cometimento de outros crimes instrumentais para a obtenção de recursos financeiros que facilitam o acesso constante à aquisição e ao uso crescente de drogas. Entretanto, a inserção no programa da PMDF, como uma instituição do Estado vinculada ao ramo executivo de governo do DF, longe de ser um papel de combate é antes uma função de prevenção dos efeitos maléficos do uso das drogas na sociedade.

Existem várias abordagens sobre a efetividade das medidas voltadas para a prevenção do uso de drogas, particular no que toca o papel da PMDF. Neste estudo, a abordagem funcionalista é premiada por representar a mais apropriada no entendimento do tema, particularmente na relação entre a estrutura funcional, as possíveis percepções dos alunos e instrutores e a efetividade do PROERD.

A abordagem funcionalista é uma corrente teórica das ciências sociais que privilegia a visão organicista da sociedade em que suas partes possuem funções específicas. Cada elemento que constitui o todo social contribui para a funcionalidade harmônica e para manutenção da sociedade. A corrente prega que há um estado de equilíbrio na sociedade, o qual se obtém quando cada parte exerce corretamente sua função de modo que ao haver falha em uma das partes, ocorre um desequilíbrio sendo necessário a adaptação de outras partes para restabelecer o equilíbrio.

Um dos principais expoentes dessa corrente é Émile Durkheim e os principais conceitos desse autor aplicados à fundamentação da pesquisa, encontram-se em sua obra: “A divisão do trabalho social” de 1893. A PMDF como órgão governamental, enquadra-se como uma das partes que compõem o corpo social e para tanto deve cumprir sua função para que a sociedade não se desestabilize.

O PROERD é um dos instrumentos que a polícia militar utiliza para cumprir sua função social que é entre outras, a de prevenção do crime. Caso a PMDF, como parte integrante do organismo social descrito pelos teóricos estruturalistas falhe nessa função preventiva de valor relevante para harmonia social, o número de usuários de drogas poderá chegar a um valor crítico, aumentando a violência e o cometimento de outros crimes, agravando a desestruturação da sociedade como um todo.

Deriva-se dessa corrente o chamado estruturo-funcionalismo ou funcionalismo estrutural idealizado por Talcott Parsons, o qual se refere a uma perspectiva dominante de antropologistas culturais e sociólogos do pós 2ª guerra mundial. O estruturo-funcionalismo reafirma a visão organicista funcionalista, entendendo que a sociedade é constituída por partes, entre as quais estão as escolas, hospitais, polícia, igrejas, e outros órgãos, os quais compõem o corpo social, cumprindo funções próprias para promover a estabilidade social.

Nesse sentido, a teoria funcionalista em seu viés estrutural, se adéqua à realidade funcional da polícia militar e aos objetivos do Programa Educacional de Resistência às drogas por ela desenvolvido, principalmente quanto á sua função social. Neste contexto, a PMDF funciona como uma parte independente de um grande organismo que representa a sociedade e seu mau funcionamento pode fazer com que este corpo também funcione mau ou até mesmo entre em colapso.

Adota-se as pesquisas qualitativa e quantitativa com a coleta de dados baseadas em aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Com intuito de reforçar a pesquisa qualitativa e os dados oriundos de questionários e entrevistas semiabertas, recorrem-se aos recursos da pesquisa documental, ou seja, documentação indireta, baseada em registros sobre os estudos e literatura pertinentes ao tema, a demanda social do programa, a frequência periódica dos alunos e a estrutura organizacional da PMDF para atender o PROERD.

Outra fonte de coleta de dados se efetivará mediante um estudo aprofundado na bibliografia existente, conjuntamente com as leis, artigos, revistas e periódicos que possuam conteúdo relacionado ao tema. A análise quantitativa e qualitativa das amostras, permite que os dados obtidos sejam analisados levando em consideração os valores numéricos em consonância com a qualidade das informações.

A análise quantitativa permitirá gerar medidas precisas e confiáveis mediante análises estatísticas, valorando em números o conteúdo das informações. A análise qualitativa permitirá valorar as informações quanto ao grau de importância e proporcionará a coleta de particularidades e posicionamentos não quantificáveis obtidos pela amostra.

Fora a introdução e conclusão, a dissertação será estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a legislação e os principais conceitos relacionados às drogas, além de sua influência e efeitos causados nos usuários, familiares, Estado e na sociedade em geral. Conceitos relacionados ao PROERD e à percepção e estratégias de prevenção antidrogas também serão comentados neste capítulo.

No segundo capítulo será apresentada uma visão geral da estrutura e do processo de ensino e aprendizagem da Polícia Militar do Distrito Federal, incluindo seu sistema de ensino. A PMDF por ser a instituição que desenvolve o PROERD no Distrito Federal,

Comentado [t1]: É muita informação desnecessária na introdução a qual precisa apenas de descrição sucinta do que se pretende, como e do que se espera da pesquisa.

necessita de um sistema de ensino adequado ao exercício de atividades didáticas e pedagógicas, capazes de suprir as exigências de cursos como o PROERD.

No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, caracterizada pelas principais técnicas que constituem o método científico. Este capítulo descreve com maior grau de profundidade o tipo de pesquisa, as técnicas de coleta e análise de dados, a fundamentação teórica da pesquisa, as justificativas, problemas, hipóteses e demais aspectos metodológicos da pesquisa.

No quarto capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa mediante análise dos dados obtidos, momento em que informações numéricas serão convertidas em tabelas ou gráficos estatísticos, os quais permitirão expressar visualmente e de forma simplificada, os valores obtidos sobre os fenômenos estudados.

Espera-se que a pesquisa após concluída, proporcione informações relevantes sobre a funcionalidade do programa, as quais poderão ser úteis para a sociedade e para a PMDF. De posse destas informações, a sociedade poderá formar uma opinião a respeito do programa e decidir conscientemente sobre a permissão para que seus filhos frequentem ou não o programa. Os gestores da PMDF, poderão utilizar tais informações para aprimorarem ou propor mudanças na metodologia do programa, caso seja detectada a necessidade de melhorias. Nesse contexto, verifica-se a relevância social da pesquisa. Ao compor uma escassa bibliografia a respeito do tema e permitir sua utilização como base para elaboração de outros trabalhos em áreas relacionadas, a pesquisa demonstra nesse contexto, sua relevância científica.

Em linhas gerais, o trabalho ao analisar a percepção dos alunos e instrutores do PROERD desenvolvido pela PMDF nas escolas públicas do Distrito Federal, busca a identificação de pontos favoráveis e desfavoráveis do programa que permitam uma análise a respeito de sua efetividade, funcionalidade e aceitabilidade.

CAPÍTULO 1: MARCO TEÓRICO PARA ENTENDER A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS E INSTRUTORES EM RELAÇÃO AO PROERD

Entender a percepção tanto dos alunos quanto dos instrutores é fundamental não apenas para determinar a importância do PROERD bem como sua continuidade pela PMDF. O programa é oferecido à população sem que esta conheça os detalhes que o permeiam, de modo que nem sempre possuem informações que indiquem se o PROERD é ou não efetivo, não tendo informações que permitam avaliá-lo para que possam decidir pela utilização do programa.

Este capítulo visa desenvolver as bases descritivas e explicativas dos sentidos possíveis da percepção dos alunos e instrutores sobre a efetividade do PROERD. Para tanto, será necessária caracterizar a natureza e consumo de drogas como prática com efeitos socialmente indesejados bem como uma atitude, seja individual ou social, negativamente associada à alteração da ordem pública, levando à participação da PMDF na sua prevenção. Além do mais, a percepção será abordada em relação, primeiro, às visões retidas pelos alunos e instrutores sobre o PROERD e, em seguida, à efetividade do programa sob a gestão da PMDF.

1. 1. Considerações acerca da natureza e uso de drogas

O uso de substâncias tóxicas e entorpecentes não é uma prática recente, o álcool tem sido consumido há milênios, principalmente na forma de bebidas fermentadas. O ópio tem sido comercializado há mais de cinco mil anos e a evolução do conhecimento humano permitiu a sintetização de drogas complexas e potentes, tendo o acesso a estas substâncias se tornado fácil com o advento das grandes navegações, as quais aceleraram a distribuição ao redor do mundo.

A história atesta que também outros tipos de drogas tem sido consumidas por seres humanos desde a antiguidade, sendo utilizadas não somente para a obtenção de prazer, mas em cerimônias religiosas e em rituais místicos. Gregos, árabes e asiáticos utilizavam ópio como medicamentos, principalmente anestésicos entre outras finalidades. Algumas religiões utilizavam vinho em suas cerimônias, fato que ocorre até hoje em rituais cristãos.

Atualmente as drogas são consumidas em grandes quantidades ao redor do mundo e no caso do Brasil, pode-se claramente verificar através dos meios de comunicação de massa, o quadro em que esta nação se encontra quanto ao tráfico de drogas, seu uso e consequências para os indivíduos e a sociedade em geral. Cada vez mais torna-se evidente que as drogas causam danos diversos aos usuários como dependência, problemas de saúde e comumente se relacionam à violência, além de gerar alto custo para o Estado.

Para melhor compreensão do que vem a ser drogas, julga-se conveniente a definição da Organização Mundial da Saúde – OMS (1993), a qual as descreve como: “qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento”.

Apesar de haver outras definições encontradas na literatura, esta da OMS é simples e abrangente e retrata bem as alterações no funcionamento de sistemas entre os quais pode-se mencionar o sistema nervoso central, alterações estas que podem justificar o comportamento alterado de usuários de drogas e suas atitudes anormais que em alguns casos levam à depressão e em outros à euforia ou a violência, entre outros sintomas.

As drogas tem se mostrado como um dos grandes males da atualidade, atingindo pessoas independente de classes sociais, gênero e idade. Seu efeito prejudicial requer a adoção de procedimentos referentes ao combate, tratamento e prevenção quanto ao uso destas substâncias, devendo o Estado, juntamente com as instituições públicas e privadas, além da sociedade em geral, se engajar nesta luta, de modo a minimizar o quadro negativo em que o país se encontra devido a utilização de substâncias tóxicas e entorpecentes.

Seria muita pretensão visualizar uma solução definitiva para o uso de drogas em nosso país, por isso uma possibilidade real seria minimizar o consumo de modo a torná-lo dentro de padrões aceitáveis socialmente. Cabe ressaltar que a definição desses padrões varia geograficamente dependendo das características de cada comunidade. De qualquer modo, a tendência é que o uso de drogas não cessem, podendo apenas ser reduzido. Para que isso ocorra, torna-se necessário o planejamento e efetivação de políticas públicas eficientes e eficazes para o êxito destes objetivos.

A existência de políticas públicas voltadas ao combate às drogas é de total relevância, recaindo principalmente sobre o Estado, a responsabilidade de implementá-las. Para situar o leitor, nesse contexto, convém observar significado de políticas públicas de Celina Sousa:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003).

A temática drogas envolve o Estado e a sociedade e requer discussões nas esferas política, policial, jurídica, médica, escolar e familiar entre outras. Como a recuperação de usuários viciados tem se mostrado complexa e cara, além de não garantir resultados positivos, a melhor opção é a prevenção, a qual pode se materializar de diversas formas, principalmente através de políticas públicas, dentre as quais convém se destaca o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a violência – PROERD, o qual constitui um dos principais focos da pesquisa.

A *United Nations office on Drugs and Crime* – UNODC se refere ao escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes. Este órgão publica anualmente o Relatório Mundial sobre Drogas, reunindo os principais dados e análises de tendências sobre a produção, o tráfico e o consumo de drogas ilegais em todo o mundo. As informações contidas no relatório são obtidas mediante questionários enviados aos países-membros e compõem um documento de referência para nortear as políticas globais sobre drogas.

No relatório de 2014, o UNODC destaca que a prevalência do uso de drogas no mundo permanece estável, trazendo os seguintes dados:

Cerca de 243 milhões de pessoas, ou 5% da população global entre 15 e 64 anos de idade, usaram drogas ilícitas em 2012. Usuários de drogas problemáticos, por outro lado, somaram por volta de 27 milhões, cerca de 0,6% da população adulta mundial, ou 1 em cada 200 pessoas (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

A respeito do relatório de 2014, o chefe da UNODC, Yury Fedotov, chama a atenção para necessidade de um foco maior na saúde e nos direitos humanos de todos os usuários de drogas. Em uma análise mais profunda do relatório pode-se observar que no período da última pesquisa, entre 162 e 324 milhões de pessoas com idade entre 15 e 64 anos consumiram ao menos uma vez alguma droga ilícita, principalmente maconha, opiáceos, cocaína ou estimulantes anfetamínicos e que aproximadamente 180 mil pessoas morreram no mesmo período em eventos relacionados ao uso dessas substâncias. O número de dependentes é de 27 milhões de pessoas, 0,6% da população mundial adulta, o que significa que a cada 200 pessoas, pelo menos uma é dependente.

Apesar da estabilidade mencionada no relatório, verifica-se que o tráfico e consumo de cocaína aumentaram na América do Sul e conseqüentemente no Brasil, país que por possuir aproximadamente metade da população do continente, torna-se vulnerável ao tráfico principalmente pelo fato de sua posição estratégica em relação à Europa, o que facilita o tráfico internacional de drogas.

O relatório aponta o Brasil como um dos maiores mercados consumidores de maconha do mundo. Quanto aos opiáceos e drogas sintéticas, afirma que o consumo destas substâncias aumentou nos Estados Unidos, Oceania, Europa e Ásia, fato explicado pela queda de preços e maior disponibilidade de produtos impulsionada pela globalização do comércio químico, o que facilitou o desvio de produtos para a produção das drogas.

Afirma-se a dificuldade de quantificar a produção mundial de metanfetamínicos e estimulantes porém o número de laboratórios desmantelados amentou principalmente no México e Estados Unidos mas a Ásia emerge como um novo mercado concentrando com a Europa, aproximadamente 80% das apreensões de “ecstasy” feitas. No caso das metanfetaminas, as apreensões mais que dobraram globalmente entre 2010 e 2012.

Os dados mostram a proliferação de novas substâncias psicoativas como um desafio: em dezembro de 2013, eram 348, contra 251 catalogadas em julho de 2012. As substâncias controladas internacionalmente são 234. O número de novas substâncias psicoativas não reguladas no mercado global mais que dobrou entre 2009 e 2013. Outro problema que está crescendo é o comércio de drogas através da internet, o qual é de difícil controle pelo fato da tecnologia permitir a ocultação da identidade dos usuários e traficantes. Verifica-se o aumento de 36% da área ópio cultivada no Afeganistão

alcançando 209 mil hectares em 2012, além do aumento da violência associada ao tráfico e a instabilidade que ele ocasiona em muitas regiões como o oeste e leste da África.

Retornado à realidade brasileira, cabe ressaltar que uma das drogas mais poderosas e viciantes consumidas no Brasil e que tem causado danos gigantescos aos usuários e à sociedade é o crack, o qual será comentado mais adiante. No momento, destaca-se que essa substância é derivada da cocaína e o Brasil ocupa a triste posição de segundo maior consumidor de cocaína do mundo. Dados da Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD, apontam que o crack sai do Peru, Colômbia e Bolívia como cocaína, entra no Brasil principalmente pelo estados do Acre, Amazonas, Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Desses estados é distribuída pelos traficantes há laboratórios clandestinos localizados principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, a cocaína chega como pasta, para virar pedra, é misturada ao bicarbonato de sódio e vendida por pequenos traficantes em toda a cidade. O preço da pedra na capital há anos varia de 5 a 20 reais, mas é possível encontrá-la por três.

Apesar de esforços do governo, a dificuldade de fiscalizar as fronteiras com a Colômbia, Bolívia e Venezuela, tem facilitado a entrada de cocaína em grande quantidade no Brasil, o qual também tem sido utilizado pelos traficantes internacionais como rota de escoamento destas substâncias para os países da Europa.

1. 1.1 A Classificação das drogas conforme uso Local

A classificação das drogas varia entre autores e entidades que trabalham essa temática, porém julga-se conveniente observar a classificação da OMS, a qual utiliza critérios ligados ao nível de periculosidade e toxicidade além da capacidade de provocar a dependência física e a velocidade em que causa a dependência.

A OMS (1993) classifica as drogas em quatro grupos distintos: Grupo 1: Ópio e derivados (morfina, heroína, etc.); Grupo 2: Barbitúricos e álcool; Grupo 3: Cocaína e anfetaminas; Grupo 4: LSD, canabinóides, tabaco, etc. Essa classificação é bastante abrangente, permitindo distinguir as drogas mediante traços característicos relacionados à sua composição, aparência e efeitos no organismo. Quanto a legalidade, as drogas no Brasil são comumente divididas em dois grupos: Drogas lícitas e drogas ilícitas.

Essa classificação das drogas em lícitas e ilícitas pode ser observada na quarta edição do livro: “Prevenção ao uso indevido de drogas - Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias” da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – SENAD, o qual assim comenta:

Drogas lícitas são aquelas comercializadas de forma legal, podendo ou não estar submetidas a algum tipo de restrição. Como por exemplo, álcool (venda proibida a menores de 18 anos) e alguns medicamentos que só podem ser adquiridos por meio de prescrição médica especial. Drogas ilícitas são as proibidas por lei (SENAD, 2011).

Esse conceito esclarece, que ao contrário do que inúmeras pessoas pensam, álcool e remédios também são drogas. Basta observar os efeitos psicoativos causados em pessoas que ingerem álcool em demasia para facilmente concluir que esta substância é um tipo de droga. No caso dos remédios, basta verificar que são vendidos nas chamadas “drogarias”, palavra que no Brasil é sinônimo de farmácia.

As drogas lícitas são permitidas pela legislação em vigor, apesar de também serem capazes de prejudicar a saúde e gerar violência. As drogas lícitas mais comuns no Brasil são o álcool e o tabaco. Já as drogas ilícitas estão em desacordo com a legislação em vigor e são consideradas mais perigosas em decorrências dos danos causados aos usuários e à sociedade em geral. O consumo e venda destas substâncias podem acarretar penas diversas perante a lei. Entre as drogas ilícitas mais comuns no país estão o crack, a maconha e a cocaína entre outras bem como remédios controlados quando consumidos sem a prescrição médica.

Outra forma de classificar as drogas se refere aos efeitos causados no sistema nervoso central. Nesse contexto a OMS (1993) as classificam como: Drogas estimulantes, drogas depressoras e drogas perturbadoras.

Drogas depressoras possuem a capacidade de diminuir a atividade mental reduzindo a atenção, a concentração e a capacidade intelectual. Entre estas substâncias encontram-se o álcool, os narcóticos como ópio, morfina e heroína além de medicamentos do tipo benzodiazepínicos entre outros.

As drogas estimulantes por sua vez, aumentam e aceleram as atividades motoras e cognitivas, aumentando também o estado de alerta e a atenção. Como exemplo destas

substâncias pode-se citar a nicotina, a cafeína, a cocaína e seus derivados além das anfetaminas e metanfetaminas.

As drogas perturbadoras faz com que o sistema nervoso central funcione de forma desordenada, afetando a percepção e os sentidos. Tendem a provocar a diminuição da memória e a concentração do usuário, perturbando seu raciocínio. Fazem com que a percepção de tempo e espaço sejam alteradas facilitando a ocorrência de acidentes diversos. Entre elas estão ácido lisérgico conhecido como LSD, a maconha e o ecstasy, entre outras.

Após conhecer as principais classificações das drogas lícitas e ilícitas, descreve-se a seguir, os principais tipos destas substâncias:

- a) **COCAÍNA:** Quimicamente conhecida como benzoilmetilecgonina, é derivada da planta *erythroxylum coca*, a qual possui propriedades anestésicas. Esta droga é normalmente consumida na forma de pó ou injetada nas veias após dissolvidas em água. Entre seus efeitos estão a sensação de euforia, de poder e de excitação, também insônia, anorexia, hiperatividade e resistência à fadiga. Seus efeitos no organismo duram por um período compreendido entre 5 e 20 minutos. Doses excessivas e consumo contínuo dessa substância podem causar convulsões, acidente vascular cerebral, hemorragia cerebral, insuficiência cardíaca e levar à morte.
- b) **HEROÍNA:** Cientificamente denominada diacetilmorfina, obtida a partir da planta *papaver somniferum* da qual se extrai o ópio e se deriva a morfina. É a partir da morfina que se processa a heroína a qual após concluída, torna-se um pó que pode ser injetado, inalado e até fumado. Suas propriedades são anestésicas e entre seus efeitos estão a apatia, náuseas, vômitos, sonolência e falta de concentração. É viciante e seu uso contínuo causa perda de peso e pode levar à morte. Após a euforia gerada vem a sonolência podendo ocorrer perda de memória.
- c) **LSD:** Também conhecido como ácido lisérgico, o qual é sintetizado a partir do fungo do centeio. É uma das drogas mais potentes elaboradas pelo ser humano. Doses pequenas na ordem de 20 a 50 milionésimos de um grama, são capazes de produzir efeitos prolongados que variam de 4 a 12 horas. Sua utilização causa distorções na percepção alterando a capacidade do usuário de perceber as formas e cores dos objetos, distorce a noção de tempo e espaço além de alucinações visuais. Após a sensação de prazer geralmente ocorre pânico, estado de exaltação, angústia e ansiedade entre outros. Um

fenômeno interessante que pode ocorrer é a fusão dos sentidos, em que o usuário pode confundir sons com imagens. Essa droga é tão potente que causa um efeito conhecido como *flashback*, em que o usuário volta a apresentar mesmo após semanas ou meses depois do uso, os efeitos típicos da droga.

d) **ECSTASY:** Metilendioximetanfetamina ou simplesmente MDMA, também conhecida como pílula do amor, é uma droga sintetizada em laboratório que pertence à família das anfetaminas. Trata-se de um estimulante psicoativo, havendo atualmente, várias pilulas com efeitos similares que também recebem o nome de ecstasy, independente de sua composição. O MDMA causa perda de líquido, alterações nos sentidos, inclusive no tato, tontura e exaustão, alterações no controle de temperatura do corpo e danos no fígado e nos rins. Dosagens elevadas podem causar ataques cardíacos e levar ao óbito. O uso contínuo pode causar amnésia e danos irreversíveis ao cérebro. Essa substância demora aproximadamente trinta minutos para atuar no cérebro e seus efeitos duram por um período que varia entre 4 e 8 horas.

e) **CRACK:** Trata-se de um derivado da cocaína processada com substâncias tóxicas como bicarbonato de sódio, amoníaco e solventes. Conhecida entre os usuários como pedra ou rocha, essa substância é fumada em cachimbos normalmente improvisados e a droga mais viciante da atualidade, causando na maioria dos casos, a dependência a partir da primeira utilização. Normalmente possui a aparência semelhante a cera ou plástico quebradiço. É bastante volátil, evaporando a cerca de noventa graus Celcius. Produz prazer intenso, porém de pequena duração, ou seja, entre 10 e 15 segundos, fato que associado à sua capacidade viciante faz com que o usuário a consuma cada vez mais. Provoca paranoias, delírios, euforia, irritabilidade, taquicardia, perda de apetite, sentimento de perseguição, insônia, autoconfiança, disposição física temporária e estado de alerta entre outros efeitos. Seu uso contínuo tem deixado os usuários antissociais, sem preocupação com a higiene, sem valores morais e agressivos, muitas vezes são comparados a zumbis, por caminharem delirando sem demonstrar noção da realidade. Essa droga é vista por muitos, como um dos problemas mais complexos da sociedade brasileira na atualidade.

f) **MACONHA:** é uma droga manufaturada através da planta cannabis sativa, a qual após processada tem aparência esverdeada ou acastanhada, parecida com o tabaco. Esta planta possui mais de quatrocentos compostos, mas o seu principal princípio psicoativo é o tetrahidrocannabinol. Alguns usuários ingerem a planta porém a forma de consumo mais usual é fumando-a. O teor de alcatrão desta planta é de aproximadamente o dobro do

tabaco, aumentando a possibilidade do desenvolvimento de câncer e outras doenças. Sua utilização contínua pode causar esquizofrenia e redução da capacidade intelectual. Entre seus efeitos estão a sensação de bem-estar e relaxamento, além da elevação temporária de sentidos como audição, olfato e paladar.

g) **ALCOOL:** É uma substância destilada a partir de compostos orgânicos contendo hidroxilas combinadas às moléculas de carbonos saturados. Quando consumido, funciona como uma droga depressora que atua no sistema nervoso central e pode causar dependência. Por ser a droga mais vendida em todo o mundo, sua utilização tornou-se um problema de saúde mundial. Seu consumo indiscriminado pode causar efeitos colaterais que variam de pessoa para pessoa, podendo ser taquicardia, insônia, anorexia, irritabilidade, depressão, autoconfiança e outros. Doses elevadas podem causar parada cardíaca e morte.

h) **TABACO:** Produto obtido através do processamento da planta do gênero *nicotiana* pertencente a família das *solanaceae*. É considerada uma droga por possuir a nicotina como um de seus princípios ativos, a qual causa dependência e doenças cardiovasculares. O tabaco é consumido em forma de fumo, rapé ou é mascado. Seus efeitos no organismo variam, podendo ser estimulante e depressor. Pode reduzir o apetite, causar insônia e irritação entre outros.

1. 2. A Problemática de drogas na sociedade

O consumo de drogas lícitas e ilícitas tem se mostrado como um dos principais problemas da atualidade. A utilização destas substâncias tem causado danos irreparáveis para seus usuários, familiares, sociedade e para o Estado. Esse mau, atinge indivíduos de todas as classes sociais e tem afetado pessoas cada vez mais jovens. Torna-se imprescindível a adoção de medidas para combater esse problema que assola não somente um grupo de países, mas toda a humanidade.

Reportando ao nosso país, não é necessário pesquisas para compreender nossa realidade em relação ao consumo de drogas e seus efeitos. Basta acompanhar as notícias pelos meios de comunicação para verificar que o quadro atual é grave e requer soluções imediatas. O consumo de álcool tem sido responsável por um número elevado de mortes no trânsito e pelo aumento da violência doméstica. Drogas ilícitas como a cocaína e seus derivados, em particular o crack, tem destruído famílias e gerado violência em uma escala

crecente em todo o país, principalmente nas capitais e diante da gravidade desse problemas, as políticas públicas existentes não conseguem dar uma solução plausível.

As localidades conhecidas como cracolândias, tem atraído viciados, entre os quais encontram-se jovens em idade escolar em que muitos deles faltam às aulas ou não retornam para suas casas por estarem a procura de drogas. Usuários que não tem condições de pagar pelas drogas, cometem assaltos com frequências ou se prostituem para obterem recursos para sustentar o vício. Nessas empreitadas acabam tirando a vida de alguém ou perdendo a própria vida. Nesse processo, o Estado tem de desembolsar recursos consideráveis na tentativa recuperar os usuários, seja com tratamentos especializados ou com gastos hospitalares para solucionar ou amenizar problemas de saúde causados pelas drogas diretamente ou pela violência decorrente.

A insuficiência de clínicas especializadas para atender a demanda crescente de usuários de drogas lícitas e ilícitas, a deficiência do sistema de saúde, a sensação de insegurança e o desinteresse dos viciados em procurar tratamento especializado, contribuem para uma evolução negativa em termos consumo de drogas e redução da violência por ela gerada. Acredita-se que a prevenção seja uma oportunidade de reduzir a gravidade do problema a médio e longo prazo. Destaca-se então a importância de campanhas educativas nas escolas, objetivando conscientizar os jovens para que não se envolvam com as drogas.

O consumo de drogas no Brasil tem sido analisado ao longo dos anos sob a ótica da legislação, havendo a preocupação da sociedade e das autoridades em criminalizar e punir aqueles que utilizam drogas. Na atualidade, a questão do uso de drogas é tratada em um novo prisma, o da saúde. Usuários dependes destas substâncias são atualmente vistos como doentes, necessitando de tratamento médico e psicológico. Nesse contexto, percebe-se que a legislação tem se adequado a essa realidade, tornando as penas mais brandas para aqueles que utilizam substâncias ilícitas.

Tratar dependentes químicos como doentes é uma realidade que ainda está se afirmando em nosso país porém o preconceito e o foco na legalidade ainda está bem visível na sociedade, fato que reduz a credibilidade de programas de prevenção e causam a exclusão social dos usuários de drogas, os quais ainda são vistos por muitos como

parasitas imorais, improdutivos e nocivos à sociedade. Em Birman (2000) faz a seguinte consideração:

Os usuários de drogas e os toxicômanos não são absolutamente criminosos. A criminalização destes indivíduos impede a aproximação deles de forma produtiva, já que dessa maneira eles são inseridos em um circuito diabólico regulado por acusações e culpabilizações. (BIRMAN, 2000).

A criminalização das drogas não está somente na legislação, mas está tradicionalmente mentalizada pela sociedade, a qual está repleta de cidadãos que, sem uma análise profunda, emite opiniões sobre dependentes químicos, os rotulando como criminosos. De fato, um percentual considerável deles são, porém para emitir julgamentos justos seria necessário conhecer totalmente a realidade de cada usuário de drogas e só depois condená-lo.

De qualquer modo, a ideia central contida no trato jurídico do uso de drogas ilícitas está na proibição de seu consumo com o objetivo de neutralizar sua utilização, comércio e danos por ela causados, seja em desfavor dos usuários ou da sociedade. Os acontecimentos tem demonstrado que a proibição do uso e venda de drogas ilícitas não conseguiram erradicar, nem tampouco reduzir sua utilização. Não há sinais que indiquem que o consumo de drogas terá fim, ao contrário disso, verifica-se que ele está aumentando e as ações de combate não obtém o êxito a que se propõe.

É necessário que as autoridades estabeleçam estratégias de enfrentamento ao problema das drogas em conjunto com a sociedade, e para que isso ocorra, convém compreender que este problema não é apenas de responsabilidade individual do usuário ou de seus familiares, mas por atingir toda a sociedade, passa a ser responsabilidade de todos.

Está claro que as ações governamentais por si só não são suficientes para solucionar o problema ou ao menos reduzi-lo à padrões aceitáveis para a sociedade. É preciso que haja o engajamento da própria sociedade e das instituições existentes, sejam públicas ou privadas, além dos indivíduos. Essa luta está longe de ser vencida, assim, torna-se importante que os setores da saúde, segurança e educação e outros serviços

públicos, além de melhorarem seus serviços, implementarem ações eficazes como resposta ao problema.

1. 2. 1. A Desestruturação individual

A dependência química, principalmente de drogas ilícitas, tem se mostrado capaz de causar danos diversos aos usuários, ao Estado e a sociedade. Neste momento, chamo a atenção para os problemas que afligem o próprio usuário. É comum as pessoas emitirem opiniões preconceituosas ao se depararem com dependentes de drogas, alegando as vezes que eles são os principais responsáveis pelo seu estado crítico e deplorável, porém elaboram esse julgamento sem levar em consideração a existência de fatores determinantes como o local de crescimento, a desestruturação familiar e a falta de oportunidades, entre outros.

A dependência química é um fator que agrava a questão das drogas. Se as pessoas usassem drogas e não viciassem, a maior parte dos problemas seria eliminada, pois a necessidade de tratamentos seria reduzida assim como a violência decorrente. As famílias teriam facilidade para lidar com seus parentes usuários e estariam menos propensas à desestruturação do grupo, porém essa possibilidade ainda é uma utopia e a dependência química é um fato. A OMS também se preocupou em definir a dependência química, conforme conceito a seguir:

Dependência química é o estado psíquico e algumas vezes físico resultante da interação entre um organismo vivo e uma substância, caracterizado por modificações de comportamento e outras reações que sempre incluem o impulso a utilizar a substância de modo contínuo ou periódico com a finalidade de experimentar seus efeitos psíquicos e, algumas vezes, de evitar o desconforto da privação (OMS, 1993).

Independente dos motivos que levam determinado indivíduo a se tornar um viciado em drogas, convém compreender que ele não causa danos apenas a terceiros mas a si próprio. O uso contínuo de drogas tende a trazer problemas de saúde diversos, porém não é só isso, há também problemas relacionados à sociabilidade, incorrendo geralmente em perda de amizades e afastamento familiar; problemas de higiene pessoal e má apresentação perante as pessoas, as quais a repudiam; dificuldade de obter emprego, o que aumenta a possibilidade de se tornar um mendigo ou um criminoso. Em resumo,

ocorre uma desestruturação individual que exclui o dependente químico da sociedade transformando-o em um marginal.

De modo geral a dependência química em estado avançado tende a fazer com que o indivíduo perca o senso de responsabilidade ignorando atividades importantes; torna-o uma pessoa aversa ao cumprimento de regras e padrões necessários ao convívio social; causa descontrole emocional e perda da razão, incorrendo facilmente em desentendimentos, brigas e agressões; se envolva em problemas conjugais diversos como adultério e fim de relacionamento; se envolva em dívidas, as quais nem sempre consegue quitar, além de outros problemas.

É nesse contexto que ocorre o declínio individual, em que o quadro do usuário apresenta ser irreversível. Sua luta contra a dependência se torna desigual, onde as drogas estão em vantagem e o usuário não consegue forças para se livrar do vício. Nesse momento desestruturação individual, é imprescindível a intervenção de terceiros para reversão do quadro e resgate do usuário.

1. 2. 2. A desestruturação familiar

Comentou-se anteriormente sobre a desestruturação individual causada pelas drogas, agora destaco outro tipo de desestruturação que estas substâncias causam, porém não individualmente, mas no âmbito familiar. Os malefícios decorrentes da dependência química afetam todos que se relacionam com o usuário, principalmente o núcleo familiar. Tal fato ocorre devido a existência fortes vínculos afetivos entre familiares, além da responsabilidade relativa ao grau de parentesco.

Devido a ser uma instituição normalmente coesa, seus integrantes tendem a passar tempo considerável juntos, dividindo experiências, problemas, alegrias e tristezas. A existência de um dependente químico neste ambiente, faz com que ele irradie seus problemas aos demais integrantes e os tornem responsáveis pelos seus atos insanos. Cria-se um sofrimento coletivo em função do usuário de drogas em que os familiares recebem uma carga sobressalente de problemas para que se possa atender as necessidades do viciado e todos os demais problemas por ele causados.

Em muitos casos a desestruturação da família é a causa de pessoas ingressarem no uso das drogas, porém a quando surge um usuário de drogas em uma família estruturada, esta tende a desmoronar. Nesse contexto cabe ressaltar:

Quando a família é acometida pela problemática da dependência química, normalmente há distorção na definição de regras, papéis e na constituição de uma identidade para esse novo grupo familiar. Frequentemente tal situação leva os filhos a papeis paternos e cria um clima em que prevalece raiva, desconfiança, culpa e tristeza. (BLACK, 1982).

Se no ambiente familiar, o usuário é um dos filhos, o lar tem maior possibilidade de se estabilizar devido a presença dos pais, os quais teoricamente estão mais preparados para cuidar de seus descendentes. Porém, quando o viciado figura entre os pais, o problema se torna mais complexo e a possibilidade de estabilização familiar é menor. As dificuldades enfrentadas pelos filhos para cuidar dos pais usuários de drogas tende a ser maior do que a situação inversa. Além disso, os pais tendem a ser exemplos para os filhos, os quais acreditam que a conduta deles são dignas de serem seguidas e se isso ocorrer, o lar entrará em colapso.

A desestrutura familiar em decorrência de membros usuários de drogas se torna visível com o desrespeito por parte do usuário, geralmente em desfavor dos pais. Em grande parte dos casos o viciado passa a subtrair dinheiro ou objetos de seu próprio lar para compra de drogas. É comum sentimentos de amor se convertem em ódio, ocorrendo a desmoralização da família frente à sociedade e muitos lares são desfeitos.

Cabe destacar que em uma família desestruturada, na qual não haja fiscalização de cumprimento de regras, pode esta situação atuar como incentivo ao uso de drogas e à violência doméstica. A experiência atesta que em um lar devidamente estruturado, em que haja bons exemplos e apoio mútuo, é menor o risco de algum membro se tornar um dependente químico,

Verifica-se então que a presença de usuários de drogas lícitas ou ilícitas no ambiente familiar, contribui para a desestruturação do lar, e de modo oposto, um lar bem estruturado, em que seus integrantes seguem boas regras e se pautam por condutas éticas e morais, reduz-se a possibilidade de seus integrantes se tornarem usuários de drogas. Destaca-se a importância de haver outros programas similares ao PROERD,

desenvolvidos em todo o país, desse modo, os resultados poderiam se elevar positivamente, havendo maior eficácia nas ações contra as drogas.

1. 2. 3. A violência social

A violência é um fenômeno que antecede a utilização de drogas, acredita-se que ela tenha acompanhado o ser humano desde o início de sua existência, portanto é anterior à própria sociedade. Atualmente a violência está presente em todas as comunidades e assim como a problemática das drogas, não há indícios de sua extinção.

Para melhor compreensão da relação existente entre drogas e violência, julga-se necessário que haja um entendimento correto destes termos. O conceito de drogas já foi anteriormente definido, e quanto a violência podemos observar:

sf (lat violentia) 1 Qualidade de violento. 2 Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade. 3 Ação violenta. 4 Opressão, tirania. 5 Intensidade. 6 Veemência. 7 Irascibilidade. 8 Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. 9 Dir Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação. Antôn (acepção 7): brandura, doçura. (MICHAELIS, 2014).

Há um consenso em nosso país, que drogas e violência caminham juntas. De fato o envolvimento com drogas geralmente envolve violência em algum momento, seja devido aos efeitos das drogas nos indivíduos, que podem deixá-los fora de controle e agressivos, seja devido aos roubos e furtos para manutenção do vício ou ainda devido ao endividamento de usuários com traficantes, fato que geralmente termina de forma trágica. Além do número considerável de malefícios causados pelas drogas, estas ainda trazem mais um fator negativo que é a sua contribuição para o aumento da criminalidade.

Entre as drogas e seus usuários existem uma categoria de pessoas que desempenham um papel determinante para o aumento do consumo de drogas e da violência a ela relacionada. Trata-se dos traficantes de drogas, os quais objetivam a lucratividade sem se preocuparem com os danos causados por sua atividade ilícita. Ao distribuírem as drogas ilegais, eles contribuem para o colapso social, esfacelando o sistema de prevenção do uso de drogas, além de contribuir para o aumento da criminalidade.

Na violência relacionada à utilização das drogas, há também a triste realidade de suicídios decorrentes de depressão pós efeito psicotrópico. Muitas drogas após provocarem uma sensação de prazer, causa depressão profunda, levando um número considerável de usuários ao suicídio.

A violência gerada pelas drogas também gera outra violência que é a do Estado contra os usuários e traficantes. O Estado para conter a ação de traficantes e consumidores, comumente se veem em situação de conflito onde o uso da força policial se faz necessário, o que mesmo sendo uma violência legalizada, aumenta as estatísticas referentes a essa temática.

Sobre a mencionada violência do Estado, é importante que não haja interpretação equivocada a esse respeito. Convém esclarecer que essa violência institucionalizada deve ocorrer em casos de extrema necessidade e de forma moderada de acordo com cada caso. Essa violência é comum em caso de conflitos armados entre traficantes do crime organizado e as forças policiais. Sobre essa violência está claramente expressa na citação a seguir:

O Estado concentrou todo o poder em suas “mãos”, amparado pelo direito racional e por leis estatutárias. Com isso, centralizou o monopólio legítimo da violência, pois a coação é um meio normal ou o único para se manter forte diante de todos, uma vez que o que está em jogo é o poder. Em face disso, o Estado moderno reclama para si esse monopólio legítimo da coação física, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. (WEBER, 2004).

Reportando ao Distrito Federal que é o local onde se desenvolve a pesquisa, verifica-se nas estatísticas, a evidência de que drogas e violência caminham juntas. Em reportagem editada pelo Jornal de Brasília no ano de dois mil e treze, disponível na home page do jornal (<http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/cidades/461631/violencia-e-drogas-problemas-que-caminham-lado-a-lado/>), segundo dados Programa Ação pela Vida, da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), obtidos com exclusividade pelo Jornal de Brasília, há uma ligação entre homicídios e o uso de entorpecentes.

Os dados afirmam que 64% das vítimas de homicídio utilizavam ou estavam sob efeito de drogas, fato que constitui a principal causa de mortes violentas no DF. Fica

evidente a necessidade de ações em favor da população e implementação de políticas públicas que ajudem a amenizar tais problemas.

1. 2. 4. O Custo social e político

Outro problema causado pelas drogas está relacionado ao alto custo que impõem ao Estado, sendo esta conta paga pelos cidadãos, os quais em sua maioria, não possuem relações com estas substâncias. Tratamentos psicológicos são normalmente necessários para dependentes químico e custam caro. Doenças como AIDS e Hepatite requerem medicamentos muitas vezes importados, chegando ao Brasil com alto percentual de impostos. Implementação de campanhas preventivas também geram despesas elevadas. Todos esses eventos consomem recursos públicos e privados que poderiam ser empregado em áreas distintas.

Além do alto custo que as drogas acarretam na área de saúde, fato similar ocorre área de segurança. As operações de combate ao crime organizado e o deslocamento de efetivo e equipamentos para áreas com grande incidência de crimes ou relacionados às drogas, tem lesado o erário público em quantias elevadas.

A área da educação também tem seus gastos na luta pela minimização dos problemas das drogas, digo minimização porque a erradicação tem se mostrado como utopia diante das experiências sociais vivenciadas ao longo da história. As escolas tem um papel importante na redução da violência e nos danos causados pelas drogas, nelas as campanhas educativas ganham força, principalmente na orientação de crianças e adolescentes e é nesse ambiente que o PROERD atua.

Para se ter uma ideia do prejuízo financeiro causado ao país pela violência em geral, incluindo as drogas, de acordo com o anuário brasileiro de segurança pública de 2014 o qual contém dados referentes a 2013, o Brasil gastou neste ano a elevada quantia de 258 bilhões de reais, equivalente a 5,4% do PIB. Desse montante, 61,1 bilhões foram destinados às polícias ações de segurança pública e 4,9 bilhões foram gastos com prisões e medidas socioeducativas.

Mesmo com tanto gasto, o sistema prisional ainda é insuficiente. O anuário informa que o déficit de vagas nos presídios brasileiros cresceu 9,8% entre 2012 e 2013 e atingiu um total de 220.057 vagas faltantes. Da população prisional, 26% encontra-se presa em razão de crimes relacionados às drogas.

Esse custo social gerado pelas drogas ultrapassa as barreiras financeiras, causando também sensação de insegurança, violência e desestruturação familiar. Os cidadãos ficam em situação de vulnerabilidade diante da gravidade do problema. A busca de apoio se torna complexa e ineficiente em decorrência da grande demanda de usuários e familiares que necessitam de ajuda, havendo a necessidade de políticas públicas que reforcem orçamentos dos setores de saúde, educação e segurança, entre outros, para que se possa dar uma resposta à altura do problema, porém ressalta-se que isso aumenta consideravelmente o custo econômico, político e social do Estado.

A prevenção e combate às drogas em nosso país, constitui uma luta intersetorial em que cada área da administração pública deve cumprir seu papel, de modo a adotar dentro de sua esfera de competências, ações voltadas à solução deste problema que atinge toda a sociedade. Julga-se importante diagnosticar as demandas sociais relativas ao problema, traçar uma estratégia e implementá-la para que se obtenha resultados favoráveis, afinal, um cidadão usuário de drogas ilícitas, além de um perigo para a sociedade, onera significativamente os cofres públicos.

Pode-se verificar que a criminalidade decorrente do uso e venda de drogas não traz custos econômicos apenas de forma direta como tratamentos médicos, gastos com ações policiais, sistema prisional e outros, mas geram também gastos indiretos como serviços que deixam de ser prestados ou impostos que deixam de ser arrecadados ou ainda prejuízos como a desvalorização de imóveis em áreas de conflito como ocorre em algumas comunidades do Rio de Janeiro.

1. 3. Estratégias de combate e prevenção de drogas

O atual quadro mundial a respeito do consumo de drogas é crítico e não poderia ser diferente no Brasil. Cada nação tem suas estratégias para conter esse problema, em nosso país, aposta-se na prevenção e na criminalização das drogas. As estratégias de

prevenção levaram as autoridades a implementarem projetos e programas como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD e a criminalização levou a elaboração de leis específicas como a Lei nº. 11.343/06, a qual entre outras medidas instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. Esses modelos voltados à prevenção e ao combate às drogas serão comentados nos tópicos que adiante seguem, iniciando-se com a legislação anti-drogas.

1. 3. 1. Legislação anti-drogas

Atualmente existe no Brasil alguns grupos favoráveis à liberação e legalização de algumas drogas ilícitas, porém até o presente momento a criminalização em relação a elas ainda está em vigor, principalmente em relação à sua produção e comercialização. O posicionamento atual é de que o crime mais grave é cometido pelo traficante, fato que induz as autoridades a atuarem com maior ênfase no combate aos que vendem as drogas. Quanto aos que usam, estes estão sendo cada vez mais compreendidos com doentes que precisam de ajuda, mas apesar desta distinção, a lei abrange tanto os casos de uso como de venda.

A legislação brasileira passou a tratar a questão das drogas com maior rigidez em 1940 com a aprovação do Código Penal Brasileiro. Na década de setenta, mais precisamente em 1976, a questão das drogas ganhou força com o advento da lei 6.368 de 21 de outubro deste ano, a qual tratou de medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas e também ao uso de substâncias entorpecentes. Em 2002 o tema evoluiu significativamente com a aprovação da lei 10.409 de 11 de janeiro deste ano a qual passou a tratar não somente da repressão e prevenção, mas também de questões relacionadas à fiscalização, controle e produção de substâncias entorpecentes, enfatizando a repressão, a produção e a comercialização destas substâncias.

Atualmente a principal legislação anti-drogas no Brasil, é a lei 11.343 de 23 de agosto de 2006. Esta lei Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes além de outras providências. Pode-se assim verificar em parágrafo único do artigo primeiro:

Considera-se drogas, as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União (BRASIL, 2006).

Esta lei expressa claramente o caráter proibitivo das drogas, não somente em relação ao seu consumo, mas nas diversas formas de exploração e obtenção destas. Nesse contexto, cabe ressaltar o artigo segundo da mesma lei:

Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso (BRASIL, 2006).

Verifica-se assim, que a proibição do texto legal, não se aplica apenas ao consumo, venda, ou porte das drogas, mas há uma preocupação com as formas de produção destas, de modo que a restrição abrange o cultivo, a colheita e a exploração de vegetais que possam se extrair as drogas.

Outro ponto relevante da legislação a respeito das drogas, se refere a questão da pena imposta aos transgressores da lei. Esse tema pode ser compreendido observando o texto da lei 11.343 adiante descrito:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:
I - advertência sobre os efeitos das drogas;
II - prestação de serviços à comunidade;
III - medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo (BRASIL, 2006).

Esse artigo, traz penas mais brandas em decorrência do texto legal se referir às atividades ilícitas relacionadas ao uso de drogas, portanto não envolvem a questão do tráfico, mas sim de usuários os quais em grande parte, necessitam de tratamento médico ou psicológico.

Quanto aos crimes de tráfico de drogas, estes constituem delitos de maior potencial ofensivo, nestes casos a legislação atribui uma pena maior, descrevendo as principais modalidades de tráfico: Pode-se assim, observar o artigo 33 da lei 11.343:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. (BRASIL, 2006).

Verifica-se que esta lei foca três modalidades criminosas, a produção, o tráfico e o uso, porém o consumo não é apenado mas sim o porte para o consumo pessoal e o tráfico. Como pôde ser verificado no art. 28 da lei anteriormente citado, está prevê penas brandas para que adquirir ou estiver portando drogas, porém para consumo próprio.

No caso do Distrito Federal, que é o local da pesquisa, a legislação relacionada às drogas tem como marco a criação do Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal – CONEN, criado pelo Decreto n. 9.359, de 01 de abril de 1986. Este conselho tem como objetivos propor a política de entorpecentes, elaborar planos, exercer orientação normativa, coordenação geral, supervisão, controle e fiscalização das atividades relacionadas com o tráfico e uso de entorpecentes e de substâncias que determinem dependência física ou psíquica, bem como exercitar outras funções em consonância com os objetivos do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes no âmbito do Distrito Federal.

Atualmente há de se destacar a Lei Complementar n. 819 de 26 de novembro de 2009, que criou o Fundo Antidrogas do Distrito Federal – FUNPAD, o qual objetiva captar e administrar recursos voltados à implementação de políticas públicas de prevenção do uso de drogas, de fiscalização e repressão do tráfico ilícito, e de tratamento, reabilitação e reinserção social de dependentes.

1. 3. 2. Estratégias de prevenção

De acordo com Cruz (1990) a prevenção ao abuso de drogas é uma atividade que deveria ser adotada como interdisciplinar, pois suas discussões estão presentes no campo da antropologia, sociologia, psicologia, pedagogia, ciências políticas e econômicas. Esse pensamento demonstra a necessidade de um esforço mútuo para conter o avanço das drogas e de suas consequências. Trata de uma luta que deve envolver diversos setores do Estado e da sociedade e diversos campos do conhecimento para que haja efetividade.

A problemática das drogas lícitas e ilícitas no país é uma realidade crônica e muito complexa que necessita do envolvimento do Estado e de toda sociedade para ser combatida. É preciso definir linhas de ação capazes de obter resultados positivos na redução do tráfico e do uso de drogas, além de propiciarem tratamento adequado para usuários compulsivos. Como o problema seria resolvido se as pessoas não usassem drogas, uma opção importante para minimizar o problema é a prevenção.

Ações de prevenção devem focar as vulnerabilidades de indivíduos e grupos suscetíveis ao uso das drogas, para isso as políticas públicas de enfrentamento devem desenvolver ações de natureza socioeducativa, com foco no conhecimento destas substâncias e seus efeitos, demonstrando os males por elas causado aos indivíduos, ao Estado e à sociedade.

A OMS sabendo a importância que a prevenção tem na redução do uso de drogas, caracterizou no campo da saúde pública, três níveis de prevenção:

Prevenção primária: caracterizada pelo conjunto de ações que procura evitar o uso de drogas, visando diminuir a probabilidade de novas pessoas começarem a usar; Prevenção secundária: conjunto de ações que procura evitar a ocorrência de complicações para as pessoas que fazem o uso ocasional de drogas; Prevenção terciária: conjunto de ações que, a partir de um uso problemático de drogas, procura evitar prejuízos adicionais e/ou reintegrar na sociedade os indivíduos com problemas mais sérios (OMS, 1993).

Esses níveis de prevenção são úteis para orientação das campanhas antidrogas em geral e focam etapas de enfrentamento da problemática que envolve os usuários de drogas. O primeiro nível foca os não usuários, envidando esforços para evitar o primeiro contato com as drogas. O segundo nível foca usuários ocasionais, cuja situação ainda não se converteu em problemas graves de saúde ou convivência social. O terceiro nível foca os usuários que estão sob o domínio das drogas, sendo prejudicados pela dependência química em estado elevado, necessitando intervenções emergenciais para reintegração à sociedade.

A prevenção deve também trabalhar a relação em família, esta instituição social constitui um grupo onde se desenvolve laços afetivos fortes, os quais podem ser usados em favor das estratégias de prevenção. Se os pais e demais integrantes do grupo familiar

abraçarem a causa, os resultados tendem a ser mais efetivos. Convém destacar o pensamento de Osório a respeito da família:

A família é e continuará sendo, a par de Seu papel na preservação da espécie, um laboratório de relações humanas onde se testam e aprimoram os modelos de convivência que ensejem o melhor aproveitamento dos potenciais humanos para a criação de uma sociedade mais harmonia e promotora do bem-estar coletivo (OSÓRIO, 1996).

A convivência em família acarreta fortes laços e vínculos afetivos entre seus integrantes e apesar da existência de inúmeros desafios e problemas cotidianos típicos dos lares brasileiros incluindo violência doméstica, o desemprego e drogas entre outros, a família desempenha um papel importante para o Estado, pois através do auxílio mútuo, desonera a responsabilidade governamental sobre as necessidades sociais. Na em vida em família, ocorre o atendimento às necessidades físicas, materiais e psicológicas, sendo um ambiente importante para tratar as questões antidrogas.

Cabe destacar que a forma mais evidente de prevenção às drogas se dá através de campanhas diversas. Em Silveira (2000) visualiza-se campanhas antidrogas focadas na redução dos prejuízos, o qual afirma:

Uma estratégia para quem não consegue ou não quer parar de consumir drogas é a diminuição de prejuízos (riscos, danos, perigos) relacionados ao uso de drogas, objetivando a redução das consequências negativas que o uso de drogas pode ocasionar. Dois exemplos são as campanhas de orientação para não dirigir após o consumo de bebidas alcoólicas e os programas de trocas de seringas dirigidos a usuários de drogas injetáveis (SILVEIRA, 2000).

O autor menciona dois tipos importantes de campanhas de prevenção antidrogas, um voltado para redução de acidentes de trânsito decorrentes do uso de drogas, mais precisamente o álcool e outro voltado para prevenção de doenças transmitidas por usuários que compartilham seringas. São duas vertentes que ainda provocam um número considerável de fatalidades e portanto necessita de campanhas preventivas para minimização do problema.

Para implementação de políticas públicas anti-drogas, se faz necessário investimentos generosos, os quais irão custear as campanhas preventivas e os projetos a

elas relacionados. Essas campanhas e projetos constituem uma forma de prevenção a curto prazo, porém a longo prazo, a prevenção está diretamente relacionada à efetividade do Estado como responsável pelo bem estar social. Este tipo de prevenção inclui ensino de qualidade, sistema de saúde adequado e condições mínimas de segurança.

Durante as campanhas e desenvolvimento de projetos de enfrentamento às drogas, em sendo detectado indivíduos que integram grupos de risco ou com grande potencialidade para ingresso no mundo das drogas, principalmente por pertencerem a famílias desestruturadas, torna-se conveniente que haja um acompanhamento familiar pelos órgãos de assistência social do Estado, a fim de evitar o primeiro contato com as drogas.

O acompanhamento familiar deve ser contínuo, focando o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, com orientações periódicas de profissionais especializados. Para isso, é necessário o remanejamento de verbas para os órgãos que vão implementar as políticas públicas de prevenção às drogas, reduzindo os entraves burocráticos que impedem a eficiência e eficácia dos projetos.

Os atendimentos ao grupo familiar requer reuniões focais nas quais as famílias recebam orientações sobre a metodologia do projeto e ações a serem adotadas, bem como encaminhamentos a outros órgãos especializados se for o caso. A realização de oficinas, vídeos e debates podem ser utilizados como meios de educação preventiva. Ao se buscar a solução de problemas no âmbito familiar, cria-se possibilidades para o estabelecimento de uma relação de confiança havendo maior abertura para relatos pessoais, o que facilita a ação dos profissionais na prevenção do uso de drogas.

De qualquer forma, é importante ressaltar que a utilização de drogas, tanto as ilícitas como as lícitas, podem trazer impactos negativos no âmbito familiar além de danos à saúde dos usuários e prejuízos diversos para a sociedade em geral. Nesse contexto, surge a necessidade de se prevenir a utilização destas substâncias na adolescência ou junto as crianças em idade escolar, tendo o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD papel importante nesse processo.

A grande ênfase que a mídia destaca em relação à violência relacionada às drogas, motiva a sociedade a exigir procedimentos imediatos para redução da criminalidade. O clamor da população obriga as autoridades a agirem na busca de soluções, porém a falta de investimentos tem causado a falta de êxito na luta contra o uso e tráfico de drogas, principalmente por frear ações preventivas.

A destinação de verbas é primordial para que as políticas públicas anti-drogas atinjam os objetivos pretendidos, focando os direitos humanos, lazer, cultura e esporte entre outros. Programas sociais de combate ao trabalho infantil, ao desemprego e à pobreza de um modo geral, tendem a contribuir para a prevenção ao consumo de drogas. Reduzir as diferenças sociais e proporcionar a inclusão social principalmente nas periferias onde com frequência os jovens encontram-se marginalizados, é uma forma importante de prevenção anti-drogas.

As políticas de prevenção não podem ter um caráter repressor nem obrigatório, os profissionais envolvidos não devem focar o tratamento ou punição, mas sim a orientação dos jovens para um ingresso na fase adulta sem a presença de drogas.

1. 3. 3. O PROERD

O Programa Educacional de Resistência às drogas e a Violência – PROERD, atua na prevenção ao uso de drogas em escolas públicas e particulares junto aos alunos do ensino fundamental. O programa é implementado pela Polícia Militar em vários Estados brasileiros e sua metodologia envolve não somente a instituição policial militar e os alunos, mas também os pais, a escola e a sociedade.

A metodologia do programa é voltada para uma interação harmônica entre os educadores policiais militares, alunos e familiares e outros especialistas envolvidos, focando orientações aos alunos e pais a respeito de fatores que influenciam ou levam ao uso de drogas, além de como se prevenir resistindo às pressões existentes.

Para melhor compreensão do que é o PROERD, este é assim conceituado:

PROERD é um programa de caráter social preventivo, que é alicerçado no programa Norte Americano Drugs Abuse Resistance Education. Que tem como objetivo prevenir o uso de drogas, orientando nossas crianças e adolescentes. Tornando possível o desenvolvimento de suas potencialidades para que alcancem de maneira concreta e plenamente seus sonhos de uma sociedade mais justa e segura (PROERD, 2014).

Sua origem data do ano 1983 na cidade de Los Angeles - Estados Unidos da América, quando houve a criação da primeira versão do programa conhecido por D.A.R.E (*Drugs Abuse Resistance Education*). Estava envolvido no processo de implementação, o Distrito Escolar e o Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles.

O programa foi aos poucos sendo disseminado aos demais Estados norte-americanos, passando a contar com apoio de psicólogos, pedagogos e outros especialistas. Devido ao seu sucesso, o programa passou a ser implementado em outros países mediante convênio. No Brasil, sua reponsabilidade e execução está à cargo das polícias militares.

O primeiro Estado brasileiro a adotar o programa foi o Rio de Janeiro em 1992, cabendo à Polícia Militar desse Estado, a PMERJ, providenciar a formação dos educadores policiais militares e aplicar a metodologia do DARE aos alunos de escolas públicas e particulares.

No Brasil, o PROERD reforça as políticas públicas anti-drogas do país e sua importância como instrumento de prevenção tem sido reconhecida no meio social e político. Outra tendência do programa é promover o civismo e a cidadania e a não violência. Sua metodologia prevê encontros durante um semestre letivo, com aulas semanais de uma hora. O material didático possui conteúdo padronizado para todos os Estados, sendo as cartilhas trabalhadas de modo a serem concluídas em aproximadamente dezessete lições.

O currículo prevê informações sobre drogas diversas incluindo o álcool e tabaco, sendo os temas problematizados em uma linguagem apropriada à faixa etária dos alunos. Cabe destacar que os alunos em momento algum tem contato com as drogas. Os conteúdos são trabalhados de forma a estimular os alunos a não se envolverem com drogas de qualquer natureza, trabalhando a autoestima e discussões diversas a respeito do tema.

Para que uma escola pública ou privada receba o programa, é preciso firmar um protocolo de Intenções com Secretaria de Segurança Pública através da Secretaria Estadual da Educação, a qual definirá as escolas em que se deseja que o programa seja desenvolvido.

1. 4. Um Desenho Teórico e Analítico da Percepção dos Alunos e Instrutores do PROERD

O PROERD assim como qualquer outro programa, envolve segmentos diversos, os quais podem pertencer ao grupo dos que usufruem dos serviços ou benefícios gerados por ele, ou ao grupo dos gestores, coordenadores, voluntários ou demais profissionais envolvidos no programa. Por se tratarem de pessoas diferentes, exercendo funções distintas, tendo cada um uma visão de mundo diferenciada, cada um terá uma percepção diferente a respeito do PROERD. Neste trabalho, a percepção que será trabalhada é a dos alunos e instrutores do programa. A visão de mundo é produto da percepção e interpretação do mundo pelo sujeito. Isto é, no esforço para compreender o mundo que nos cerca, o sujeito cognoscente postula uma visão do mundo inextricavelmente ligada ao conjunto de suas percepções.

Comentado [t2]: Nos escritos científicos, o uso da primeira pessoa singular 'eu' e segunda pessoa plural 'nos' não se aplica. Isto é, aplicação se dá de forma impessoal.

A percepção no contexto educacional se vincula à maneira pela qual os alunos percebem e adquirem conhecimentos, a relação entre docentes e discentes deve se pautar no respeito mútuo e reponsabilidades recíprocas. Pequenas falhas no processo ensino trarão mudanças na aprendizagem e serão alvo da percepção dos alunos. A percepção do instrutor deve se voltar para seu trabalho como educador e por isso deve bem conhecer sua dimensão teórico metodológica. Cabe ressaltar o seguinte pensamento de Vigotsky:

Os impulsos afetivos são os acompanhantes permanentes de cada etapa nova do desenvolvimento da criança, desde a inferior até a mais superior. Cabe dizer que o afeto inicia o processo de desenvolvimento psíquico da criança, a formação de sua personalidade e fecha esse processo, culminando assim todo o desenvolvimento da personalidade (VIGOTSKI, 1996a).

A percepção dos alunos tende a propiciar uma análise focada nos instrutores e no conteúdo transmitido devido estes estarem mais presentes em suas rotinas. A percepção

dos pais tende a voltar-se aos resultados evidenciados no comportamento de seus filhos. A percepção dos instrutores tendem a ser mais ampla devido estes possuírem uma visão holística do programa, conhecendo a metodologia, o currículo e o grupo como um todo. Este profissional acumula informações suficientes para emitir opiniões precisas e relevantes a respeito do programa, inclusive sobre sua eficiência e eficácia.

A percepção de cada instrutor não deve limitar-se ao programa e sua metodologia. Esta deve se relacionar também ao seu público alvo que são os alunos. Como educador, deve ser capaz de perceber informações importantes de cada aluno, procurando identificar pontos vulneráveis que possam levá-lo a ser um futuro usuário de drogas, assim poderá direcionar métodos e informações ao grupo de risco, o que poderá dissuadir o instruendo quanto a possibilidade de envolvimento com drogas.

Essa percepção do instrutor focada nos alunos, também pode detectar a existência de problemas particulares em cada um deles e que podem evoluir para o envolvimento com drogas. Neste caso, o instrutor deve solicitar apoio de profissionais especializados para que possam acompanhar o problema e traçar uma estratégia de trabalho, recorrendo a diferentes órgãos do poder público se necessário e até mesmo da esfera privada. Está evidente que o papel dos instrutores é essencial para o sucesso do programa. Desse modo, ser capaz de perceber as dificuldades de cada aluno é algo que pode ajudar na solução de seus problemas.

O sucesso do programa é um dos fatores que pode influenciar na satisfação pessoal dos instrutores, afinal, além de ser uma forma de reconhecimento do bom trabalho prestado, significa que sua missão foi corretamente cumprida. A realização pessoal é um fator de motivação para o educador policial militar e a percepção da importância do programa na vida dos alunos e familiares, constitui um convite e um forte incentivo à dedicar-se com afinco as causas e objetivos do programa.

Perceber que seu trabalho é capaz de resgatar uma criança do envolvimento com drogas ou de evitar que ela se torne um futuro viciado ou se envolva na violência e em crimes relacionados às drogas, é ter em mente que sua atividade é nobre e de grande utilidade pública e por isso, é digna e merecedora de respeito. É essa percepção que deve

nortear o instrutor do PROERD em suas ações, servindo de estímulo ao aprimoramento profissional e à devoção ao programa.

A percepção de si próprio, deve ser levada em consideração pelos instrutores do PROERD. Ao fazerem uma auto análise de seu comportamento e de como está desempenhando suas funções, poderá detectar possíveis falhas e adotar procedimentos corretivos a tempo de não prejudicarem a consecução dos objetivos do programa. É preciso ter em mente que um auto diagnóstico deve ser realizado com sinceridade, devendo o instrutor estar aberto à aceitação de falhas e cometimento de erros, caso contrário, não poderá corrigi-los.

O compromisso com a qualidade das instruções deve ser um fato constante na rotina do instrutor do PROERD assim como a preocupação em evoluir cada vez mais como profissional. O desenvolvimento como pessoa e uma conduta ilibada no meio social também deve ser observado por esse educador. Esse conjunto ações em favor de si próprio, será alvo da percepção de pais e alunos, constituindo um fator positivo e essencial para a credibilidade do programa.

Esses educadores devem acreditar não somente nos preceitos do programa, mas acreditar que são capazes de que sua conduta como docente se converterá em resultados positivos para os alunos. Devem se convencer que seu trabalho pode mudar a vida de muitas pessoas para melhor ou evitar que muitos indivíduos e suas famílias se desestruturem em função das drogas. Essa percepção dará a certeza de contribuição para um mundo melhor.

1. 4. 1. A Natureza dos instrutores

Ser voluntário está entre os principais critérios para que um policial militar seja instrutor do PROERD, mas é preciso ser detentor de capacidades específicas para desempenhar tal função. É preciso ter boa didática e bom trato com crianças e adolescentes. A corporação escolhe seus instrutores dentro de critérios rigorosos, entre eles pode-se citar: Estar no mínimo no bom comportamento, não está respondendo a processo ou inquérito figurando como réu ou indiciado e ter pelo menos dois ano de serviço policial militar, entre outros. Verifica-se assim, que para ser um instrutor do

programa, além de ter capacidade de desempenhar as funções inerentes às atividades educacionais, é necessário ter bons antecedentes e conduta ilibada.

O candidato após a fase de seleção são avaliados por psicólogos e respondem a entrevistas eliminatórias. Os aprovados serão submetidos a um curso de formação onde receberão os conhecimentos necessários para o desempenho de suas atribuições, podendo ainda ser eliminado caso não assimilem os conhecimentos de forma satisfatória.

O curso de capacitação enfatiza a doutrina do PROERD, ensinado técnicas e métodos de ensino direcionados ao público infantil e adolescente, além de conhecimentos específicos sobre dependência das drogas, suas causas e efeitos além do tratamento adequado, entre outros temas necessários ao binômio ensino e aprendizagem.

Após a conclusão do curso, o instrutor do PROERD terá que possuir conhecimento amplo sobre o programa e ser capaz de desenvolver as atividades de forma didática e ao mesmo tempo ser capaz de trabalhar com a comunidade e com o público infantil, passando sempre mensagens positivas, demonstrando convicção na transmissão dos conhecimentos, caso contrário não terá credibilidade, correndo o risco de ser desacreditado, o que tornará o programa sem efeito.

A natureza do instrutor do PROERD tem bases na qualificação policial militar, formação voltada para adultos. Deve o policial militar ao se tornar um instrutor do programa, compreender que irá trabalhar com um público jovem, em grande parte crianças em idade escolar. Como educador e formador de opiniões, o papel desse profissional é essencial o futuro destes jovens alunos, por isso deve estar consciente que o aprendizado de jovens requer uma didática específica. A esse respeito, Caldas (2010) afirma:

A curiosidade é natural nas crianças e Ciências é uma matéria em que o processo educativo deve se dar de forma lúdica para a melhor compreensão do processo de construção do conhecimento. Ela pode ser feita por meio de recursos de narrativa jornalística, história em quadrinhos, ou qualquer outra forma de relato. Múltiplos são os formatos e linguagens. O que importa é que 'entrem' no mundo de imaginação das crianças, possibilitando uma interação dialógica (CALDAS, 2010).

Como a formação inicial do policial militar não é voltada para o ensino e aprendizagem, mas para o combate à criminalidade, porém o programa prevê que o instrutor seja um policial militar identificado como tal. Isso exige do instrutor uma dualidade conceitual em que de um lado ele foi treinado para combater criminosos e de outro deve ser capaz de lidar com crianças em idade escolar. É nesse contexto, que se torna imprescindível uma avaliação psicológica dos candidatos a instrutores, para que se possa identificar aqueles que realmente possuem o perfil adequado para essa tarefa.

Esses profissionais atuam então como educadores sociais, e a finalidade de seus ensinamentos é a prevenção. O educador social transmite conhecimentos úteis à sociedade ao mesmo tempo que se envolve com os problemas nela existentes. Para esse tipo de educador não é necessário títulos acadêmicos, mas principalmente a capacidade e desejo de atuar junto à comunidade na solução de seus problemas.

1. 4. 2. O Significado da percepção

Apesar da percepção ser um tema enfatizado com maior veemência a partir do sec. XIX, seu conceito já era tratado por filósofos da antiguidade como Platão e Aristóteles que utilizavam esse termo em seus estudos para a compreensão do mundo. A percepção partia dos sentidos, focando o mundo e tudo que podia ser captado, permitindo ao sujeito, elaborar conceitos sobre os fenômenos ocorridos no meio em que vive.

A percepção pode ocorrer de forma distinta entre as pessoas, de modo que cada um pode perceber as coisas de maneiras diferentes. Os seres humanos captam as informações do meio através dos sentidos, construindo mapas mentais. Kevin Lynch, um arquiteto americano foi um dos primeiros a associar a percepção do meio ambiente ao comportamento e à ação humana, a partir de mapas mentais.

Os mapas mentais se referem às representações de nossas experiências de vida, representados pelo conhecimento acerca do meio em que vivemos. Esses mapas são úteis mas para armazenamento de informações no cérebro, sendo de grande valia para os educadores. Importante mencionar o pensamento de Bovo e Hermann a esse respeito:

As novas formas de educação devem inverter as ênfases tradicionais. Ao invés de, em primeiro lugar, ensinar às pessoas fatos sobre outras coisas, devemos ensinar-lhes fatos sobre elas próprias – fatos sobre a forma como podem aprender, pensar, lembrar, criar, resolver problemas, etc. (BOVO e HERMANN, 2005).

Esse contexto nos remete à necessidade de evolução da educação a fim de se acompanhar novos conceitos. Um exemplo típico é a educação social focada nas necessidades de aprendizados técnicos e profissionais. O caso PROERD retrata bem a situação, de modo que o ensino é voltado para um aprendizado que serve para a vida e para as necessidades sociais, portanto a formação do instrutor, não pode ter como base apenas o meio acadêmico, mas toda sua experiência de vida. Nesse contexto, a percepção, e a utilização de mapas mentais podem proporcionar bons resultados.

É evidente que a percepção é de total relevância para o conhecimento humano, ela permite aprender através dos sentidos. Tuan (1980) faz o seguinte comentário sobre a percepção:

Nesse contexto, convém destacar a classificação da percepção pela teoria da Gestalt, de acordo com cada sentido:

Percepção visual: é caracterizada pela recepção de raios luminosos pelo sistema visual. Compreende a percepção de formas, relações espaciais como profundidade, cores e movimentos.

Percepção auditiva: Relaciona-se aos sons captados pelos ouvidos como timbres, alturas ou frequências e outros, relaciona-se também capacidade de distinção entre tempo e espaço, permitindo distinguir o local de origem do som e sua duração.

Percepção gustativa: Refere-se ao paladar e capacidade de identificar sabores como doce, amargo, azedo e salgado. É capaz de distinguir alimentos deteriorados impedindo a intoxicação alimentar.

Percepção olfativa: Relaciona-se à percepção de odores captadas pelo nariz. Permite a distinção de alimentos diversos e seu grau de deterioração.

Percepção tátil: Permite distinguir forma e dimensões dos objetos além de sua temperatura. Esse sentido está presente em todo o corpo, mas é nos dedos e nas palmas das mãos que eles estão mais presentes.

Percepção temporal: Não existem órgãos específicos destinados à percepção de tempo além do cérebro. Esse tipo de percepção se desenvolve com a experiência e sendo assim as crianças com pouca idade têm dificuldade para lidar com esse tipo de percepção o que geralmente as impede de diferenciar o hoje do amanhã ou de ontem.

Percepção espacial: Permite a percepção de distâncias e tamanho dos objetos. Normalmente atua conjuntamente com os outros sentidos.

Percepção Propriocepção: Trata-se de uma modalidade de percepção exclusiva dos seres humanos e permite ao indivíduo ter noção de sua localização no espaço. Relaciona-se também ao equilíbrio.

1. 4. 3. Relação entre percepção e atividade instrutiva no PROERD

A percepção, conferida pelos sentidos do ser humano, permite a este formar sua experiência a respeito de tudo que o cerca. Esta experiência possui um papel importante nas atividades instrutivas do PROERD. Para que os alunos e instrutores do programa, sejam eficazes, além de conhecerem a metodologia do PROERD, ter domínio dos assuntos a serem ministrados e possuir boa didática, se faz necessário possuir uma experiência de vida na qual tenha vivenciado na prática a temática abordada e o policial militar possui essa experiência. Sua percepção dos acontecimentos e suas vivências de acontecimentos envolvendo traficantes, usuários de drogas e a violência por ela gerada, faz desse profissional, a melhor opção para transmissão dos conhecimentos inerentes ao programa.

A percepção também é responsável pela visão de mundo de cada pessoa. A visão de mundo dos instrutores irá influenciar não somente na transmissão dos conhecimentos aos alunos, mas também na forma de compressão destes em relação aos conteúdos apresentados. A percepção dos instrutores e sua visão de mundo não devem entrar em conflito com a metodologia do programas ou interferir em sua interpretação dos conceitos dos assuntos pertencente ao conteúdo programático. Como educador social, a experiência de vida em sociedade irá complementar com fatos ocorridos na prática, os ensinamentos teóricos destinados aos instruídos.

Qualquer tipo de ensino deve prezar pelo correto aprendizado, proporcionando uma educação voltada para o crescimento intelectual e moral dos alunos e desse modo, tanto a percepção dos educadores como a dos alunos, com suas experiências de vida em contextos e momentos distintos, irão influenciar na relação ensino e aprendizagem. Assim, a percepção dos instrutores irá influenciar na qualidade do ensino enquanto a percepção dos alunos irá influenciar na aprendizagem.

Não somente os instrutores do PROERD devem ter a percepção de que as instruções ministradas visam entre outros fatores, o desenvolvimento da cidadania. Para que uma criança possa ser um cidadão pleno, com direitos e deveres, não deve se envolver com drogas, as quais podem prejudicar esse processo. Convém mencionar os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, os quais afirmam:

Eleger a cidadania como eixo vertebrado da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que as favoreçam. Isso se refere a valores, mas também a conhecimentos que permitem desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva (BRASIL,1997).

A percepção também se relaciona às atividades instrutivas do PROERD no quesito avaliação, seja na avaliação do aluno em relação ao instrutor, seja na avaliação do instrutor em relação ao aluno ou na percepção da família ou da sociedade em relação ao programa. Lembro que o foco da pesquisa é a percepção dos alunos e instrutores em relação ao PROERD. As avaliações são fundamentais para compreensão da eficiência e eficácia do ensino e aprendizado e detecção de falhas diversas do processo, as quais poderão ser corrigidas sem causarem danos, caso sejam percebidas em tempo hábil.

A percepção dos instrutores sobre o PROERD, resulta não somente dos conhecimentos por eles adquiridos em sua formação acadêmica, mas da vivência diária na atividade de ensino e nas relações interpessoais entre alunos e demais envolvidos no programa. Suas crenças, experiências e valores constituem conhecimento sobre o curso e seus efeitos, possibilitando ações de correção de possíveis falhas e contribui para melhoria dos pontos considerados bons. Neste sentido, a percepção além de ajudar no processo avaliativo, pode ajudar na evolução de alunos, instrutores e do próprio programa.

Neste ambiente educacional, é a percepção que vai proporcionar juízos e opiniões necessárias à análise do programa e da atuação de todos os envolvidos. Também permitirá a correta orientação e esclarecimento aos alunos e familiares sobre os conteúdos existentes, à empatia que há entre instrutores e alunos, à detecção de alunos propensos à utilização de drogas, aos aspectos positivos e negativos do programa e à credibilidade na transmissão dos conhecimentos, entre outros. Enfim, é a percepção o principal fator que permite uma compreensão global dos acontecimentos, portanto é essencial e na relação ensino e aprendizagem, incluindo-se nesse processo, o PROERD.

CAPÍTULO 2: PMDF E PROERD: HISTÓRIA, ESTRUTURA E FUNÇÃO VIS- Á-VIS ENSINO - APRENDIZAGEM

Este capítulo relata a história e descreve a estrutura de apoio junto com a função da PMDF na prevenção do uso de drogas, levada ao efeito pelo PROERD. Seu intuito é instrutivo uma vez que a resposta em termos da percepção dos alunos e instrutores em torno da efetividade do PROERD passa antes pela forma que a própria PMDF é estruturada, organizada e procura atender à demanda social pelo PROERD. Neste sentido, o capítulo consiste às informações sobre a forma que se dá o processo de ensino e aprendizagem sob os auspícios da PMDF e as expectativas institucionais de que o mesmo implique êxito no desenvolvimento do programa.

Para que a relação entre ensino e aprendizagem ocorra harmonicamente, de modo que haja eficiência e eficácia na transmissão de conhecimentos e também na aquisição destes, faz-se necessária a existência de recursos voltados ao desenvolvimento dos métodos e técnicas de ensino. Isso envolve o local para a realização das aulas, professores qualificados e metodologia adequada entre outros fatores.

Por ser um programa educacional, o PROERD envolve o binômio ensino e aprendizagem, principalmente por haver a transmissão de conhecimentos entre professores/instrutores e alunos e desse modo requer os recursos anteriormente mencionados. A PMDF, por ser uma das instituições que desenvolve o programa no Brasil, deve possuir os recursos necessários para realização de um curso de qualidade e nesse contexto, seu sistema de ensino se torna primordial para consecução de seus objetivos relacionados ao PROERD. Nos tópicos que adiante seguem, serão apresentadas informações sobre como se dá o processo de ensino e aprendizagem na PMDF, fato relevante para a obtenção de êxito no desenvolvimento do programa.

2.1- PMDF: história, Missão, Visão e Valores

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) é uma instituição militar bicentenária e desde a transferência da família real portuguesa para o Brasil, cumpre a difícil missão de proporcionar segurança aos membros do poder constituído e aos cidadãos, incluindo o patrimônio público e particular. Atualmente a missão da PMDF está descrita no art. 144 da Constituição Federal brasileira.

O planejamento estratégico da PMDF para o período de 2011 a 2022 (PMDF, 2011), sintetiza a intenção da instituição para aquisição da excelência profissional mediante a adoção de diversas medidas estratégicas que envolvem a instituição como um todo. Entre os diversos assuntos tratados nessa publicação, pode-se verificar a história, a missão, a visão e os valores institucionais, os quais encontram-se resumidamente descritos adiante.

De acordo com o mencionado plano, assim surge a PMDF

A história da Polícia Militar do Distrito Federal começa no século XIX, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, por causa do bloqueio continental e da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Dom João VI, o príncipe regente, e sua corte necessitaram de uma grande estrutura no Brasil-Colônia e, com isso, promoveu-se um grande desenvolvimento no País com a abertura de portos, a criação da Biblioteca Pública, do Arquivo Militar, da Academia de Belas Artes, do Jardim Botânico e de outras instituições que estruturaram o país.

Aos moldes da já existente Guarda Real de Polícia, uma instituição militar, em 13 de maio de 1809, D. João VI cria a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, primeiro núcleo da Polícia Militar do Distrito Federal, que tinha a missão de guardar e vigiar a cidade do Rio de Janeiro. Essa divisão também foi chamada de Corpo de Quadrilheiros.

Após ser rebatizada algumas vezes, a Polícia Militar do Distrito Federal foi transferida do Rio de Janeiro para a nova capital da república, Brasília. Em agosto de 1965, o diretor do então Departamento Federal de Segurança Pública baixou normas para que o comandante geral da corporação, naquela época sediada no Estado da Guanabara, instalasse na nova capital uma unidade administrativa com efetivo orgânico de uma Companhia de Polícia Militar. A finalidade dessa companhia era executar o serviço de trânsito do DF.

A PMDF foi instalada na atual capital somente em 1966, com profissionais vindos da PM do Rio de Janeiro, oficiais do Exército Brasileiro e mais alguns remanejados de outras instituições de segurança pública, em virtude da reorganização do DF em Brasília.

Nesses 206 anos de existência, a Polícia Militar do Distrito Federal dedica-se à segurança pública da capital federal, atuando em todas as regiões do DF e trabalhando dia e noite para o seu bem-estar, sempre sob o lema: Polícia Militar – Muito mais que segurança. (PMDF, 2011, p.25)

Sobre a Missão da PMDF, verifica-se duas vertentes: A missão definida pela instituição como lema para realização de seus objetivos, esta se encontra descrita no seu Plano Estratégico, e a missão prática, a qual se relaciona às ações de segurança em favor

do Estado e da sociedade, esta está definida na legislação do país e pode ser vista na Constituição Federal de 1988.

Quanto a missão definida pela instituição verifica-se em (PMDF, 2011): “Promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, baseando-se nos direitos humanos e na participação comunitária”.

Sobre a missão da Polícia Militar definida na legislação, esta não se resume a um grupo de procedimentos que possam ser delimitados de forma coerente já que a emergência policial ocorre em diversos níveis de necessidades e em situações que exigem uma pronta resposta, associada ao fato de que o telefone público de emergência mais conhecido da população é o 190, mas essa missão está prevista no texto constitucional como adiante se vê:

Ás polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil” (C.F., 1988, art. 144 § 5º).

A polícia ostensiva refere-se à atividade policial que é de relance identificada pelo cidadão pelo fato da utilização de uniformes característicos, podendo ser os policiais militares reconhecidos com facilidade mesmo há distâncias consideráveis. Essa ostensividade permite um acionamento mais célere e como consequência, maior probabilidade do crime ser evitado.

A preservação da ordem pública traz em seu conceito, uma quantidade inesgotável de ações para que esse fim seja atingido mesmo porque ordem pública é algo vago e de difícil definição. Assim, a preservação da ordem pública engloba a manutenção da ordem do Estado em geral, principalmente o bem social, utilizando-se de ações coativas com a finalidade de coibir óbices e fatores diversos que ameacem à convivência pacífica em sociedade. Tais ações coativas são realizadas por órgãos judiciais, policiais, prisionais, promotorias públicas e outros, além dos próprios membros da sociedade.

Nesse contexto, importante é a questão da segurança pública, em que a PMDF atua diretamente e em conjunto com os demais órgãos integrantes do sistema de segurança pública do Distrito federal, sobre esse tema, afirma o texto constitucional:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
 - II - polícia rodoviária federal;
 - III - polícia ferroviária federal;
 - IV - polícias civis;
 - V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.”
- (CF,1988,Art. 144)

Vemos que a segurança pública é dever do Estado, porém responsabilidade de todos, fato ignorado por grande parte da população, que depositam na PMDF, uma responsabilidade exclusiva nas ações de segurança pública, sem se preocupar em participar dessas ações na tentativa de minimizar as mazelas sociais referentes às questões de segurança.

Quanto a visão institucional, esta se refere a como instituição quer ser vista futuramente. Trata-se de desejos ou aspirações focadas nos objetivos da instituição com foco que naquilo que ela deseja alcançar. Trata-se então de suas intenções futuras para a busca da excelência profissional.

De acordo com o Plano Estratégico da PMDF, sua visão está definida como:

Ser reconhecida como instituição policial moderna e de referência nacional na prevenção e na repressão imediata da criminalidade e da violência, pautada na defesa e respeito aos direitos humanos, na filosofia de policiamento comunitário, na análise criminal, no policiamento orientado para o problema e na qualidade profissional de seus integrantes. (PMDF, 2011, p. 33)

Quanto ao valores institucionais, pode ser verificado de acordo com o *site* <http://www.administradores.com.br>, que estes podem ser definidos como: “crenças e atitudes que dão uma personalidade à empresa, definindo uma ética para a atuação das pessoas e da Organização como um todo”.

Nesse sentido vemos em (PMDF, 2011) que a PMDF define em seu planejamento estratégico, os seguintes valores conforme adiante descritos: “São valores da força policial militar do Distrito Federal: A honestidade; A ética profissional; O cientificismo; O respeito aos direitos humanos.

É consenso que uma instituição que estabelece e segue princípios e valores, demonstra credibilidade ao seu público alvo além do desejo de atingir elevado grau de excelência profissional. No caso da PMDF, que é a instituição que desenvolve o PROERD, curso que por características próprias e por lidar com crianças e adolescentes, requer não só a qualidade desejada, mas também elevado grau de confiança e credibilidade por parte da população que desejar ter seus filhos matriculados nas aulas do programa em questão.

2.1.1 Considerações acerca do ensino na PMDF

A capacitação do Policial Militar é um fator preponderante para uma atuação profissional em qualquer força policial e a necessidade de formar profissionais com alto padrão de excelência em quesitos como profissionalismo, ética e capacidade técnica entre outros, requer um sistema de ensino complexo e eficaz, além de eficiente. Nesse contexto, verifica-se que a PMDF se preocupou em desenvolver um sistema de ensino que se adequasse às suas necessidades.

Com um efetivo que ultrapassa 16.000 policiais militares, a formação desse contingente requer constantes cursos de formação, extensão, aperfeiçoamento e educação continuada, além de instruções diversas a respeito de métodos, técnicas e táticas policiais, entre outros assuntos.

A metodologia do ensino constitui um fator importante para o aprendizado, devendo propiciar com precisão a transmissão e aquisição de conhecimentos entre docentes e alunos. Qualquer sistema de ensino que procure ser eficiente e eficaz, necessita adotar uma metodologia adequada e coerente aos seus objetivos. Desse modo, trocas de experiências entre órgãos de educação podem favorecer o desenvolvimento de metodologias mais eficientes e eficazes e uma integração que permita um ensino melhor.

Nesse contexto, cabe mencionar os dizeres contidos na Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de segurança pública, a qual afirma que a metodologia deve:

Favorecer uma ambiente de formação aberto, ou seja, que vá além dos muros dos centros de ensino, contemplando atividades que favoreçam aos alunos o contato e o intercâmbio com todos os órgãos de Segurança Pública, comunidades, ONGs, instituições de ensino, bibliotecas. (MJ, 2009, p. 47)

Assim tem se mostrado o sistema de ensino na PMDF, com metodologia própria, porém intercambiável, interagindo com a metodologias dos demais órgãos de segurança buscando aprimorar a relação ensino e aprendizagem. A evolução desse sistema de ensino objetiva propiciar à PMDF, além do desenvolvimento da formação de seus integrantes e dependentes, se envolver em projetos sociais como o PROERD, o qual envolve uma metodologia focada em métodos e técnicas de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, seu sistema de ensino permite a atuação em uma área educacional divergente em relação à formação de seu quadro de policiais, passando a tratar com a educação de crianças e adolescentes, os quais possuem características muito diferente em relação aos adultos e requer uma metodologia diferente para a transmissão de conhecimentos.

Verificou-se que o sistema de ensino da PMDF tem como base o ensino policial militar, o qual é desenvolvido por diversos órgãos pertencentes à instituição e é regido por legislação própria. O principal órgão de ensino da PMDF é o Departamento de Educação e Cultura – DEC, responsável pela formação, especialização e aperfeiçoamento da tropa e pelas demais ações de ensino e aprendizagem da corporação.

Cabe destacar que o ensino policial militar se apresenta como um processo dinâmico e contínuo, evoluindo ao longo dos anos e objetivando a formação de profissionais com alto padrão de excelência, que sejam capazes de desenvolver as atividades de segurança pública típicas da atividade policial militar.

De acordo com a portaria PMDF 917 de 05 de agosto de 2014, (PMDF, 2014), a qual estabelece as normas gerais de ensino da corporação e regulamenta as diretrizes, o planejamento, a coordenação, a fiscalização e o controle das atividades de ensino, o sistema de ensino da PMDF constitui-se dos seguintes níveis: “I – Educação Básica; II – Educação Técnico-Profissional; III – Educação Superior.”

A educação básica constitui o ensino fundamental e o ensino médio, ficando sua responsabilidade a cargo da Diretoria de Ensino Assistencial – DEA. Esta educação é voltada para os familiares dos integrantes da corporação e para a sociedade em geral, visando promover o desenvolvimento do discente em consonância com o comprometimento pedagógico, com os princípios da ética, da cidadania e do patriotismo,

possibilitando-o responder aos desafios do mundo, bem como ser um indivíduo crítico e participativo nos processos de melhoria da sociedade.

A Educação Técnico-Profissional compreende os cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento oferecidos em Estabelecimentos de Ensino - EE ou Unidade com Encargo de Ensino - UEE da PMDF e outros órgãos de Segurança Pública. Essa educação é responsável pela transmissão de conhecimentos técnicos aos policiais militares para que aprendam a desenvolver corretamente suas atividades profissionais. Apesar de focar o público interno da corporação, ela é oferecida a integrantes de outras instituições militares e civis e até da comunidade, mediante cursos diversos.

Quanto a educação superior, esta compreende os cursos com titulação no âmbito acadêmico civil, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC e demais órgãos competentes, constituindo as de graduação, pós-graduação e extensão. Para essa vertente educacional, a corporação segue a legislação de ensino nacional, observando criteriosamente as diretrizes do Ministério da Educação e cultura, tendo como padrão, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB.

Verifica-se que o sistema de ensino da PMDF abrange não somente a formação técnica e profissional do policial militar, mas atua na formação fundamental, média e superior, possuindo órgãos específicos encarregados de cada nível educacional. É esse sistema de ensino que mantém o funcionamento do PROERD, mantendo uma estrutura responsável pela formação dos instrutores, pela logística necessária ao funcionamento do curso e pelos trâmites necessários à implementação do programa junto às escolas públicas e privadas do Distrito Federal.

2.1.2 O corpo docente da PMDF

O corpo docente da PMDF é constituído basicamente por duas figuras principais de educadores, os professores e os instrutores. Os professores possuem formação acadêmica voltada para a atividade docente enquanto que os instrutores possuem capacitação técnica para transmissão de conhecimentos voltados para a atividade policial militar. Em ambos casos, devem estes educadores possuir conhecimentos comprovados que os habilitem a desempenhar as atividades relacionadas ao ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, pode-se verificar nas Normas Gerais de Ensino da PMDF - NGE:

O corpo docente dos EE e das UEE deve ser constituído por policiais militares instrutores ou docentes civis portadores de habilitações e títulos exigidos para o exercício de docência, de acordo com a legislação vigente na Corporação.

§ 1º A titulação mínima exigida para os instrutores e docentes contratados, de acordo com os níveis, deve ser a seguinte:

I – Ensino Médio: graduação em nível superior;

II – Ensino de Nível Superior: pós-graduação em Nível Superior (*lato sensu*), com, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do corpo docente constituído de possuidores de titulação de Mestrado ou Doutorado (*stricto sensu*), nos casos dos cursos oferecidos pelo DEC, regidos por legislação do MEC. (PMDf, 2014, art. 19)

A habilitação e titulação exigida para professores e instrutores, além de cumprir requisitos normativos, objetivam uma seleção voltada para o padrão de excelência desejado. Um ensino de qualidade requer a atuação de educadores altamente capacitados e envolvidos com a atividade educacional. A didática necessária também não pode ficar em segundo plano, devendo o educador ser capaz de transmitir eficazmente os conhecimentos pretendidos.

No caso do PROERD, além da qualificação exigida, os educadores são policiais militares uniformizados, isso é uma exigência metodológica do curso, o qual é originalmente norte-americano e deve ser seguido conforme planejamento pré-estabelecido. Apesar de soar estranho a figura de um policial fardado em sala de aula transmitindo conhecimentos para alunos de pouca idade, afirma-se que tal procedimento objetiva maior impacto e credibilidade na transmissão das informações, de modo a orientar as crianças e adolescentes a não se envolverem com drogas e refletirem nas consequências de suas atitudes.

A corporação demonstra exigir dos instrutores policiais militares, alto grau de disciplina e de respeito à hierarquia, elevado padrão ético e moral, profissionalismo e dedicação, visto que estes requisitos além estarem na base dos princípios institucionais, objetivam contribuir para a obtenção de um ensino de qualidade, desejo de todas as instituições de ensino do país, porém algo complexo de se conseguir. Para se ter uma visão dessa complexidade e como difícil é a atuação dos educadores, convém observar a seguinte afirmação:

A atividade ensino é uma prática social complexa, carregadas de conflitos de valor e que exige posturas éticas e políticas. Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais,

sensibilidade, indagação teórica e criatividade para encarar situações ambíguas, incertas, conflituosas, e por vezes violentas, presentes nos contextos escolares e não escolares. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 14)

Está evidente a atividade de docente é algo complexo e difícil e as dificuldades tendem a se agravar quando se é um instrutor do PROERD. Lidar com alunos em idade reduzida e tratar de assuntos polêmicos como o uso de drogas, difere consideravelmente das demais atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Percebe-se uma linha tênue entre o que se pode ou não falar sobre o assunto drogas e violência para um público tão jovem, pois uma informação mau transmitida ou entendida, pode se transformar em um problema junto aos alunos e familiares, trazendo consequências graves.

Para que se possa ter uma visão melhor entre as atividades de professor e de instrutor, visto pode haver confusão na identificação destas figuras, convém destacar que para os instrutores, não são exigidos uma titulação acadêmica como no caso dos professores, mas sim, uma formação técnica em áreas específicas e devidamente comprovada, que demonstre a capacitação para a atividade pretendida, além do domínio dos conhecimentos, é necessário que o instrutor tenha uma didática adequada à correta transmissão dos conhecimentos.

Os instrutores em geral transmitem conhecimentos voltados à profissionalização de seus alunos, também denominados instruendos, repassando conteúdos que abrangem, métodos, técnicas e estratégias para o desenvolvimento de ações de cunho prático no exercício da profissão ou de atividades sociais diversas.

O instrutores tem como foco primordial a reprodução de saberes que visam o adestramento dos instruendos para o exercício de ações padronizadas, normalmente embasadas na repetição de técnicas e ações pré-estabelecidas, repetindo caminhos rotineiros já trilhados por outros instrutores e instruendos.

Já os professores necessitam possuir uma titulação acadêmica e seus conhecimentos focam o desenvolvimento intelectual amplo mediante metodologia de cunho científico, visando preparar o aluno para uma formação acadêmica através de discussões e problematizações embasadas nos diversos campos do conhecimento, não se

restringindo à técnica formal, buscando além das competências técnicas, as competências teóricas e a inteligência cognitiva.

Para melhor definição e compreensão destas duas categorias de educadores, convém observar os seguintes conceitos:

professor: *sm (lat professore)* **1** Homem que professa ou ensina uma ciência, uma arte ou uma língua; mestre. **2** Aquele que é perito ou muito versado em qualquer das belas-artes. **3** O que professa publicamente as verdades religiosas. *P. catedrático*: professor titular de curso secundário ou superior. *P. régio, ant*: professor nomeado pelo Governo para reger uma cadeira de instrução primária ou de liceu. (MICHAELLIS, 2015)

instrutor: *adj+sm (lat instructore)* **1** Que, ou aquele que dá instruções ou ensino. **2** Que, ou aquele que adestra. **3** Aplica-se ao juiz a quem cumpre instruir um processo. (Ibidem)

Verifica-se entre outros pontos, que o professor é o educador que transmite conhecimentos de cunho científico enquanto o instrutor transmite conhecimentos técnicos voltados para o adestramento e à prática. Ambos são educadores e enfrentam dificuldades semelhantes assim como desenvolvem funções com o mesmo objetivo, que é o de ensinar.

2.2 A PMDF como instituição de ensino apta a desenvolver o PROERD

Apesar PROERD ter sido criado para ser desenvolvido por uma instituição policial ostensiva, ou seja, em que os policiais trabalhem fardados, ainda assim se faz necessário que a instituição seja capaz de lidar com a atividade de ensino, visto que a relação ensino aprendizagem se mostra relevante para o êxito pretendido junto aos alunos.

Pretende-se neste momento do trabalho, discorrer sobre a aptidão da PMDF para desenvolver o PROERD, fato que pode soar contraditório visto que trata-se de uma instituição voltada para a atividade de policiamento e não para a educação regular. Nesse contexto, joga-se conveniente apresentar os principais órgãos de ensino da PMDF, os quais espera-se que possam fornecer informações que demonstrem estar a instituição apta a desenvolver o programa. Desse modo, segue adiante, informações sobre os principais órgãos que compõem o sistema de ensino da PMDF.

2.2.1 O Departamento de Educação e Cultura da PMDF- DEC

Na PMDF, os departamentos são órgãos de direção geral, organizados sistematicamente, cada um deles possuem em sua estrutura, uma seção administrativa e uma assessoria técnica com atribuições a serem definidas por regimento interno de cada órgão e que deve ser aprovado pelo Comandante-Geral da Corporação. O DEC é o departamento que tem a atribuição gerir todas as atividades de ensino da PMDF, sendo assim, o PROERD também é de sua responsabilidade.

De acordo com o decreto distrital nº 31793 de 11 de junho de 2010, assim define-se as atribuições do DEC:

Ao Departamento de Educação e Cultura compete planejar, coordenar, fiscalizar e controlar as atividades de ensino e pesquisa no âmbito da Corporação, visando qualificar o seu pessoal para a ocupação de cargos e para o desempenho de suas atribuições. (DISTRITO FEDERAL, 2010)

O DEC para desenvolver suas atividades conta com uma estrutura ampla compostas por diretorias e estabelecimentos de ensino. Estas diretorias constituem órgãos de direção setorial, desempenhando atividades de ensino em suas esferas de atuação de modo a assessorar o departamento em suas atribuições.

Compõem o DEC as seguintes diretorias: Diretoria de Formação – DIFORM, Diretoria de Aperfeiçoamento e Extensão – DAE, Diretoria de Especialização e Educação Continuada – DEEC, Diretoria de Ensino Assistencial – DEA e Diretoria de Pesquisa e do Patrimônio Histórico e Cultural – DPPHC.

A Diretoria de Formação tem a responsabilidade de promover a formação de oficiais e praças da PMDF, assegurando a qualificação inicial, para o desempenho das funções das carreiras policiais militares, compreendendo as seções: Administrativa, Seção de Apoio ao Ensino e Academia de Polícia Militar,

Também cabe a esta diretoria executar as diretrizes educacionais estabelecidas na Lei de Diretrizes Básicas do Ensino Superior do Ministério de Educação e propor termos

de cooperação técnica, convênios e parcerias com outros organismos públicos e privados de áreas afins.

Quanto a Diretoria de Aperfeiçoamento e Extensão, esta tem a finalidade de promover o aperfeiçoamento dos quadros de pessoal da corporação, realizando os cursos necessários à ocupação de cargos e o desempenho de funções, compreendendo as seguintes seções: Seção Administrativa e Seção de Apoio ao Ensino além de manter o Centro de Altos Estudos e Aperfeiçoamento da PMDF.

Em relação à Diretoria de Aperfeiçoamento e Extensão, esta tem a responsabilidade de promover cursos de extensão, especialização *lato sensu* e *stricto sensu*, visando ampliar os conhecimentos e as técnicas adquiridas em cursos anteriores, necessários para a ocupação de cargos e o desempenho de funções na Corporação; promover o aperfeiçoamento dos oficiais e praças da corporação, visando a atualização e ampliação dos conhecimentos necessários para a ocupação de cargos e o desempenho de funções de maior complexidade além de executar as diretrizes educacionais estabelecidas na Lei de Diretrizes Básicas do Ensino Superior do Ministério da Educação.

Outra diretoria que compõe do DEC é a Diretoria de Especialização e Educação Continuada, a qual compete promover a especialização e a educação continuada dos policiais militares da corporação, compreendendo as seguintes seções: Seção Administrativa; Seção de Apoio ao Ensino; Centro de Treinamento e Especialização, o Centro de Capacitação Física e o Centro de Treinamento do Uso Progressivo da Força.

A próxima diretoria a ser mencionada é a Diretoria de Especialização e Educação Continuada. Esta tem a competência de promover a especialização dos policiais militares, capacitando-os ao desenvolvimento de competências cognitivas, operacionais e atitudinais específicas visando o desempenho de funções que exijam conhecimentos e práticas especializadas, além de promover a manutenção dos conhecimentos adquiridos em cursos regulares, de maneira a sedimentá-los, uniformizando procedimentos e doutrina.

Já a Diretoria de Ensino Assistencial, a esta compete orientar e supervisionar os ensinamentos de nível fundamental e médio aos dependentes de militares e integrantes do

sistema de segurança do Distrito Federal e da população, compreendendo as seguintes seções: Seção Administrativa e Seção de Apoio ao Ensino além do Colégio Militar Tiradentes integrante do Sistema de Ensino do Distrito Federal.

Também compete a esta diretoria, implantar, coordenar e controlar as atividades exercidas pelo Colégio Militar Tiradentes, conforme as normas e orientações do sistema de ensino do Distrito Federal; executar as diretrizes educacionais estabelecidas na Lei de Diretrizes Básicas do Ensino Fundamental e Médio do Ministério de Educação e propor termos de cooperação técnica, convênios e parcerias com outros organismos públicos e privados de áreas afins.

A última diretoria do DEC se refere é a Diretoria de Pesquisa e do Patrimônio Histórico e Cultural, a qual tem a missão de desenvolver ações visando a preservação do patrimônio histórico e cultural da Corporação, tendo em sua estrutura as seguintes seções: Seção Administrativa; Seção de Pesquisa e Doutrina; Seção de Patrimônio Histórico e Seção de Promoção da Cultura.

Também compete a esta diretoria levantar e manter o acervo histórico e artístico da Polícia Militar do Distrito Federal, promovendo a preservação das tradições, a memória e os valores morais, culturais e históricos da Corporação; elaborar programas e projetos de pesquisa relacionados ao ensino; elaborar estudos, manuais e impressos e intercâmbio com outros organismos militares e civis; convênios e parcerias com outros organismos públicos e privados de áreas afins além de promover eventos socioculturais, visando à integração do público interno e externo.

2.2.2 O Instituto Superior de Ciências Policiais – ISCP

O Instituto superior de ciências policiais – ISCP, é o primeiro estabelecimento de ensino superior militar do Brasil a ser credenciado pelo Ministério da Educação e Cultura e como instituição pública de ensino superior, goza de autonomia didática, científica e administrativa para o desenvolvimento das atividades de ensino na PMDF nos níveis da educação básica, técnico-profissional e superior.

Para melhor entendimento das atribuições delegadas ao instituto, convém observar o teor da portaria PMDF 950 de 27 de janeiro de 2015 a qual Regulamenta o Instituto Superior de Ciências Policiais no âmbito da PMDF, a qual em seu artigo terceiro descreve:

Parágrafo único. Além das suas atribuições definidas em Lei, o DEC/ISCP incorpora as previstas na regulamentação da educação superior no Brasil, especialmente:

I – ministrar o ensino e a educação necessários à formação de profissionais de nível superior, nas especializações de interesse da PMDF;

II – manter cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*;

III – desenvolver atividades de pesquisa e extensão;

IV – promover, através da educação, do ensino e da pesquisa, o fomento e o progresso das ciências e das tecnologias relacionadas às Ciências Policiais. (PMDF, 2015)

O ISCP apesar de compor uma instituição militar, sua finalidade é desenvolver cursos do ensino superior e atividades de pesquisas em conformidade com as normas e diretrizes do Ministério da Educação. Em nível de graduação, o instituto disponibiliza os cursos Superior de Tecnologia em Segurança Pública e o Bacharelado em Ciências Policiais, aprovados e reconhecidos pelo MEC. Em nível de pós-graduações *lato sensu*, desenvolve os cursos: Docência do Ensino Superior, Polícia Judiciária Militar, a Especialização em Ciências Policiais e Gestão Estratégica em Segurança Pública.

Como toda instituição de ensino superior, o ISCP necessita de uma estrutura verticalizada e corretamente ordenada para que se possa atuar com eficiência e eficácia em relação às suas atribuições de ensino. Pode-se verificar na portaria PMDF nº 950 que o ISCP possui a seguinte estrutura básica:

I – Reitoria;

II – Vice-Reitoria;

III – Conselho Superior;

IV – Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Ensino Assistencial e Pró-Reitoria de Gestão Acadêmica. (Ibidem)

A função de Reitor e dirigente do ISCP é exercida pelo Chefe do DEC, função esta, que é exclusiva de Coronel do Quadro de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, preferencialmente com título obtido em programa de pós-graduação *stricto*

sensu, reconhecido pelo MEC, com experiência em ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento. O Vice-Reitor é o Coronel mais antigo dentre os Diretores do DEC.

Quanto ao Conselho superior, a este compete planejar e orientar as atividades fim do ISCP, em especial, o ensino, a pesquisa, a extensão, a ética e a política educacional, sendo regulada por Regimento Interno próprio e será presidido pelo Reitor do ISCP, devendo se reunir, no mínimo, 02 (duas) vezes por semestre. Este conselho é composto pelo Chefe do DEC e Reitor do ISCP, pelos Pró-Reitores e pelos Comandantes da APMB e do CAEAp.

Nessa estrutura, a Diretoria de Formação – DiForm, passa também a ser designada Pró-Reitoria de Graduação e seu diretor, passa a ser o Pró-Reitor de Graduação, responsável pelo edital de abertura e a seleção de candidatos ao curso de Tecnólogo em Segurança Pública. O Comandante da Academia de Polícia Militar de Brasília – APMB, se torna o responsável pelo planejamento, coordenação, execução e avaliação das matrizes curriculares dos cursos de graduação e ainda, por manter a estrutura física e humana de funcionamento do ISCP, previstas no Projeto Pedagógico dos Cursos apresentados e avaliados pelo MEC.

O Comandante da APMB também é o Pesquisador Institucional do ISCP, e responsável em atender a todas as solicitações do MEC, inclusive as relacionadas aos processos de credenciamento, autorização e reconhecimento dos cursos ofertados pelo ISCP, aos censos da educação superior e as avaliações em que são submetidos as instituições, cursos e alunos do ensino superior.

O credenciamento do ISCP do ISCP foi aprovado pela Portaria nº 716 de 08 de agosto de 2013 do MEC, após várias visitas de inspeção realizadas pelas Comissões de Avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, órgão do Ministério da Educação. O resultado da análise do pedido de credenciamento do ISCP obteve nota máxima e parecer favorável unânime dos integrantes do Conselho Nacional de Educação. O Instituto está sob a gestão e a responsabilidade do Departamento de Educação e Cultura da PMDF.

2.2.3 O Colégio Militar Tiradentes – CMT

Colégio Militar Tiradentes - CMT, se refere a instituição de ensino fundamental e médio mantido por diversas polícias militares do país, o nome homenageia Tiradentes, o patrono das polícias militares brasileiras. No caso da PMDF, o CMT está localizado no setor de áreas isoladas sudoeste, Área Especial Nº 4 - Setor Policial Sul, Brasília – DF.

Estes colégios, além de sujeitar-se às diretrizes da educação básica definidas em lei, têm como características o uso de uniformes similares aos utilizados pelas instituições militares e prezam pela prática de ordem unida e observância da hierarquia e disciplina, típicas dos ensinamentos da caserna.

Os alunos estão sujeitos a um rígido regulamento, o qual descreve procedimentos relacionados ao comportamento, postura, linguajar, corte de cabelo, respeito aos símbolos nacionais, respeito aos superiores e dedicação aos estudos, entre outros. Caso as normas sejam descumpridas existem punições que variam entre advertência e desligamento da escola.

Recai sobre o Colégio Militar Tiradentes mantido pela PMDF, a responsabilidade de executar e coordenar os cursos de educação básica, oferecidos aos dependentes dos policiais militares e aos civis em geral. Como o CMT é coordenado pela DEA/PMDF, esta diretoria descreve em regulamento próprio, as obrigações e o funcionamento do colégio. Entre o desenvolvimento de diversas, cabe à DEA:

- I - implantar, coordenar e controlar as atividades exercidas pelo Colégio Militar Tiradentes, conforme as normas e orientações do sistema de ensino do Distrito Federal.
- II - executar as diretrizes educacionais estabelecidas na Lei de Diretrizes Básicas do Ensino Fundamental e Médio do Ministério de Educação;
- III - propor termos de cooperação técnica, convênios e parcerias com outros organismos públicos e privados de áreas afins. (DISTRITO FEDERAL, 2010)

Estas atribuições da DEA retratam o contexto em que o CMT está inserido, seguindo regras da própria instituição a que pertence e regras dos órgãos de educação governamentais. Como integrante do Sistema de Ensino do Distrito Federal, o colégio militar deve através de sua instituição, observar os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional - LDB, porém deve-se destacar, que as instituições de ensino militares, possuem características próprias amparadas por esta lei, como a questão da

regulamentação do ensino militar, assim descrita na legislação: “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino” (LDB, art. 83).

Como a LDB permite que o ensino militar tenha regulamentação em lei específica, a previsão do CMT restou descrita no decreto distrital nº 31793 de 11 de junho de 2010, o qual decreta a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal e sua estrutura geral, dispondo sobre os órgãos de apoio e execução da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do que dispõe o inciso II, do artigo 48, da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977.

2.3- O papel social da PMDF como instituição de ensino

Este subcapítulo descreve de forma simplificada, o papel social desenvolvido pela PMDF junto a sociedade, não na totalidade de suas possibilidades, mas em relação ao ensino por ela praticado. Julga-se importante o conhecimento desse conteúdo para que se possa melhor compreender o PROERD e sua relação com a polícia e a comunidade.

2.3.1 A polícia comunitária e o PROERD

Antes de compreender a relação entre polícia comunitária e o PROERD, convém conhecer as principais características dessa filosofia de policiamento. A Constituição Federal de 1988 afirma que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, assim compreende-se que uma segurança mais efetiva e eficaz, requer a participação da sociedade.

Um ponto relevante da filosofia de policiamento comunitário se refere à proximidade entre a polícia e a comunidade. O estreitamento de laços entre estes dois setores, permitem uma relação harmônica e com alto grau de confiança, fato que ajuda o desenvolvimento das atividades policiais junto à população. A ideia central da Polícia Comunitária está na possibilidade de aproximar os profissionais de segurança da comunidade onde atua.

Para resumir o que vem a ser polícia comunitária, convém observar o conceito descrito no manual do curso nacional de multiplicador de polícia comunitária.

Polícia Comunitária é uma filosofia organizacional assentada na ideia de uma Polícia prestadora de serviços, agindo para o bem comum para,

junto da comunidade, criem uma sociedade pacífica e ordeira. Não é um programa e muito menos Relações Públicas. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012)

A solução dos problemas de segurança pública pode estar nessa parceria entre comunidade e polícia, comunidade esta que tem muito a oferecer em termos de prevenção ao crime e apoio aos órgãos de segurança pública no combate aos problemas que afetam diretamente a sociedade. A contribuição da sociedade tem ocorrido de diversas formas, como exemplo, a identificação de problemas afetos a segurança social que não são de conhecimento dos órgãos governamentais e também a delação anônima de criminosos, atitudes que podem ajudar no combate ao crime.

A filosofia de polícia comunitária prevê a aproximação da sociedade polícia para uma solução comum dos problemas de segurança públicas, por isso as instituições policiais militares realizam programas sociais e incentivam a participação da comunidade nestes programas e em outros eventos cívicos e culturais desenvolvidos por estas instituições. Assim, ocorre uma interação em que a polícia é inserida como parte integrante da comunidade e vice-versa.

Neste contexto encontra-se o PROERD, um programa que possui várias vertentes ligadas ao policiamento comunitário e à função preventiva das polícias militares. Este programa atua preventivamente buscando evitar que haja o primeiro contato entre crianças, adolescentes e as drogas. Ao mesmo tempo que cumpre sua função preventiva, este programa propicia uma interação da polícia com a comunidade em uma união de esforços para controle da criminalidade.

O PROERD também atua como um elo de ligação entre polícia e comunidade, enquadrando-se como programa pertencente às políticas públicas de segurança ligadas ao combate e a prevenção de drogas, estando perfeitamente enquadrado como atividades de polícia comunitária.

2.4 Limites e possibilidades do policiamento comunitário

O PROERD por si só, não se mostra capaz de causar um impacto colossal no uso de drogas pela população jovem em nosso país, por isso existem outros programas e projetos ligados à prevenção e ao policiamento comunitário. Isso fortalece os vínculos entre polícia e comunidade e também aumenta as chances de êxito nas atividades preventivas.

Inúmeras são as possibilidades proporcionadas pelo policiamento comunitário em favor da redução da criminalidade e do bem estar social, seja munindo as autoridades policiais com informações sobre suas necessidades; seja participando de campanhas como o disque denúncia com o propósito de ajudar a localizar criminosos ou ainda participando dos programas e projetos da polícia para prevenção e combate ao crime.

A PMDF desenvolve vários projetos sociais como parte de seus programas comunitários. O órgão responsável pelo desenvolvimento desses programas é o Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos - CPCDH. Este centro constitui um dos órgãos de apoio ao comando geral da PMDF e assistência direta ao comandante geral da corporação.

Este órgão tem a competência de assessorar o comando da corporação na implementação e consolidação da filosofia de policiamento comunitário e de direitos humanos, bem como no desenvolvimento de programas sociais preventivos de segurança pública voltados para a comunidade.

De acordo com a lei de organização básica da PMDF, também é competência do CPCDH:

- I - assessorar o Subcomandante-Geral nos assuntos relativos à polícia comunitária, direitos humanos e ações sociais;
- II - planejar e orientar as atividades de polícia comunitária e ações sociais;
- III - propor doutrinas e políticas de polícia comunitária e de direitos humanos na PMDF;
- IV - propor ao Departamento de Educação e Cultura os conteúdos necessários aos cursos de formação e aperfeiçoamento, em todos os níveis;
- V - elaborar propostas que vise a fixação de doutrinas e de mudança organizacional baseada na filosofia e na criação de ambiente favorável à implementação e desenvolvimento da Polícia Comunitária, bem como, à realização do policiamento em todas as modalidades. (DISTRITO FEDERAL, 2010)

O CPCDH desempenha papel determinante no desenvolvimento dos programas sociais da PMDF, entre os quais está inserido o PROERD. Portanto a coordenação, fiscalização e desenvolvimento deste programa é de responsabilidade exclusiva deste centro, fato que o torna relevante para a pesquisa, constituindo o principal local de obtenção de dados durante a pesquisa de campo.

2.4.1 PROERD como instrumento de ação cívica e social

O civismo caracterizado pela dedicação ao interesse público e pelo amor à pátria constitui um valor comum entre os militares do país, os quais passam a aprender sobre a importância do culto aos símbolos nacionais, no momento em que ingressam na corporação. Por ação cívica e social esta é compreendida no meio policial militar como eventos realizados pela instituição em favor da sociedade.

Para melhor compreensão do significado de ação cívico-social, esta pode ser assim definida:

Ação de uma das forças armadas ou auxiliares, no caso as Polícias Militares, com o intuito civil de estar auxiliando a comunidade socialmente, ou seja, com atendimento médico, odontológico, social como confecção de identidades, confecção de certidões de nascimento, cortes de cabelo, etc. (DICIONÁRIO INFORMAL, 2015).

O auxílio à sociedade é o elo de ligação entre o PROERD e os cidadãos, uma ação que busca com este programa prestar um serviço de utilidade pública que auxilie as pessoas na prevenção ao uso de drogas, trabalhando o público jovem com ensinamentos voltados a prevenção deste mal que atinge todas as nações.

O viés comunitário da polícia militar do DF abrange outros programas, como exemplo o Programa de Educação Ambiental Lobo Guará, criado em 30 de setembro de 2003. Trata-se de um programa que tem por objetivos gerais promover a Educação Ambiental para a preservação da fauna, flora e dos ambientes natural e urbano.

O Programa visa inserir um conhecimento preservacionista, promovendo uma reflexão e uma mudança no comportamento e hábitos que agride a natureza, dando ênfase à repressão do tráfico ilícito de animais silvestres. O Programa surgiu da necessidade de ações voltadas à educação do meio ambiente, com a finalidade de conscientizar as crianças de hoje para, no futuro, diminuir os ilícitos ambientais.

Outros programas comunitários são desenvolvidos pela PMDF como escolinhas de futebol, grupos de escoteiros, programa de prevenção orientada à violência doméstica e outros, os quais não serão comentados por fugirem ao foco da pesquisa. De modo geral, fica evidente a importância das atividades comunitárias em função das atividades policiais de prevenção e combate ao crime e desse modo, o PROERD, que é o foco

principal da pesquisa, está diretamente inserido na filosofia de policiamento comunitário, portanto se interliga de forma indissociável a esta filosofia de policiamento.

Verifica-se que o PROERD ao compor o grupo de programas sociais desenvolvidos pela PMDF e voltados ao bem estar social, fato que estreita os laços entre polícia e comunidade em uma interação que traz benefícios mútuos e são típicos da filosofia policiamento comunitário, é estrategicamente utilizado pela PMDF como um instrumento de ação cívica e social.

Buscou-se nesse capítulo apresentar dados a respeito do sistema de ensino da PMDF, instituição que desenvolve e coordena o PROERD no Distrito Federal. Julga-se que para desenvolver um programa que por natureza requer uma metodologia baseada no binômio ensino e aprendizagem, necessita-se de uma estrutura que possua recursos materiais, humanos e metodológicos e que sejam capazes de atender as demandas existentes em conformidade com a legislação em vigor.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

3.1 Considerações Metodológicas

Este capítulo descreve a metodologia, isto é, os procedimentos para a coleta, organização e análise de dados. Em linhas gerais, descreve-se os principais aspectos da pesquisa, permitindo uma visão holística a respeito dos procedimentos adotados para se obter uma resposta adequada e correta ao problema elaborado, o qual se refere à efetividade do PROERD na percepção de seus alunos e instrutores.

É inconcebível pensar a realização de uma pesquisa científica em que sejam ignorados os preceitos metodológicos do método científico, caso assim ocorra, os resultados estarão sujeitos à falhas e inconclusões, fatos que não permitiriam a veracidade dos resultados nem tampouco sua credibilidade, tornando a pesquisa inválida e facilmente refutável, portando a metodologia constitui fator primordial para o sucesso da pesquisa.

Para melhor compreensão do termo metodologia, necessita-se compreender o significado de método. Cabe aqui, ressaltar as considerações de Cervo e Bervian, a esse respeito, os quais afirmam:

Em seu sentido mais geral, método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou um resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos empregados na investigação e na demonstração da verdade. (CERVO e BERVIAN, 2007)

A metodologia remete ao conjunto de métodos e nas palavras destes autores, percebe-se que método remete ordenação e processos para que se possa coerentemente se chegar a verdade. Assim, Metodologia se relaciona ao emprego de métodos e técnicas que ao serem utilizados de forma lógica, permitirá a conquista dos objetivos da pesquisa com maior grau de eficiência e eficácia.

Conforme já mencionado na parte introdutória, a metodologia empregada neste trabalho, adota a modalidade de pesquisa quantitativa e também qualitativa, utilizando-se de dados obtidos na bibliografia existente e na pesquisa de campo, mediante a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. De modo geral a metodologia utilizada

nesta pesquisa, ao priorizar o dedutivo buscando eliminar erros ao testar a falsidade de uma proposição após se estabelecer uma situação passível de resultado experimental, o qual permita negar ou confirmar a hipótese.

Apesar deste método estar relacionado aos trabalhos do filósofo austríaco Karl Popper, julgo importante descrever o pensamento de Cervo e Bervian a respeito de indução e dedução. Estes autores afirmam:

Na indução a conclusão está para as premissas como o todo está para as partes. De verdades particulares, concluímos verdades gerais.(...) A dedução é a argumentação que torna explícita verdades particulares contidas em verdades universais. O ponto de partida é o antecedente, que afirma uma verdade universal, e o ponto de chegada é o conseqüente, que afirma uma verdade particular ou menos contida implicitamente no primeiro. (CERVO e BERVIAN, 2007)

Verifica-se claramente que a dedução consiste em partir de verdades de particulares e pontuais, para que se possa chegar a uma verdade geral. Neste trabalho, busca-se a percepção dos alunos e instrutores do PROERD a respeito do programa, a qual constitui hipoteticamente verdades particulares contidas na experiência e opinião destes participantes. Estas verdades particulares permitem chegar a uma verdade abrangente sobre a efetividade do PROERD, ou seja, permite que se possa concluir uma verdade universal. Caso as premissas particulares sejam verdadeiras, as hipóteses também serão. Daí, o raciocínio hipotético – dedutivo.

3.2 O estudo de caso como suporte metodológico

Objetivando atingir aos objetivos propostos, principalmente o de responder ao problema central da pesquisa, utilizou-se o método de estudo de caso, este método é aconselhável quando o objeto da pesquisa é complexo e com alto grau de subjetividade, como ocorre nesta pesquisa, principalmente por intencionar captar a percepção humana a respeito de determinado fenômeno.

O caso em particular a ser analisado é o PROERD desenvolvido pela PMDF, o qual faz parte de um grupo maior, que é o PROERD Brasil, já que o programa é

desenvolvido nas demais unidades federativas do país. Desse modo estuda-se o caso do PROERD do DF, local onde a pesquisa se desenvolve em sua totalidade.

Para Goode e Hatt (1978), o estudo de caso proporciona a organização dos dados preservando do objeto estudado o seu caráter unitário. Essa afirmação se adéqua aos propósitos da pesquisa, em que a análise dos dados obtidos junto ao PROERD DF, se aplicam apenas a esse programa individualmente, apesar de haver outros programas idênticos em outras localidades do país.

Gil (1995) define estudo de caso como:

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. (GIL, 2010)

Para este autor, nas ciências biomédicas, o estudo de caso costuma ser utilizado tanto como estudo piloto para esclarecimento do campo da pesquisa em seus múltiplos aspectos quanto para a descrição de síndromes raras, enquanto que nas ciências sociais, seus resultados, é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos.

Para Gil, na montagem institucional e metodológica da pesquisa no estudo de caso, os pesquisadores e os representantes da população a ser pesquisada desenvolve as seguintes tarefas:

- a) Determinação das bases teóricas da pesquisa (formulação dos objetivos, definição de conceitos, construção de hipóteses etc.);
- b) Definição das técnicas de coleta de dados;
- c) Delimitação da região a ser estudada;
- d) Organização do processo de pesquisa participante (identificação dos colaboradores, distribuição das tarefas, partilha das decisões etc.);
- e) Preparação dos pesquisadores; f) elaboração do cronograma de atividades a serem realizadas. (GIL, 2010)

Estas etapas estão em consonância com a estrutura básica da pesquisa e atende aos preceitos básicos do método científico, motivo pelo qual se opta em utilizá-lo como

método de investigação. Destaca-se que a investigação no estudo de caso é abrangente e basicamente empírica, envolvendo de forma relevante a coleta e análise de dados, havendo estudos de casos de cunho qualitativo, quantitativo e múltiplos envolvendo ambos os casos.

3.3 Fonte e coleta de dados

As fontes e coleta de dados são baseadas na bibliografia que trata do tema e em questionários específicos respondidos respectivamente pelos alunos e instrutores, buscando dados que representem qualitativamente e quantitativamente a percepção dos respondentes sobre o programa. As questões formuladas incluem temas relacionados à metodologia, eficiência, eficácia e aceitação do programa, permitindo uma análise a respeito de sua efetividade, principalmente quanto a sua funcionalidade.

Para Marconi e Lakatos (1991), a coleta de dados se refere a etapa da pesquisa em que se inicia a elaboração dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos. Nesse contexto as autoras destacam onze procedimentos para realização da coleta de dados, os quais variam de acordo com as circunstâncias e com o tipo de investigação:

1. Coleta documental;
2. Observação;
3. Entrevista;
4. Questionário;
5. Formulário;
6. Medidas de opiniões e de atitudes;
7. Técnicas Mercadológicas;
8. Testes;
9. Sociometria;
10. História de vida. (MARCONI e LAKATOS, 1991)

A presente pesquisa utiliza-se basicamente de três destes procedimentos de coleta de dados: A coleta documental, a entrevista e os questionários.

A coleta documental normalmente tem como objeto de análise documentos oficiais, cartas, fotografias, reportagens, dados estatísticos, relatórios e filmes entre outros. Para melhor compreensão deste tema, convém observar os dizeres de Marconi e Lakatos, as quais afirmam:

A característica da pesquisa documental é que a fonte está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONI e LAKATOS, 1991)

A pesquisa conta com dados obtidos em documentos diversos relacionados ao PROERD e à questão das drogas em geral. O primeiro documento analisado diz respeito à Portaria PMDF nº 539 de 04 de dezembro de 2006 que institui e regulamenta, na Polícia Militar do Distrito Federal, o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD – e dá outras providências.

Este documento forneceu para a pesquisa, dados relacionados à estrutura organizacional do PROERD, ao seu quadro de pessoal administrativo e docente, aos projetos desenvolvidos no curso e ao atendimento ao público, além de demonstrar a oficialização do desenvolvimento do programa pela PMDF em conformidade com a legislação em vigor

Também foram alvos da coleta de dados, entre outros documentos, o relatório de atividades do PROERD, a lei distrital 3.946 de 12/01/07, a qual dispõe sobre a criação do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) e dá outras providências, o Protocolo de intenções celebrado entre o Centro de Treinamento do PROERD através do Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMDF e os Estabelecimentos de Ensino interessados na aplicação do programa e algumas normas como a lei 11.343/06 e o decreto nº 31.793/10.

A lei 11.343 institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. O decreto nº 31.793 dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal.

A segunda fonte de coleta de dados, se refere a entrevistas com gestores da polícia militar e do PROERD em particular. Buscou-se informações junto as autoridades da

Polícia Militar que atuam com maior nível de proximidade com o Programa, sendo convidados para entrevista o Diretor do CPCDH e o coordenador do PROERD.

Buscou-se com as entrevistas, obter dados a respeito do programa que auxiliassem na compreensão da efetividade e funcionalidade do programa, permitindo assim, uma visão geral dos fenômenos que o permeiam, bem como de sua condição atual junto aos alunos e instrutores, recorrendo para este fim, aos profissionais que atuam diretamente ao PROERD e possuem poder decisório em nível administrativo.

Para Marconi e Lakatos (1991) a entrevista se refere a um encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, sendo essa busca de informações, o principal objetivo da entrevista. Optou-se pela realização de entrevista, pelo fato de propiciar entre outras vantagens, a fácil compreensão por parte de públicos distintos em grau intelectual e por permitir obtenção de dados de difícil acesso, além do fato de serem quantificáveis e podem ser submetidos a tratamento estatístico.

A terceira fonte de coleta de dados foram os questionários, os quais foram destinados aos alunos e instrutores do PROERD. Responderam aos questionamentos 10 (dez) policiais militares instrutores do PROERD, pertencentes ao efetivo da PMDF e 472 (quatrocentos e setenta e dois) alunos e ex-alunos do programa, oriundos das escolas públicas e privadas do Distrito Federal.

Os questionários foram distribuídos em posições geográficas estratégicas, visando obter dados provenientes de públicos diversos em relação ao pensamento cultural, social e ideológico, motivo pelo qual as escolas foram selecionadas em diversas cidades satélites do Distrito Federal.

Após autorizado pelas instituições alvo, os questionários foram entregues pessoalmente aos instrutores e alunos. No caso dos alunos, por serem menores de idade, os questionários foram redigidos com espaço destinado à autorização dos pais ou responsáveis, sendo desconsiderados dados de questionários que não contivessem a autorização. Tanto para alunos como para instrutores, não houve a obrigatoriedade de identificação.

Optou-se por questionários principalmente pelo fato destes constituírem um meio eficaz e eficiente de se coletar dados, permitindo informações precisas e objetivas em

relação aos objetivos propostos e ao problema central da pesquisa. O fato de poder ser entregue pessoalmente ou pelo correio, ou até mesmo por meios eletrônicos, facilita as ações do pesquisador e do respondente, permitindo que a pesquisa flua de forma célere sem perder a qualidade desejada.

Cervo e Bervin (2010) fazem os seguintes comentários a respeito deste instrumento de coletar dados:

O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra questionário refere-se a um meio de se obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche. Assim qualquer pessoa que preencheu um pedido de trabalho teve a experiência de responder a um questionário. Ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas a um problema central. (CERVO e BERVIAN, 2010)

Verifica-se assim, a importância que este instrumento de pesquisa possui e devido as facilidades em relação a obtenção dos dados entre outras vantagens, não poderia este pesquisador se furtar a sua utilização.

3.4 Campo geográfico da pesquisa

Geograficamente, o campo da pesquisa é o Distrito Federal - DF, unidade federativa que abriga a sede do governo federal e a maior parte das instituições públicas do país entre as quais figura a PMDF, instituição que juntamente com as escolas públicas e privadas, compõem o local de realização da pesquisa de campo e desse modo, constituem elementos relevantes para a coleta de dados.

De acordo com o censo escolar de 2015, o DF possuía neste ano, um total de 285.263 alunos matriculados no ensino fundamental, divididos em um total de 11.175 turmas. Como o PROERD tem como alvo alunos que se enquadram neste perfil escolar, o DF se mostra como um local excelente para a realização da pesquisa.

Por contar com ampla rede de estabelecimentos de ensino público e privado, o DF apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa, a qual pode contar com uma variedade considerável de alunos pertencentes a grupos distintos em relação ao nível

econômico, social e cultural, o que propicia maior grau de abrangência em relação aos dados coletados.

As escolas participantes da pesquisa foram:

- Centro de Ensino Fundamental – CEF 405 SUL, localizado na SQN 405 – AE, asa sul, Brasília -DF;
- Centro de Ensino Médio - CEM Setor Leste, localizado no SGAS 611/612 conj. E –S/N, Brasília –DF;
- Centro de Ensino Médio - CEM Setor Oeste, localizado no SGAS 912/913 – MOD D, Brasília – DF;
- Centro de Ensino Fundamental – CEF 214 SUL, localizado na SQS 214 – AE, S/N, asa sul, Brasília – DF;
- Centro de Ensino Fundamental – CEF 01 do Cruzeiro, localizado no CRES – Setor Escolar 01, LT 05, Cruzeiro – DF;
- Centro Educacional – CED 01 do Guará, localizado na EQ 34/36 - AE B, Guará – DF;
- Centro Educacional – CED 02 do Guará, localizado na QE 07 - AE M, Guará – DF;
- Centro Educacional – CED 03 do Guará, localizado na EQ 17/19 - AE - LT B, Guará – DF;
- Centro de Ensino Médio CEM Ave Branca – CEMAB, localizado na QSA 03/05 – AE, Taguatinga – DF;
- Escola Classe - EC 17 de Taguatinga, localizada localizado na QSA 03/05 – AE, Taguatinga – DF (interior do CEMAB);
- Centro de Ensino Fundamental – CEF 15 de Taguatinga, localizado na QSA 03/05 – AE, Taguatinga – DF (interior do CEMAB);
- Centro de Ensino Fundamental – CEF Professora Maria do Rosário Gondim da Silva, localizado na EQNN 21/23 – AE, Ceilândia – DF;
- Centro de Ensino Fundamental – CEF 16 de Ceilândia, localizado na EQNM 22/24 – AE, Ceilândia – DF;
- Centro de Ensino Fundamental – CEF 28 de Ceilândia, localizado na QNP 21 – Setor Habitacional Sol Nascente, Ceilândia – DF;

- Centro de Ensino Fundamental – CEF 33 de Ceilândia, localizado na QNP 12 – AE, Ceilândia – DF.

A instituição PMDF, que desenvolve o PROERD no Distrito Federal, cedeu os instrutores para participarem da pesquisa na qualidade de respondentes. Todos eles, possuem larga experiência no programa, atuando há pelo menos cinco anos como instrutores. Sua formação e experiência os capacitam a opinarem conscientemente a respeito de temas relacionados ao programa, quais são de total relevância para consecução dos objetivos da pesquisa.

3.5 Tipo de pesquisa

Marconi e Lakatos citando Tripodi et al (1975), afirmam que as pesquisas de campo dividem-se em três grandes grupos: Quantitativo-descritivo, exploratórios e experimentais. A presente pesquisa possui cunho exploratório, enquadrando-se assim, principalmente por formular hipóteses em função de um problema, buscando tornar o pesquisador familiarizado com o fenômeno a ser pesquisado.

As autoras assim discorrem a respeito dos estudos exploratórios:

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. (MARCONI e LAKATOS, 2010)

Focando a percepção dos alunos e instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, desenvolvido nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal, o presente trabalho explora informações relevantes que auxiliam na busca de respostas às incógnitas que permeiam o fenômeno pesquisado. Explorar metodicamente o problema, constitui um passo importante para o êxito pretendido.

A presente pesquisa além de exploratória possui cunho quantitativo e qualitativo em função da coleta de dados obtidos com o preenchimento de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas. Há ainda a pesquisa documental realizada junto à

literatura e documentos pertinentes ao tema, a qual fornece dados complementares aos obtidos na pesquisa de campo.

A análise quantitativa dos dados obtidos, permite ao pesquisador obter indicadores confiáveis gerados através de processamento estatístico enquanto que a análise qualitativa permite valorar os dados em relação a sua relevância, permitindo ao pesquisador detectar posicionamentos e particularidades comumente não obtidas na análise quantitativa. Objetivando maior aproveitamento dos dados, optou-se por ambas as técnicas de análise.

3.6 A hipótese - guia da pesquisa

Formular uma hipótese adequada ao problema central da pesquisa é algo imprescindível ao pesquisador, pois ela permite fazer afirmações que podem ser confirmadas ou refutadas, antes mesmo do trabalho estar concluso. Tal fato pode guiar o pesquisador em suas atitudes, direcionando-o para caminhos mais promissores na busca da verdade dos fatos.

Antes de mencionar a hipótese formulada na presente pesquisa, convém apresentar o conceito de hipótese descrito por Marconi e Lakatos:

Hipótese é uma proposição que se faz na tentativa de verificar a validade de resposta existente para um problema. É uma suposição que antecede a constatação dos fatos e tem como característica uma formulação provisória; deve ser testada para sua validade. Correta ou errada, de acordo ou contrária ao senso comum, a hipótese sempre conduz a uma verificação. (MARCONI e LAKATOS, 1991)

Verifica-se que a hipótese é uma resposta antecipada ao problema central da pesquisa, necessitando de comprovação ou negação antes da conclusão dos trabalhos. Para isto, o pesquisador deve levar em consideração os possíveis resultados de sua pesquisa em conformidade com os caminhos a serem seguidos.

Para esta pesquisa, a hipótese - guia está diretamente relacionada à percepção dos alunos e instrutores do PROERD, a qual pressupõe a possibilidade desta ser favorável em relação à efetividade do programa. É nesse contexto que elenca-se a seguinte possibilidade: “A percepção tanto dos alunos quanto dos instrutores é significativamente favorável ao PROERD em termos de sua efetividade funcional”.

No último capítulo do trabalho, após a o processamento e análise dos dados coletados na pesquisa documental e de campo, pode-se verificar os resultados obtidos, e deste modo, saber se a hipótese foi confirmada ou negada.

3.7 População e amostra

Marconi e Lakatos (1991) comentam que a amostra se refere a uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo. Nesse contexto, destaca-se que a população constitui o conjunto de todos os elementos ou resultados sob investigação enquanto que a amostra se refere a uma parte ou subconjunto da população.

A população selecionada para a presente pesquisa constituem dois grupos distintos porém com participação direta e efetiva no PROERD desenvolvido pela PMDF. De um lado se tem os instrutores do programa, responsáveis pela transmissão dos conhecimentos e desenvolvimento das demais atividades pedagógicas. De outro lado, há os alunos, os quais recebem o conhecimento e participam das demais atividades.

O subconjunto desta população, o qual representa a amostra, resume-se a 10 (dez) instrutores e 472 (quatrocentos e setenta e dois) alunos. Todos os instrutores pertencem ao quadro de efetivo da PMDF e os alunos pertencem às escolas públicas e particulares do Distrito Federal. Tantos alunos como instrutores, vivenciam ou vivenciaram o programa na prática, portanto estão capacitados a emitirem juízos de valor sobre o PROERD, em suas esferas de participação.

Para o cálculo amostral, utilizou-se o método de amostragem aleatória simples mediante a fórmula geral para amostragens selecionadas de populações finitas, a qual é descrita como:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral

Como atualmente existe no mercado programas de computadores para realização destes cálculos, inclusive disponibilizados gratuitamente *on-line* na internet, utilizou-se nesta pesquisa a calculadora para cálculo amostral disponibilizada no site: <http://www.publicacoesdeturismo.com.br/calculoamostral/>.

O *software* foi alimentado com os seguintes dados considerados adequados para a pesquisa:

ALUNOS: Erro amostral de 5%, nível de confiança de 95%, população de 64.100 indivíduos, percentual máximo de 95%, percentual mínimo de 90% e heterogeneidade de 50%. As demais variáveis são convertidas automaticamente pelo programa instalado na máquina. Após processar os dados, a amostra foi delimitada em 8 (oito) indivíduos.

INSTRUTORES - Erro amostral de 5%, nível de confiança de 95%, população de 23 (vinte e três) indivíduos, percentual máximo de 95%, percentual mínimo de 90% e heterogeneidade de 50%. As demais variáveis são convertidas automaticamente pelo programa instalado na máquina. Após processar os dados, a amostra foi delimitada 278 (duzentos e setenta e oito) em indivíduos.

Como a PMDF desenvolve o PROERD em ciclos, os quais variam anualmente em termos de número de escolas e de alunos, objetivando obter uma amostra diversificada, tomou-se por base todos os ciclos desenvolvidos entre o ano 1998 e 2015, abrangendo assim um recorte que compreende todo o período de funcionamento do PROERD no Distrito Federal e desse modo, representando o total de alunos assistidos pelo programa que conforme informação dos gestores, (ver anexo - III), corresponde a 64.100 alunos atendidos.

A média aritmética destes valores foi inserida no *software* para cálculo amostral e após o processamento dos dados, chegou-se ao valor 278, porém devido a dispersão dos indivíduos que cursaram o PROERD nos últimos anos, os quais estão distribuídos em todas as escolas do DF, houve a necessidade deste pesquisador distribuir um número de questionários muito superior ao necessário, por prever que muitos deles não retornariam ou seriam considerados inválidos por falta de assinatura no TCLE ou por outros motivos.

Foram então, distribuídos 600 (seiscentos) questionários em escolas diversas do DF, tendo retornado 472 (quatrocentos e setenta e dois) destes instrumentos de pesquisa

considerados válidos. Desse modo, a amostra de alunos, a qual havia sido estipulada em 278, passou para 472, correspondendo a 0,736% da população.

Fato similar, ocorreu com a amostra de instrutores, a qual havia sido prevista em 8 (oito) indivíduos, porém objetivando haver uma margem de segurança, foram distribuídos 10 (dez) questionários. Devido ao fato de todos os questionários terem retornado sem quaisquer motivos que os invalidassem, a amostra de instrutores passou para 10 (dez) indivíduos, correspondendo a 43,478% da população, que é de 23 (vinte e três) instrutores, conforme informação dos gestores do programa (ver questionário – anexo III).

Como os indivíduos que constituem a população, cursaram o PROERD nas escolas do DF ainda no ensino fundamental no período compreendido entre 1998 e 2016, tempo de existência do programa no DF, houve a dispersão natural dos dados devido às mudanças de séries e de escolas. Para se obter uma amostra fidedigna, foram selecionados alunos de escolas localizadas na região metropolitana do Plano Piloto e das seguintes cidades satélites: Cruzeiro, Taguatinga, Guará, Samambaia e Ceilândia, permitindo assim, alcançar alunos de camadas socioculturais distintas.

3.8 Fatores de influência nas variáveis analíticas

Marconi e Lakatos (1991) definem variáveis como sendo um conceito operacional e portanto podem ser consideradas como uma classificação ou medida; uma quantidade que varia, um conceito operacional que contém ou apresenta valores, aspectos, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração.

Na presente pesquisa, os dados obtidos referentes à percepção dos alunos e instrutores do PROERD serão apresentados na forma de tabelas ou gráficos, os quais serão valorados quantitativamente e qualitativamente em função das variáveis e indicadores estabelecidos, normalmente agregados às questões formuladas, para que se possa posteriormente transformá-las em valores absolutos, permitindo traçar um quadro conclusivo a respeito do programa e conseqüentemente responder ao problema central da pesquisa.

Destaca-se que os dados obtidos através da percepção dos participantes não possuem um caráter objetivo, mas sim subjetivo, portanto relativos em função da

subjetividade de cada participante. Cada um com sua capacidade de entendimento está apto a formular juízos de valores em relação ao meio em que estão vivenciando, desse modo variáveis como o nível cultural e intelectual, bem como a experiência de vida, merecem a atenção do pesquisador.

Nesse contexto, verifica-se que um ponto relevante para se atingir os objetivos propostos na pesquisa é análise da percepção dos participantes. Por tratar-se de dados subjetivos, alguns fatores podem influenciar na mensuração destes dados como algumas variáveis presentes. As principais variáveis elencadas que podem influenciar qualitativamente e quantitativamente na avaliação das informações coletadas junto a amostra selecionada, diz respeito às qualidades culturais e de faixa etária dos grupos participantes conforme tabela a seguir:

TABELA 1
PERFIL ETÁRIO-CULTURAL

PARTICIPANTE	ESCOLARIDADE	IDADE
INSTRUTORES	Ensino superior	Entre 22 e 49 anos
ALUNOS	Ensino Fundamental e Ensino Médio	Entre 10 e 22 anos

Fonte: Pesquisa de campo

Alunos e instrutores constituem então, grupos distintos principalmente em relação a idade e ao nível de escolaridade, desse modo, a percepção destes sobre o programa ocorre de forma distinta devido a variação de cultura e maturidade. Para superar esta diferença de modo a não afetar significativamente os resultados da pesquisa, foram elaborados dois questionários distintos, um para alunos e outros para instrutores, contendo questões que se adequam ao perfil de cada grupo.

As respostas dos participantes, permitirão conhecer as percepções, a satisfação, as expectativas e as opiniões dos indivíduos sobre o PROERD, para isso conta-se com a utilização de questionários. Por trazer resultados confiáveis, esse método tem sido utilizado em pesquisas realizadas nos diversos campos do conhecimento, portanto áreas de estudo como biologia, engenharia, psicologia e administração de empresas entre outras, tem se utilizado amplamente dessa técnica de levantamento de dados.

Após se coletar os dados, estes foram submetidos a análise estatística em função das variáveis e indicadores estabelecidos, os quais serão descritos a seguir. Essas variáveis permitirão medir, sensações e aceitação dos participantes em relação ao objeto de estudo, que é o PROERD. Os dados também permitirão uma análise qualitativa, também baseadas na percepção dos alunos e instrutores do programa.

3.9 Análise e tratamento dos dados

De acordo com Gil (2010), a análise estatística dos dados tem uma importante contribuição na caracterização e resumo dos dados, como também no estudo das relações que existem entre as variáveis e também para verificar em que medida as conclusões podem ser estendidas para além da amostra considerada.

As variáveis elencadas no instrumento de pesquisa utilizado na coleta de dados assim como as informações obtidas, foram compiladas em planilhas ou gráficos para demonstração dos resultados obtidos. As respostas dos participantes foram analisadas quantitativamente e qualitativamente, observando a variância e frequência de ocorrência, de forma a expressar a percepção destes em relação à efetividade do PROERD.

Para análise dos dados, a investigação incluiu as frequências e percentuais das respostas dos alunos e instrutores do PROERD, as quais receberam tratamento estatístico descritivo, este método permite inicialmente, descrever e resumir os dados, para posteriormente serem analisados com maior grau de profundidade.

Inicialmente, as respostas obtidas pelos participantes da pesquisa foram analisadas individualmente, sendo contabilizadas as respostas, em função das frequências em que ocorreram. Posteriormente as frequências foram comparadas, permitindo a obtenção de gráficos demonstrativos ou tabelas, as quais apresentam valores numéricos obtidos a partir da percepção de cada respondente em relação ao PROERD, em conformidade com os questionamentos a que foram submetidos.

A partir desse ponto, a investigação transpõe a estatística descritiva, fazendo uso da inferência estatística, para análise comparativa das médias obtidas pelas respostas de alunos e instrutores, reduzindo-se a um valor absoluto unificado. Nesse contexto, a estatística inferencial permite realizar afirmações a partir do conjunto de valores representativos contidos na amostra com elevado grau de precisão.

Para finalizar a análise, procede-se na avaliação quantitativa dos dados relacionados à percepção dos participantes a respeito do PROERD, para que se possa concluir sobre a efetividade do programa a partir das informações obtidas na pesquisa. A partir daí, torna-se possível emitir opiniões e sugestões que possam ser úteis aos gestores e usuários do programa e possam se converter em melhorias operacionais e metodológicas.

De modo geral, a análise estatística transcorreu no seguinte percurso: Primeiro houve a identificação do problema, o qual se refere a percepção dos alunos e instrutores do PROERD a respeito da efetividade do programa, problema já estabelecido anteriormente na pesquisa.

Em seguida partiu-se para a coleta de dados, a qual foi realizada junto a bibliografia e documentos existentes e também na pesquisa de campo, mediante questionamentos respondidos pelos alunos e instrutores do programa com o preenchimento de questionários.

Posteriormente houve a apresentação dos dados, momento em que se mostrou as informações coletadas resultantes da pesquisa de campo. A partir daí, iniciou-se a preparação para a conversão de dados subjetivos em valores objetivos, ou seja, buscou-se transformar os dados obtidos pelos participantes da pesquisa mediante suas percepções, em valores numéricos para que fossem submetidos ao tratamento estatístico.

Desse ponto, partiu-se para a crítica dos dados, onde eliminou-se valores estranhos e desnecessários ao propósito da pesquisa para que se obtivesse o máximo de veracidade nas informações. Caso assim não se procedesse, poderiam ocorrer equívocos durante a análise dos dados, incorrendo-se em resultados incorretos que invalidassem a pesquisa.

Por fim houve análise e interpretação dos resultados, os quais estão relacionados diretamente aos cálculos dos dados mensuráveis e à compreensão do fenômeno. Nesta fase, os valores percentuais gerados pelas informações individuais foram interpretados e convertidos em informações generalizadas, permitindo assim, o acesso à percepção geral dos alunos e instrutores, a respeito do PROERD.

3.10 A teoria de sustentação

Para fundamentar teoricamente o fenômeno pesquisado, buscou-se sustentação teórica na corrente funcionalista, mais precisamente no estrutura – funcionalismo. O

funcionalismo desenvolve-se no campo das ciências sociais e seus conceitos se adequam perfeitamente ao contexto institucional em que se encontra o PROERD e a PMDF que é o órgão do Estado que o desenvolve.

A visão organicista da sociedade, típica dos principais teóricos desta corrente, prega funções específicas a serem desenvolvidas pelos elementos que constituem o todo social. O resultado decorrente dessas ações proporcionaria uma harmonia funcional na manutenção da sociedade e um consequente estado de equilíbrio social. Para isso, torna-se necessário que cada elemento exerça sua função sem cometer falhas relevantes, caso contrário, o equilíbrio seria afetado sendo necessário que outros elementos adequem suas funções para restabelecer o equilíbrio.

O teórico que fornece os conceitos-base para sustentação teórica da pesquisa é Émile Durkheim, conceitos estes extraídos em sua maioria das obras: “A divisão do trabalho social” e “As Regras do Método Sociológico”. Recorre-se ainda aos conceitos de Talcott Parsons, um dos expoentes do funcionalismo-estrutural, corrente originada através da evolução do pensamento funcionalista.

Os principais teóricos adeptos da corrente estrutural funcionalista, mantiveram a visão organicista e funcional, na qual a sociedade se assemelha a um organismo vivo composto por partes essenciais ao seu funcionamento. Na evolução desses conceitos, verifica-se que os órgãos que constituem a sociedade como polícia, escolas e hospitais, entre outros, devem cumprir suas funções de forma eficaz, caso contrário, a harmonia social estaria comprometida podendo a sociedade entrar em colapso.

Com sua visão organicista, o pensamento funcionalista se relaciona diretamente aos propósitos da PMDF, a qual cumpre sua função social ao desenvolver atividades de segurança pública, entre as quais se encontra o PROERD, programa que visa o bem estar da sociedade, ao buscar afastar os jovens das drogas, substâncias prejudiciais à saúde e a segurança das pessoas em geral, causando um estado de decadência social.

Necessita-se compreender que a PMDF é parte do todo social, constituindo um elemento relevante para a harmonia da sociedade e o PROERD é um dos instrumentos utilizados por ela para desempenhar suas atribuições de forma eficaz, funções estas, que estando em harmonia com as funções desenvolvidas pelos outros elementos do todo social, contribuem para o equilíbrio da sociedade.

Para melhor entender a visão organicista de Durkheim, julga-se conveniente compreender o significado de fato social na visão deste autor. O fato social é compreendido por Durkheim como algo que está presente nas relações entre indivíduos e exerce uma força coativa nestes, compelindo-os a pensar e agir de determinada forma, adaptando-se às regras existentes na sociedade, desse modo contribui para o equilíbrio e harmonia social. Neste contexto afirma:

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais. (DURKHEIM, 2007)

Verifica-se que a principal característica do fato social, é o poder de coerção que ele exerce nos indivíduos. A religiosidade, a moral, as leis, as práticas e costumes inerentes aos membros da sociedade, constituem fatos sociais e desse modo, agem coercitivamente sobre cada um de nós. Trata-se de uma coerção externa que pode trazer consequências punitivas que variam desde uma simples reprovação dos indivíduos a prisão por descumprimento de preceitos legais.

Para melhor entendimento da capacidade de coerção do fato social, convém levar em consideração as palavras de Durkheim a esse respeito:

Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder se reconhece, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a toda tentativa individual de fazer-lhe violência. Contudo, pode-se defini-lo também pela difusão que apresenta no interior do grupo, contanto que, conforme as observações precedentes, tenha-se o cuidado de acrescentar como segunda e essencial característica que ele existe independentemente das formas individuais que assume ao difundir-se". (DURKHEIM, 2007)

Além do caráter coercitivo do fato social, Durkheim prescreve sua exterioridade, a qual decorre de reações direta da sociedade, seja em relação aos ditames da legislação, da moral, da religião e crenças diversas, além dos costumes entre outros fatores. Atualmente essa exterioridade é acentuada pelo fato da sociedade moderna ser anterior ao indivíduo,

portanto existia antes dele nascer, desse modo já estava organizada e suas leis e demais normas já se encontravam em vigor, cabendo ao indivíduo, apenas sujeitar-se a elas.

Outra característica do fato social é a sua generalidade, a qual se relaciona a sua abrangência atingindo os indivíduos em geral, portanto são coletivos e não individuais, existindo para a sociedade em geral, desse modo, é comum a todos os indivíduos.

Verifica-se então que de acordo com o pensamento de Durkheim, os fatos sociais são dotados de três características principais: a coercitividade, que impõe suas normas aos indivíduos; a exterioridade, na qual a opinião de determinado indivíduo não tem a capacidade de mudar imediatamente as regras já estabelecidas; e por fim, a generalidade, que prevê sua aplicação à toda a sociedade ou pelo menos à sua maioria.

É neste contexto que Durkheim afirma:

Eis portanto uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõe a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela. Esses fatos constituem portanto uma espécie nova, e é a eles que deve ser dada a qualificação de sociais. (DURKHEIM, 2007)

Verifica-se então, que os fatos sociais são pontos relevantes para compreensão dos conceitos durkheimianos inerentes ao funcionalismo. Não se poderia ignorar outros conceitos de Durkheim alinhados às características funcionalistas em que se encontram a PMDF e o PROERD, como parte integrante do todo social e também responsáveis pelo estado de harmonia em que a sociedade deve se encontrar. Nesse contexto, é importante mencionar o conceito de anomia social descrito por Durkheim.

Sobre a anomia social, cabe destacar que quando Durkheim desenvolve sua visão organicista da sociedade, comparando-a a um organismo vivo, ele descreve dois estados distintos, o estado de normalidade e o estado patológico ou de anomia social. No estado normal os eventos que ocorrem regularmente e são típicos de qualquer sociedade, não apresentam problemas que possam causar a desarmonia social, porém o estado de anomia,

se caracteriza por comportamentos doentios que trazem um desequilíbrio na harmonia social. Durkheim via a sociedade moderna como em estado doentio, impossibilitada de agir moralmente para solucionar os problemas existentes entre os indivíduos. Neste contexto, ele afirma:

É a esse estado de anomia que devem ser atribuídos, como mostraremos, os conflitos incessantemente renascentes e as desordens de todo tipo de que o mundo econômico nos dá o triste espetáculo. Porque, como nada contém as forças em presença e não lhes atribui limites que sejam obrigados a respeitar elas tendem a se desenvolver sem termos e acabem se entrecrocando, para se reprimirem e se reduzirem mutuamente.(...) As paixões humanas só se detêm diante de uma força moral que elas respeitam. Se qualquer autoridade desse gênero inexistente, é a lei do mais forte que reina e, latente ou agudo, o estado de guerra é necessariamente crônico. (DURKHEIM, 2004)

Durkheim entende que o estado de anomia se torna visível através da falta de ordem e de conflitos típicos da sociedade moderna e afirma que os papéis do estado e da família tem se mostrado ineficazes no controle moral dos indivíduos. Uma saída para a solução deste problema, seria na visão de Durkheim, a chamada solidariedade social, a qual poderia tornar a sociedade mais coesa. Durkheim enfatiza a coesão social, a qual estaria diretamente relacionada aos conceitos de anomia e de solidariedade social. A solidariedade social tem a capacidade de tornar a sociedade coesa ao fundamentar-se na interação de cada um quanto à divisão do trabalho social, já a anomia, causaria desregramento, dificultando os laços sociais.

Durkheim caracteriza dois tipos de solidariedade social, a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. A solidariedade mecânica é típica das sociedades primitivas, simples e com caráter tribal, em que a divisão do trabalho social era muito limitada e se baseava em valores tradicionais. Já a solidariedade orgânica é típica das sociedades modernas e complexas, onde a divisão do trabalho social ocorre em ampla escala e cada função depende de outras para que haja uma harmonia social e não um estado caótico de anomia, em que a sociedade poderia sucumbir.

É nesse contexto que se insere a PMDF e o PROERD, coexistindo em uma sociedade mecânica nos termos de Durkheim, em que as funções desempenhadas pelas polícias militares, devem coadunar com as funções desempenhadas pelos demais órgãos, de modo a manter a sociedade em estado de harmonia social, caso contrário, esta poderia

entrar em colapso, pelo fato de que cada elemento constituinte do todo social depende da função dos outros para sobreviver, assim se materializa a visão organicista durkheimiana.

Descritas as principais características metodológicas da pesquisa, verificar-se-á no próximo capítulo, os resultados obtidos junto à pesquisa de campo, principalmente com a análise das informações coletadas nos questionários. Em seguida proceder-se-á nas considerações finais do trabalho, onde será possível concluir sobre uma resposta adequada ao problema proposto na pesquisa e à confirmação ou negação das hipóteses formuladas.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Procedimentos de análise

Este capítulo descreve os resultados obtidos na pesquisa de campo e o processamento estatístico dos dados coletados, os quais serão apresentados em tabelas ou gráficos para maior compreensão do fenômeno estudado. Por se tratar de uma pesquisa que busca analisar a percepção dos participantes, a qual normalmente traz uma carga de subjetividade, utilizou-se da estatística descritiva para conversão dos dados subjetivos em dados objetivos quantificáveis.

A maior parte dos dados disponíveis foi extraída dos questionários aplicados aos instrutores e alunos do PROERD em diversas escolas do Distrito Federal, questionários estes, descritos fielmente nos anexos I, II e III desta dissertação. As questões elaboradas buscaram obter dados brutos baseados no posicionamento perceptivo dos respondentes, os quais ao serem submetidos ao tratamento estatístico, foram convertidos em dados objetivos numericamente apresentados em percentuais, conforme a frequência em que ocorreram.

Destaca-se que os questionários aplicados continham tanto questões fechadas como questões abertas, estas últimas por serem de difícil quantificação, houve a necessidade de selecionar grupos de respostas diversos, que apesar de se distinguirem em termos de grafia, se referem ao mesmo posicionamento do respondente, desse modo, foi possível quantificar percentualmente as respostas das questões abertas, equiparando-as às demais para fins de análise.

Como não há uma fórmula pré-estabelecida que possa indicar qual o percentual de frequência de respostas positivas ou negativas é suficiente para determinar se um programa é efetivo ou não, principalmente quando envolve dados subjetivos como no caso da opinião dos respondentes em algumas questões contidas no instrumento de pesquisa utilizado, julgou-se justo e adequado padronizar que qualquer frequência acima de 50% é suficiente para determinar a opinião geral dos respondentes, seja favorável ou desfavorável à efetividade do PROERD.

De qualquer modo, a pesquisa abre ao leitor a possibilidade de interpretação pessoal dos dados obtidos nas frequências percentuais, de modo que um leitor mais exigente, apenas aceite como frequência válida suficiente para determinar se o programa é efetivo ou não, outro percentual maior, como acima de 70% por exemplo, ou outro percentual qualquer.

Esse cálculo justifica-se devido ao fato de além de não haver uma fórmula confiável que possa servir como indicadora para uma análise justa a respeito da confiabilidade no programa, a percepção dos participantes da pesquisa é em grande parte subjetiva, assim como subjetiva pode ser sua interpretação dos dados, porém para fins de análise conclusiva deste pesquisador, permanece o percentual de frequência em um valor superior a 50% como determinante para a efetividade ou não do programa.

4.2 Análise dos dados coletados

Conforme descrito no capítulo anterior, amostra foi delimitada em 472 alunos do PROERD, o que corresponde ao percentual de 0,736% do total de 64.100 alunos formados pela PMDF até 2015 e de 10 (dez) instrutores, número que corresponde a 43,478% dos 23 atuantes no PROERD. Objetivando garantir que o número de alunos respondentes fosse alcançado, foram distribuídos 600 (seiscentos) questionários em escolas de ensino fundamental e médio, divididas em 5 (cinco) regiões administrativas do Distrito Federal.

A margem de segurança caracterizada pelos questionários sobressalentes, justifica-se pelo fato de que nem todas as pessoas que recebem os questionários, o respondem e alguns nem se quer os devolvem. Há também o fato da maioria dos participantes ser menor de idade, havendo a necessidade de consentimentos dos pais ou responsáveis para participação na pesquisa, de modo que questionários preenchidos que não continham assinaturas dos responsáveis, foram desconsiderados.

Dos 600 questionários distribuídos, apenas 472 retornaram corretamente preenchidos, os demais não retornaram ou foram desconsiderados por não conterem assinatura dos alunos ou seus responsáveis. O total definitivo de respondentes, a faixa etária e a escolaridade de cada um deles, constituem dados importantes que podem influenciar no resultado da pesquisa, por isso merecem a atenção do pesquisador.

A distribuição dos instrumentos de pesquisa foi então constituída por 482 (quatrocentos e oitenta e dois) questionários considerados válidos, os quais definiram a amostra, sendo 472 alunos e 10 instrutores. A pesquisa de campo também permitiu a obtenção de dados a respeito da idade dos respondentes, a diferença de idade descrita em grupos escalonados pode ser verificada nos percentuais descritos adiante.

Verificou-se que o percentual mais elevado em relação à faixa etária dos alunos é de 56,144% da amostra, correspondendo a 265 alunos entre 13 e 15 anos, enquanto o menor percentual é 0,211% da amostra, correspondendo a um indivíduo, o qual está acima de 21 anos.

A faixa etária dos participantes mostrou-se importante por ter o potencial de influenciar diretamente no grau de maturidade de cada pessoa, fato que pode resultar em respostas distintas para questões idênticas, diversificando a percepção que cada um demonstra a respeito de um mesmo fenômeno.

Os dados apontam a maior frequência para instrutores entre 40 e 49 anos de idade, indicando que a maior parte dos instrutores tem elevado grau de experiência e maturidade, fato que pressupõe responsabilidade. Profissionais com pouca maturidade desenvolvendo atividades importantes como instrutores do PROERD, programa que trabalha com crianças e com temas relacionados às drogas, caso atuem sem a seriedade devida, podem causar incompreensões, desse modo, a presente faixa etária é um fator positivo para o PROERD.

A amostra apresentou os seguintes percentuais em relação ao gênero: 216 participantes correspondendo a 45,762% dos alunos, pertencem ao sexo masculino enquanto que 256 ou 54,237%, pertencem ao sexo feminino e 10 participantes, correspondendo a 100% dos instrutores, pertencem ao sexo masculino. Como a distribuição dos questionários aos respondentes foi realizada de forma aleatória e para aqueles que demonstraram interesse em participarem da pesquisa, não houve influência no sentido de equiparar o número de alunos e instrutores quanto ao gênero.

Outro ponto relevante a respeito dos participantes da pesquisa, se refere a escolaridade. Maior nível escolar tende a indicar maior conhecimento e portanto, maior capacidade para responder com propriedade as questões formuladas. A tabela adiante contém os dados obtidos a respeito da escolaridade dos alunos participantes:

TABELA 2
RESPONDENTES POR ESCOLARIDADE - ALUNOS

Ensino	Ano	Frequência	%
Fundamental	8º	124	26,271%
Fundamental	9º	139	29,449%
MÉDIO	1º	15	3,177%
MÉDIO	2º	194	41,101%

Fonte: Pesquisa de campo

A amostra de alunos é composta por crianças e adolescentes do ensino fundamental e ensino médio, havendo maior incidência para alunos do 2º do ensino médio totalizando 194 alunos, o que corresponde a 41.102% dos respondentes. Posteriormente a maior incidência é de alunos do 9º ano do ensino fundamental, totalizando 139 indivíduos, que corresponde a 29,449% dos participantes. A menor frequência ocorre com alunos do 1º ano do ensino médio, onde 15 alunos constituem 3,177% da amostra.

A tabela adiante permite a visualização do grau de escolaridade dos instrutores, os quais por uma exigência de ingresso na PMDF, atualmente devem possuir ensino superior.

TABELA 3
RESPONDENTES POR ESCOLARIDADE – INSTRUTORES

Escolaridade	Frequência	%
Graduação	3	30%
Especialização	7	70%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%
Phd	0	0%
Não possui curso superior	0	0%

Fonte: Pesquisa de campo

A maior frequência ocorre para instrutores que possuem especialização, representando 70% do total ou 7 respondentes. Os demais instrutores, correspondendo a 30% do total ou 3 respondentes, possuem graduação. O fato de todos os integrantes da amostra possuírem curso superior e a maior parte deles especialização, é um dado

significativo que pode indicar maior grau de conhecimento e nível cultural por parte dos educadores, fato que depõe a favor da efetividade do PROERD.

Para que se possa ter uma compreensão estatística dos valores obtidos na pesquisa de campo, em particular junto aos instrutores e alunos do PROERD que responderam aos questionamentos sobre suas percepções a respeito do programa, descreve-se a seguir, os principais dados obtidos junto aos respondentes.

4.3 Apresentação e análise dos dados coletados junto aos alunos

Com a pesquisa de campo, buscou-se inicialmente obter dados capazes de permitir a compreensão da percepção dos participantes a respeito da efetividade do PROERD. Para a concretização desse objetivo, foram elaborados questionamentos que incluíram questões objetivas e subjetivas, as quais pudessem ser convertidas em dados estatísticos quantificáveis. Neste momento, passa-se a descrever os resultados obtidos junto aos alunos.

Por se tratar de um programa educativo, a transmissão e assimilação dos conhecimentos, são relevantes para que se possa mensurar a efetividade do PROERD. Neste contexto, a primeira questão aplicada aos alunos, buscou mensurar o nível de conhecimento a respeito do termo drogas, o qual é basilar no grupo de temas trabalhados no programa.

Ao perguntar se os alunos sabem o que é droga, concedendo-lhes as opções sim ou não, 100% dos respondentes, equivalendo a 472 indivíduos, responderam sim, fato que indica alto grau de assimilação desse tema, o qual apesar de básico, é de grande relevância para a continuidade dos ensinamentos e para a efetividade do programa.

Posteriormente, com o objetivo de verificar o grau de conhecimento dos alunos a respeito das drogas, foi solicitado aos mesmos que escrevessem o nome de uma ou mais substâncias que considerassem ser drogas. O questionamento foi aberto, sem que fossem apresentadas quaisquer opções de respostas que servissem de base ou modelo para o aluno.

Obteve-se os seguintes dados: 375 respondentes, equivalendo a 79,449% da amostra, escreveram maconha; 194 respondentes, equivalendo a 41,102%, escreveram cocaína; 180 escreveram crack, o que corresponde a 38,135% do total de entrevistados; 124 ou 26,271% da amostra, escreveram LSD; 28 alunos, correspondendo

a 5,932%, escreveram heroína e 8,686% ou 41 indivíduos descreveram outras substâncias entorpecentes. Todos participantes responderam a questão.

Destaca-se que o percentual total ultrapassa 100%, fato ocasionado pela questão facultar ao respondente, escrever mais de uma substância considerada droga. Verificou-se nesta questão que todos os alunos são capazes de descrever substâncias caracterizadas como drogas, o que confirma as alegações dos alunos contidas na primeira questão, em que afirmam conhecer drogas.

Outro ponto trazido por esta questão, se refere às drogas mais conhecidas pelos alunos, sendo a maconha a mais popular, seguida pela cocaína, depois o crack, o LSD e a heroína em último lugar. O fato de se conhecer as drogas mais populares entre os alunos pode constituir um dado útil a ser utilizado pelos instrutores nas aulas do PROERD, adequando este tema ao currículo do programa para que seja mais efetivo.

Um dos principais objetivos do PROERD é fazer com que seus alunos não tenham contatos com as drogas, por isso, transmitir conhecimentos sobre os males causados por elas se mostra como algo relevante. O próximo questionamento buscou conhecer a percepção dos alunos a respeito dos males causados pelas drogas, para isso foi lhes perguntado se acham que as drogas fazem mal à saúde.

Ter a compreensão de que as drogas fazem mal à saúde, pode constituir um fator importante na luta em evitar o primeiro contato com estas substâncias. Por outro lado, ignorar a periculosidade das drogas, tende a facilitar o acesso a elas e conseqüentemente facilita ingresso no vício, neutralizando ações preventivas no combate ao uso e tráfico destas substâncias.

Os valores obtidos nesta questão mostram que 403 indivíduos, correspondendo a 85,381% da amostra, responderam sim, contra 56 ou 11,864% do total, que responderam não. Brancos e nulos somaram 2,754% correspondendo a 13 respondentes.

Apesar de ser preocupante o fato de um percentual com aproximadamente 12% de alunos, afirmar que drogas não fazem mal à saúde, a maioria absoluta constituída por um valor superior a 85% dos respondentes, tem uma percepção negativa a respeito das drogas por compreenderem que são maléfica saúde. Isso é um indicador de que os ensinamentos do programa foram assimilados em sua maioria.

Até o presente ponto da pesquisa, buscou-se verificar a percepção dos alunos sobre o nível de conhecimento a respeito das drogas, o qual pode ter o PROERD como maior fonte de informações. Desse modo, buscou-se a percepção dos alunos sobre quais seriam as principais fontes de informações a respeito das drogas.

Trata-se de uma questão fechada em que os respondentes tiveram as seguintes opções de respostas: Pais, amigos, PROERD e outros. A intenção é verificar o nível de ensinamentos transmitidos pelo PROERD a respeito do tema drogas, em comparação com outros grupos capazes de influenciar no comportamento dos jovens.

Para esta questão, obteve-se os seguintes dados: 208 alunos representando um percentual de 44,067% da amostra, percebem os pais como maior fonte de obtenção das informações que possuem a respeito das drogas; 222 alunos, equivalendo a 47,033%, afirmam que os amigos proveram suas informações sobre o tema, 416 ou 88,135% afirmam ser o PROERD o maior responsável por suas informações sobre drogas; 114 alunos ou 24,152% da amostra, responderam outras fontes como responsáveis por seus conhecimentos. Não houve votos brancos ou nulos de modo que todos responderam ao questionamento.

Verifica-se a maior frequência para a opção que se refere ao PROERD, com 416 afirmativas ou 88,135% do total de participantes, em segundo lugar veio o grupo dos amigos e logo abaixo o dos pais. Percebe-se que o PROERD tem sido a maior fonte de informações sobre drogas para os jovens em idade escolar, o que depõe a favor de seu grau de efetividade. Porém chama a atenção o fato dos amigos fornecerem mais informações sobre este tema que os próprios pais, os quais tem se apresentado nas diversas sociedades, como a primeira fonte de educação dos filhos.

Cabe relembrar que o foco do PROERD é afastar os alunos não somente das drogas proibidas, mas também das permitidas como álcool e tabaco, nesse contexto, a pesquisa também procurou conhecer o percentual de alunos que fizeram uso destas substâncias e o período de utilização em relação ao período em que estavam matriculados no PROERD.

Primeiramente foi questionado se os alunos já experimentaram tabaco. Um total de 153 deles, correspondendo a 32,415% do total de respondentes, afirmaram que sim, se opondo a um total de 319 ou 67,584%, que responderam não. Não houve votos brancos ou nulos.

Sabendo-se que 153 indivíduos experimentaram tabaco, valor que corresponde a 67,584% da amostra, julgou-se conveniente saber o período em que estes alunos fizeram uso desta substância, tendo como referencial, o período do curso. Foram dadas aos respondentes as seguintes opções de respostas: Antes de ter cursado o PROERD; durante o curso do PROERD; depois do curso do PROERD.

Foi verificado que 41 respondentes ou 26,797% dos 153 que experimentaram tabaco, consumiram esta substância antes de ter cursado o PROERD, 112 indivíduos ou 73,202% depois do curso. Não houve incidência durante o curso nem votos brancos ou nulos.

A maior frequência se refere ao período pós-curso, fato que pode ser compreendido pela pouca idade dos alunos antes de terem cursado o PROERD, o qual no Distrito Federal é aplicado prioritariamente aos alunos do 5º ano do ensino fundamental, os quais estão neste período com uma média de 10 anos de idade.

De forma análoga ao tabaco, foi questionado aos alunos se já experimentaram bebida alcoólica. 360 indivíduos correspondendo ao percentual de 76,271% da amostra, afirmaram já ter experimentado álcool, enquanto que 111, representando o percentual de 23,516%, não experimentaram. Respostas em brancos ou nulas somaram 0,211% da amostra, correspondendo a um indivíduo.

A maioria absoluta, representada por um percentual superior a 76%, já teve o primeiro contato com esse tipo de droga, contato este que se realizou antes do aluno ter cursado o PROERD, contraria seu objetivo principal que é evitar esse contato inicial. A próxima questão a ser analisada buscou verificar o período em que os alunos experimentaram álcool.

Após conhecer o percentual de alunos que experimentaram bebida alcoólica, buscou-se saber o período em que eles tiveram contato com esta substância, tendo como base o período do curso. Para isto a questão foi elaborada com as seguintes opções de respostas: antes de ter cursado o PROERD; durante o curso do PROERD; depois de ter cursado o PROERD.

Assim como no caso do uso do tabaco, a maior frequência se refere ao período pós-curso, fato que também pode ser compreendido como uma consequência relacionada

à faixa etária, a qual é maior após o período do curso. Alunos em idade mais avançadas, tendem a ser mais propensos ao envolvimento com drogas.

Já a pouca idade dos alunos antes de cursarem o PROERD pode constituir, um obstáculo ao primeiro contato com as drogas, devido ao fato de alunos tão jovens estarem mais próximos dos pais ou familiares, porém para este questionamento, os dados mostraram pontos contraditórios, conforme pode ser observado nos percentuais adiante apresentados.

Foi verificado que um percentual de 1,111% dos alunos, valor equivalente a 4 respondentes, experimentaram álcool antes de cursarem o PROERD. 0,555% representando 2 indivíduos, experimentaram álcool durante o curso e 93,338 ou 338 participantes, experimentaram bebida alcoólica depois do curso. Respostas nulas ou em branco somam 4,444%, correspondendo a 16 alunos.

Os pontos contraditórios mencionados anteriormente estão exatamente no fato de 1,111% dos participantes terem experimentado álcool antes de terem cursado o PROERD, opondo-se as expectativas de que a pouca idade poderia inibir tal conduta. Além disso, 0,555% dos alunos, experimentaram álcool durante o curso do PROERD, o que se opõe significativamente aos ensinamentos ali transmitidos.

Além de buscar informações sobre o consumo de drogas permitidas como tabaco e álcool pelos alunos, a pesquisa analisou o consumo de drogas proibidas diversas. Os respondentes foram questionados se experimentaram drogas proibidas, sendo obtidos os seguintes dados: A maior incidência revelou um percentual de 88,135% dos respondentes, valor equivalente a 416 indivíduos, os quais afirmam que nunca experimentaram drogas proibidas. Em oposição a este valor, 11,864% ou 56 alunos, afirmam ter experimentado drogas proibidas. Não houve incidência de brancos ou nulos.

Após conhecer o percentual de alunos que experimentaram drogas, buscou-se conhecer o período em que o contato com estas substâncias ocorreu, tendo como base o período em que os respondentes cursaram o PROERD. Novamente os alunos foram questionados, tendo como opções as seguintes respostas: antes de ter cursado o PROERD; durante o curso do PROERD; depois de ter cursado o PROERD.

Dos 56 alunos que afirmaram ter consumido drogas proibidas, 55 deles, equivalendo ao percentual de 98,214%, afirmaram ter consumido drogas proibidas após

terem cursado o PROERD. Apenas 1 respondente, representando o percentual de 1,785% do total de alunos, afirmou ter consumido antes de ter cursado o PROERD. Não houve incidência de alunos que utilizaram estas substâncias durante o curso nem tampouco respostas em branco ou nulas.

Após verificar o período em que os alunos experimentaram drogas proibidas, o próximo passo foi conhecer as drogas mais utilizadas por eles. Para cumprir este propósito, foi formulada uma questão aberta direcionada aos respondentes que afirmaram ter consumido tais substâncias, perguntando qual droga utilizou, devendo eles responderem de próprio punho sem ter opções de respostas pré-estabelecidas.

Os dados mostraram que 71,785% da amostra, valor traduzido pelo total de 29 respondentes, afirmaram ter consumido maconha; 16,071% ou 9 respondentes, disseram que fizeram uso de crack; 10,714% ou 6 alunos, consumiram cocaína e 7,142% representando 4 respondentes disseram ter consumido LSD. Outras drogas representam 14,285% da amostra ou 8 indivíduos. Não houve percentual para respostas em branco ou nulas. Cabe lembrar que a soma dos percentuais ultrapassam o valor de 100% devido ao fato de ter sido facultado aos participantes descreverem mais de um tipo de drogas.

Observa-se que a maconha e o crack ocupam as primeiras posições como drogas mais utilizadas, seguindo o padrão que ocorre não somente no Distrito Federal mas no restante do país. A preferência por estas drogas é comumente justificada pelos preços mais acessíveis em relação às outras drogas.

O aliciamento e o mau exemplo são fatores que influenciam os jovens a entrar no mundo das drogas, nesse contexto, a pesquisa procurou verificar o comportamento dos alunos ao se depararem com amigos utilizando drogas. Em oposição aos maus exemplos, as aulas do PROED contemplam temas que orientam os alunos a como proceder nestes casos, porém é necessário que os alunos os levem em consideração para que o PROERD seja efetivo.

Deste modo, verifica-se uma tensão entre a influência dos maus exemplos cotidianos e os ensinamentos do PROERD. Foi então questionado aos alunos se eles já presenciaram amigos usando drogas, sendo constatado que 370 deles equivalendo a 78,389% já presenciaram, enquanto 102 ou 21,610%, não presenciaram, não houve percentual de respostas em branco ou nulas.

De posse destes dados, julgou-se importante saber a atitude adotada pelos alunos que presenciaram seus amigos usando drogas. Para isto, foram elaboradas algumas alternativas relacionadas à questão, perguntado aos mesmos, qual seria a alternativa que melhor descreveria sua reação ao presenciar um amigo usando droga. As alternativas propostas foram: Sentiu vontade de denunciá-lo à polícia; sentiu vontade de se afastar de seu amigo; sentiu vontade de conversar com ele a respeito dos males causados pelas drogas; permaneceu indiferente em relação ao fato.

Obteve-se os seguintes dados: Nenhum aluno, portanto 0% da amostra, afirmou ter sentido vontade de denunciá-lo à polícia; 108 alunos, correspondendo a 28,882%, afirmaram ter sentido vontade de se afastar desse amigo; 116 ou 24,576% do total, sentiram vontade de conversar com ele a respeito dos males causados pelas drogas e 184 alunos, correspondendo a 38,983%, afirmaram que permaneceram indiferentes em relação ao fato. Respostas em branco ou nulas somaram 13,559%, o equivalente a 64 indivíduos.

Observa-se que a resposta com maior frequência se refere a opção de permanecer indiferente em relação ao fato, provavelmente pela dificuldade de alunos em idade escolar serem capazes de adotar um posicionamento reativo em questões como estas, até mesmo pelos riscos que acompanham tal situação, o que pode justificar o receio em informar o fato à polícia.

O que chama a atenção nesta questão é o número de abstenções, ultrapassando 13% do total de respondentes. Isso demonstra que ainda há certo receio em tratar questões relacionadas às drogas envolvendo outras pessoas e não somente o próprio aluno. Trata-se de um dado que pode ser trabalhado pelos instrutores em sala de aula, a fim de melhor orientar os alunos a esse respeito.

Após conhecer a reação dos alunos ao presenciarem amigos utilizando drogas, buscou-se saber qual seria a reação deles ao se depararem com pessoas que lhe oferecem estas substâncias. Trata-se de uma questão polêmica e pessoal, porém seus resultados se relacionam diretamente à efetividade do PROERD, e desse modo, aos objetivos da pesquisa.

Os dados apontam que 73,728% da amostra totalizando 348 alunos, já receberam propostas para usarem drogas, enquanto que 26,271%, equivalendo a 124 respondentes, não receberam propostas. Não houve resposta em branco ou nulas.

Não somente no Distrito Federal, que é o local onde se desenvolve a pesquisa, mas em todo o país, é comum nos dias atuais, crianças e adolescentes receberem esse tipo de proposta, seja por parte de usuários ou de traficantes. Sobre esse tema, o PROERD procura incentivar seus alunos a resistirem a esse tipo de abordagem, mas fica evidente que a decisão final sempre será do aluno, cabendo a ele optar pelo caminho desejado.

O próximo passo da pesquisa foi verificar a atitude dos alunos ao receberem propostas para usarem drogas, sabendo-se que eles contam com instituições como a família, a escola, os amigos e o PROERD para fornecerem informações que permitam a formulação de juízos a respeito do caminho certo a trilhar.

A questão adiante buscou não somente saber se a resposta do aluno foi positiva ou negativa, mas se ele foi capaz de dividir a experiência com outras pessoas, buscando dar uma solução conjunta ao problema. A questão deu a opção do respondente em dizer sim ou não, porém no caso da resposta negativa, foi agregada a ela, a possibilidade de se comentar ou não, o fato com alguém.

Para melhor compreensão das opções de respostas, estas estão assim descritas: Disse que sim; disse não e comentou o fato com outras pessoas; disse não e não comentou o fato com ninguém; não disse nada.

Verifica-se então que 5,932%, ou 28 dos alunos, responderam sim ao lhe oferecerem alguma droga proibida; 17,584%, equivalente a 83 indivíduos, responderam que não e comentaram o fato com outras pessoas; 47,033% ou 222 alunos, responderam não e não comentaram o fato com ninguém; 3,813% representando 18 alunos, afirmaram não ter dito nada diante do fato. 25,635%, o equivalente a 121 respondentes, não responderam a questão.

A maior frequência se refere aos alunos que disseram não e não comentaram o fato com ninguém, demonstrando que a maior parte dos respondentes não fazem uso de tais substâncias, mas em contrapartida, optaram em não compartilhar o fato com outras pessoas, nem mesmo familiares e amigos, o que pode dificultar a solução desse tipo de problema.

A segunda maior frequência, com o percentual de 25,635%, se refere aos votos brancos ou nulos. Trata-se de um percentual alto para esse tipo opção, a qual normalmente não ultrapassa o valor de 5%. O alto grau de recusa em responder a questão, pode ser

explicado pelo fato de tratar-se de uma questão polêmica e muito pessoal, capaz de marginalizar o indivíduo, causando-lhe em muitos casos, vergonha perante pessoas que não aprovam o uso destas substâncias.

A próxima questão direcionada aos alunos, buscou conhecer a percepção dos mesmos a respeito das drogas, sendo-lhes perguntado o que achavam destas substâncias. Foram descritas as seguintes opções de respostas: São legais; vale à pena experimentar; são perigosas; não tenho opinião.

A maioria dos alunos, representando o percentual de 80,720% da amostra ou 381 indivíduos, responderam que as drogas são perigosas. A segunda maior frequência com 10,381% dos alunos, valor equivalente a 49 indivíduos, responderam a opção não tenho opinião; 5,932% ou 28 alunos, responderam que as drogas são legais e 2,996% correspondendo a 14 alunos, responderam que vale a pena experimentar drogas. Não houve incidência de respostas em branco ou nulas.

Cabe destacar que existe uma relação próxima entre as opções “são legais” e “vale a pena experimentar”. Ambos os casos demonstram que há certa simpatia pelas drogas por parte dos alunos que assinalaram tais opções, as quais juntas totalizam aproximadamente 9% do total de respondentes.

Os integrantes desses grupos, apesar de não terem uma representatividade tão grande, podem, caso ainda não estejam consumindo drogas, virem a consumir no futuro ou influenciar outras pessoas a trilharem o mesmo caminho. Comumente visualiza-se nestes casos, uma falha na educação oriunda do ambiente familiar, fato que não foi revertido pelos ensinamentos obtidos na escola, cabendo ao PROERD, talvez como a última alternativa, ajudar o aluno a agir corretamente em relação ao perigo que permeia as drogas. Nesse contexto, julga-se haver a necessidade do PROERD tratar com maior atenção tais indivíduos.

Em outra questão, a pesquisa procurou conhecer a percepção dos alunos a respeito dos fatores que consideram importantes para redução do uso das drogas. A questão concedeu as seguintes opções de respostas: Orientação dos pais e familiares; orientação dos amigos; os ensinamentos do PROERD; repressão policial.

A questão permite mensurar o grau de confiança em cada grupo de influência na vida dos alunos que podem orientá-los a se afastar das drogas, principalmente o PROERD

que é o foco da pesquisa. Verificou-se que a maior frequência aparece na opção orientação dos pais, com 34,110% da amostra ou 161 respondentes. Em seguida aparece o percentual de 32,415% ou 153 alunos para a opção os referente aos ensinamentos do PROERD. 18,855% ou 39 respondentes entenderam ser a repressão policial como opção mais importante e 14.618% equivalendo a 69 alunos visualizaram que a orientação dos amigos é mais importante. Não houve incidência de respostas em branco.

Percebe-se a supremacia da família em relação à educação e à influência na vida das crianças e adolescentes, as quais encontram-se no meio familiar desde o nascimento, portanto, a incidência elevada para a opção “orientação dos pais e familiares”, não surpreende, porém fora do grupo familiar, a maior frequência ocorreu com a opção “os ensinamentos do PROERD”, demonstrando a crença em seus ensinamentos.

Como o PROERD foca seus esforços em dois segmentos preventivos, que se referem às drogas e à violência, a pesquisa também elaborou questões que pudessem analisar a efetividade do programa baseando-se na percepção e comportamento dos alunos. Desse modo, foi questionado aos mesmos se já se envolveram em alguma briga após ter cursado o PROERD.

As opções de respostas, foram simplesmente sim ou não. 153 dos respondentes correspondendo a 32,415%, afirmaram que já se envolveram em briga após o curso do PROERD, enquanto que 319 alunos, equivalendo a 67,584 do total, afirmaram não terem se envolvido em briga após o curso.

Em complemento a esta questão, buscou-se posteriormente saber se houve reincidência nos conflitos envolvendo os alunos. O grupo foi então questionado sobre quantas vezes se envolveram em brigas após terem cursado o PROERD. As opções de respostas foram: uma vez; duas vezes e mais de duas vezes.

Dos 153 alunos que se envolveram em brigas, verificou-se que um percentual de 26,797% ou 41 respondentes, afirmaram ter se envolvido em briga apenas uma vez após o curso do PROERD; 16,339% ou 25 alunos, afirmaram que se envolveram em brigas duas vezes após o curso e 56.863% ou 87 participantes afirmaram ter se envolvido em brigas mais de duas vezes.

Uma frequência tão alta para alunos que se envolveram em brigas mais de duas vezes após ter cursado o PROERD, pode entre outras possibilidades, indicar um

tratamento secundário pela metodologia e currículo do curso à questão da violência. Pode também indicar uma assimilação de conhecimentos deficiente por parte dos alunos em relação aos temas abordados. De qualquer modo, cabe lembrar que a principal base de dados para a análise da efetividade do programa é a percepção dos alunos e instrutores a esse respeito e não dados obtidos junto às diversas instituições que envolvem a vida dos respondentes.

Com o objetivo de conhecer a percepção dos alunos a respeito da eficácia das aulas do PROERD, foi perguntado aos mesmos se eles acham que as aulas do PROERD podem ajudá-los a ficar longe das drogas. Trata-se de uma questão que pretende conhecer não somente o grau de confiança do aluno no programa, mas também como ele percebe o programa em relação aos resultados obtidos, tendo como base sua experiência.

Foi verificado que 91,101% dos alunos, valor equivalente a 430 indivíduos, responderam sim para essa questão, enquanto 8,898% ou 42 alunos, responderam não. Não houve respostas em branco ou nulas. Esse percentual elevado para a primeira alternativa é um indicativo de aceitação e confiança no programa em relação a sua efetividade.

Para melhor compreender a percepção dos alunos que responderam não para esta questão, demonstrando assim, não acreditarem na efetividade do programa, os quais representam um percentual de 8,898% ou 42 alunos, a próxima questão solicitou a estes respondentes que justificassem a resposta negativa, concedendo-lhe cinco opções de respostas.

As respostas pré-estabelecidas foram assim descritas: Os ensinamentos do PROERD são incapazes de motivar a criança/adolescente a resistir às drogas; As orientações vindas dos familiares são mais eficazes que as orientações vindas dos instrutores do PROERD; as orientações vindas dos amigos são mais eficazes que as orientações vindas dos instrutores do PROERD; os ensinamentos do PROERD são difíceis de se aprender; outros.

Obteve-se os seguintes resultados: 38,095% dos respondentes, correspondendo a 16 alunos, entendem que os ensinamentos do PROERD são incapazes de motivar as crianças e adolescentes a resistirem às drogas; 42,857% ou 18 alunos, acreditam que as orientações vindas dos familiares são mais eficazes que as orientações vindas dos instrutores do PROERD; 4,761% dos respondentes ou 2 alunos, entendem que as

orientações vindas dos amigos são mais eficazes; 9,523%, equivalendo a dois respondentes, afirmaram que sua resposta negativa se justifica pelo fato dos ensinamentos do PROERD serem difíceis de se aprender; 4,761% ou 2 respondentes entendem que outros motivos justificam suas respostas. Não houve incidência de votos brancos ou nulos.

Novamente visualizando um duplo viés no foco do PROERD, ou seja, as drogas e a violência, as quais normalmente caminham juntas, porém constituem grupos distintos, procurou-se verificar a percepção dos alunos a respeito da eficácia do programa em relação a possibilidade de ajudar-lhes a não cometerem atos de violência.

Os dados mostraram os seguintes percentuais: 79,449% dos respondentes ou 375 indivíduos, acreditam que o PROERD pode ajudá-lo a não cometer atos de violência enquanto que 20,550% do total, correspondendo a 97 alunos, entendem que o programa não pode ajudá-los a não cometerem tais atos. Alternativas em branco ou nulas não ocorreram.

Com o intuito de compreender a incidência de respostas negativas, foi solicitado aos alunos que justificassem suas percepções, sendo pré-estabelecidas três opções de respostas, para que escolhessem a que mais representasse seu pensamento. As opções foram: As aulas do PROERD não ensinam a evitar a violência; as aulas do PROERD pouco ensinam a evitar a violência; As aulas do PROERD muito ensinam a evitar a violência, porém são de difícil compreensão.

A maior frequência gerou o percentual de 8,686%, equivalendo a 41 respondentes. Trata-se da opção referente possibilidade das aulas do PROERD não ensinarem a evitar a violência; houve um empate entre as opções que afirmam que as aulas do PROERD pouco ensinam a evitar a violência e a opção que afirma que as aulas muito ensinam a evitar a violência porém são de difícil compreensão, cada uma delas com o percentual de 5,932% ou 28 respondentes. Não houve respostas em branco ou nulas.

Esta questão buscou obter a percepção dos alunos em relação a efetividade do PROERD, tomando por base as experiências próprias dos respondentes, levando em consideração os efeitos que as aulas possam ter sobre si mesmos. Posteriormente, buscou-se a percepção dos mesmos quanto a efetividade do programa em relação às outras crianças e adolescentes. Foram então questionados se acreditam que o PROERD pode ajudar os outros jovens a não praticarem atos de violência.

Para esta questão obteve-se os seguintes resultados: 88,347% da amostra equivalendo a 417 respondentes, afirmaram que o PROERD pode ajudar as demais crianças e adolescentes a não praticarem a violência, valor que se opõe ao percentual de 11,625% ou 55 alunos, que afirmaram que não pode ajudar.

Comparando estes dados com o da questão anterior, verifica-se que há uma diferença de 42 votos, o equivalente a 8,898% do total de alunos, quando o questionamento sobre a efetividade do programa deixa de ter o próprio aluno como foco e passa para os demais indivíduos. Isso demonstra que a maioria dos alunos acreditam que o programa é mais efetivo para os outros que para si próprio.

Por ter a capacidade de decisão sobre suas ações, os respondentes demonstram acreditar que possuem total domínio sobre si mesmos e por isso não necessitem de orientações de outras pessoas ou de programas como o PROERD, talvez por esse fato, entendam que outras pessoas necessitem de ajuda e não o próprio aluno.

Com o objetivo de conhecer a percepção dos alunos sobre a forma em que avaliam as aulas do PROERD, a pesquisa contou com uma pergunta elaborada de forma simples, utilizando uma linguagem considerada própria dos alunos em idade escolar. Os respondentes foram indagados sobre como avaliam as aulas do PROERD, tendo as seguintes opções de respostas: São chatas; são legais; são divertidas; não tenho opinião.

Os resultados apontaram um percentual de 61,864%, o equivalente a 292 alunos, como maior frequência referindo-se opção divertidas; 26,271% ou 124 respondentes, avaliaram as aulas como legais; 5,932% ou 28 respostas, classificaram as aulas como chatas; 5,720% ou 27 alunos afirmaram não terem opinião. Brancos ou nulos somaram 0,211% ou um indivíduo.

Buscando uma relação entre a opinião dos alunos sobre o PROERD e um possível índice de ausência às aulas, buscou-se na pesquisa, verificar o percentual de faltas. Ao serem questionados se já faltaram às aulas do PROERD, 72,271% dos respondentes, correspondendo a 360 alunos, responderam que não faltaram às aulas do PROERD, valor que se opõe a 23,728%, ou 112 alunos, que admitiram ter faltado. Não houve respostas nulas ou em branco.

De posse destas informações, houve a necessidade de conhecer os motivos que levaram estes alunos a faltarem as aulas, podendo se relacionarem ou não a opinião dos

alunos sobre as aulas do PROERD. Para isto, os alunos faltosos foram questionados sobre os motivos que os levaram a faltar as aulas, dando-lhes as seguintes opções de respostas: Faltei porque as aulas eram chatas; faltei porque os ensinamentos eram difíceis de serem entendidos; faltei porque não gostava da maneira que os instrutores ministravam as aulas; faltei por outros motivos.

Foi verificado que 7,142%, equivalendo a 8 alunos, justificaram sua faltas alegando que as aulas eram chatas; 6,25% ou 7 alunos, porque os ensinamentos eram difíceis; 12,5% ou 14 alunos, faltaram por não gostarem da maneira que as aulas eram ministradas. A grande maioria composta por 74,107% dos respondentes, o que corresponde a 83 alunos, faltaram por motivos diversos aos elencados na questão. Estes dados indicam que não há uma relação direta entre o número de ausências às aulas e efetividade do programa, quando levada em consideração a opinião dos alunos sobre o curso.

Um dos principais objetivos da pesquisa de campo foi coletar dados a respeito da percepção dos alunos sobre o PROERD, nesse contexto, as próximas questões direcionadas aos participantes da pesquisa possuem demasiada importância para consecução desse propósito. Assim, com objetivo de compreender a aceitação e o grau de satisfação dos alunos em relação ao curso, questionou-se aos respondentes se eles gostaram de ser alunos do PROERD. 99,364% equivalendo a 469 alunos, responderam sim para essa questão, enquanto 0,423% ou 2 alunos responderam não. Resultados brancos ou nulos representaram 0,211%, equivalendo a 1 aluno.

Em complemento a esta questão, foram concedidas aos alunos que não gostaram de cursar o PROERD, algumas opções de respostas para que escolhessem a que melhor justificasse sua resposta negativa na questão anterior. As opções foram: Não acredito que o PROERD possa ajudar a me manter afastado das drogas e da violência; as aulas do PROERD são cansativas; não preciso de ajuda para me manter afastado das drogas e da violência; outros.

Os dados obtidos mostram que 50% da amostra, equivalente a 1 aluno, respondeu que não acredita que o PROERD possa ajudá-lo a se manter afastado das drogas e da violência. Valor igual assinalou como resposta que as aulas do PROERD são cansativas. As demais opções não incidiram em valores.

Posteriormente foi perguntado aos alunos se eles já utilizaram os ensinamentos do PROERD. Este questionamento permitiu mensurar a utilidade e importância que os ensinamentos tiveram na vida dos alunos e como as lições puderam ser ou não úteis quando necessárias.

Obteve-se os seguintes dados: 73,728% dos respondentes, correspondendo a 348 alunos, responderam que já utilizaram os ensinamentos do PROERD em suas vidas, contrapondo-se ao percentual de 26,271% ou 124 respondentes, que não utilizaram. Brancos e nulos não incidiram em percentual.

Em complemento a esta questão, foram descritas duas opções de respostas direcionadas aos alunos que utilizaram os ensinamentos do PROERD para que escolhessem qual melhor se adequa à experiência vivenciada. As alternativas foram: Os ensinamentos do PROERD foram úteis quando precisei; os ensinamentos do PROERD foram inúteis quando precisei.

Os dados demonstraram que 100% dos alunos que utilizaram os ensinamentos do PROERD, percentual equivalente a 348 respondentes, afirmaram que eles foram úteis quando necessários.

Outro fenômeno estudado envolvendo os alunos do PROERD, diz respeito a presença de ex-alunos consumindo drogas, sejam elas permitidas ou proibidas. Os respondentes foram então questionados se já presenciaram tal acontecimento, sendo verificado que 85,381%, percentual equivalente a 403 alunos, afirmaram ter presenciado ex-alunos utilizando as drogas mencionadas e 14,618% ou 69 alunos, não presenciaram tal fato. Não houve opções em branco ou nulas.

Esse tipo de resultado pode depor contra a efetividade do programa pelo fato da maior incidência estar relacionada ao consumo de drogas por alunos que receberam os ensinamentos do PROERD e mesmo assim não conseguiram evitar o contato com estas substâncias.

Buscou-se também saber a opinião dos alunos a respeito de possíveis mudanças na metodologia do programa. Tal questionamento tem por objetivo captar a percepção dos alunos sobre sua satisfação ou insatisfação a respeito das aulas ministradas no curso, seja parcialmente ou em sua totalidade. Nesse contexto, foi lhes perguntado se eles gostariam que algo fosse mudado nas aulas do PROERD.

Um percentual de 29,449% correspondendo a 139 alunos, afirmaram que gostariam que algo fosse mudado nas aulas do PROERD, se opondo ao percentual de 67,584% ou 319 alunos, que não são favoráveis às mudanças. Brancos e nulos apresentaram o percentual de 2,966%, correspondendo a 14 respondentes. A maior incidência revela a preferência pela manutenção da metodologia atual, portando a maioria dos alunos é a favor da continuidade das aulas sem que sofram alterações.

Cabe destacar que a metodologia seguida pelos instrutores do programa não é estabelecida pela PMDF, mas sim repassada pelo PROERD/Brasil, portanto modificações significativas não poderão ocorrer sem autorização dos órgãos competentes.

Após verificar se os alunos desejavam mudanças, o próximo passo foi verificar a percepção dos mesmos sobre quais mudanças gostariam que ocorressem. Foi elaborada uma questão aberta, perguntando aos respondentes sobre o que gostariam que fosse modificado. Os resultados obtidos foram divididos em grupos por similaridade, os quais ao final puderam ser assim selecionados: G1- Grupo dos alunos que desejam que o PROERD seja aplicado em mais anos do ensino fundamental; G2- Alunos que desejam mais atividades extras-classes; G3- Alunos que desejam mais atividades lúdicas; G4- Alunos que desejam que o manuseio de drogas reais façam parte das aulas; G5- alunos que desejam adoção de providências clínicas em favor dos alunos; G6- outras.

Após o processamento dos dados foram obtidos os seguintes resultados: 50,423% correspondendo a 238 alunos, desejam que o PROERD seja aplicado em mais anos do ensino fundamental; 22,457% representando 106 alunos, desejam mais atividades extras-classes; 9,957% ou 47 respondentes, desejam mais atividades lúdicas; 6,991% ou 33 alunos, desejam que sejam manuseadas drogas reais nas aulas; 3,389% representando 16 alunos, desejam que haja a adoção de providências clínicas por parte do PROERD em favor dos alunos que necessitarem; outras respostas equivaleram ao percentual de 4,025%, representando 19 respondentes; 2,754% ou 13 indivíduos não responderam.

A maior incidência ocorre no grupo dos que desejam a aplicação do PROERD em outros anos no ensino fundamental, seguida pelos que desejam mais atividades extra-classe. Essa e outras informações obtidas, serão ao final do trabalho encaminhadas à PMDF para que tenham conhecimento dos fatos e adotem medidas caso julguem necessárias.

A pesquisa também buscou a percepção dos alunos sobre como avaliam o programa. Para isto, foi lhes indagado a respeito, dando-lhes as seguintes opções de respostas. Ruim; bom; regular; ótimo; excelente. Ruim equivale ao menor valor possível e excelente ao valor mais elevado tendo regular como valor mediano. A opção bom representa um valor intermediário entre ruim e regular e a opção ótimo representa o meio termo entre regular e excelente.

Para essa questão obteve-se os seguintes resultados: 0,423% equivalente a 2 respondentes, avaliam o programa como ruim; 23,728% representando 112 alunos, avaliam como bom; 14,618% ou 69 respondentes, classificam o programa como regular; 42,584% compreendendo 201 respondentes, afirmam ser um ótimo programa e 42,584% ou 87 alunos, afirmam se tratar de um programa excelente.

A maior incidência revela que na percepção dos alunos, trata-se de um ótimo programa, fato que depõe a favor da efetividade do PROERD, porém demonstra que ainda há pontos a melhorar para que se atinja a excelência. O baixo percentual referente à opção ruim, ficou abaixo de 0,5% compreendendo apenas dois respondentes, fato favorável à efetividade do programa.

Outro ponto levantado na pesquisa diz respeito a possibilidade de recomendação do PROERD por parte dos alunos aos amigos. Entende-se que há uma relação entre o índice de recomendação e o índice de satisfação em relação ao programa, motivo pelo qual torna-se relevante mensurar o percentual de recomendações.

Nesta questão obteve-se os seguintes resultados: 98,093% dos respondentes ou 463 alunos, afirmaram que recomendariam o PROERD enquanto que 0,847%, compreendendo 4 alunos, afirmaram que não recomendariam; 1,059% equivalendo a 5 respondentes representaram votos em branco ou nulos.

Buscando conhecer os motivos que levaram alguns alunos a não recomendarem o PROERD, os mesmos foram indagados sobre por que não recomendariam. Tratando-se de uma questão aberta, novamente houve a necessidade de separar as resposta em grupos por similaridade, obtendo-se os seguintes grupos: G1- Respondentes que não recomendariam o PROERD por entenderem que o programa não é capaz de evitar que os alunos usem drogas; G2- Respondentes que não recomendariam o PROERD porque entendem as pessoas devem decidir sozinhas se querem participar do programa, sem sofrer influência de outros; G3- Brancos/nulos.

Obteve-se os seguintes resultados: 50% equivalendo a 2 respondentes, compõem o grupo dos que acreditam que programa não é capaz de evitar que os alunos usem drogas; 25% ou 1 respondente, entende que as pessoas devem decidir sozinhas se querem participar do PROERD e também 25% equivalendo a 1 respondente compõe o grupo de respostas nulas ou em branco.

Buscando conhecer a percepção dos alunos a respeito das informações sobre drogas transmitidas pelo PROERD, os alunos foram indagados sobre como avaliam estas informações, dando lhes as seguintes opções de respostas: São boas, pois podem ajudar o aluno a ficar longe das drogas; São ruins, pois não podem ajudar o aluno a ficar longe das drogas; São medíocres, pois apenas parte delas podem ajudar o aluno a ficar longe das drogas.

Um percentual de 65,042%, representando 307 respondentes, afirmam que as informações são boas, podendo ajudar os alunos a se afastarem das drogas; 3,389% ou 16 alunos, afirmam que são ruins, não podendo ajudar os alunos a se afastarem das drogas. A maior incidência apresentou um percentual de 29.661% representando 140 respondentes, os quais entendem que as informações são medíocres e apenas parte delas podem ajudar os alunos a ficarem longe das drogas.

Os respondentes também foram questionados a respeito de sua percepção sobre a continuidade da aplicação do PROERD nas escolas. As respostas podem trazer pontos relacionados ao sentimento dos alunos em relação ao programa como um todo, incluindo nível de satisfação, eficiência, eficácia e outros que possam ajudar a compreender a percepção do aluno sobre a efetividade do programa.

Ao questionar os alunos se o PROERD deve continuar a ser aplicado em sua escola, obteve-se os seguintes resultados: 94,067%, equivalente a 444 indivíduos, responderam que sim, enquanto 5,932% ou 28 respondentes, responderam que não. Não houve incidência alternativas em branco ou nulas. Estes dados demonstram boa aceitação e revelam que há um elevado grau de importância do PROERD para os alunos. Para que programas dessa natureza continuem em operação por muitos anos, a aceitação das pessoas constitui um fator relevante.

Outra questão, buscou a percepção dos alunos a respeito das habilidades dos instrutores em transmitir os ensinamentos para crianças e adolescentes. Essa questão não

tem a pretensão de avaliar a capacidade didática dos instrutores em ministrar aulas para um público tão jovem, mas saber se os alunos entendem que eles estão capacitados.

Ao serem questionados se os instrutores tinham as habilidades necessárias para transmitir os ensinamentos para crianças e adolescentes, 82,203% dos respondentes, o equivalente a 388 indivíduos, afirmaram que sim, se opondo ao percentual de 17,161% ou 81 respondentes, que disseram não.

A frequência elevada de alunos que percebem que os instrutores estão qualificados para trabalharem com o público jovem, é um fator favorável ao programa e indica que a didática dos educadores e a metodologia empregada está adequada aos propósitos do PROERD.

Com o objetivo de verificar o grau de conhecimento assimilado pelos alunos após cursarem o PROERD, foi perguntado aos respondentes, se eles conhecem os ensinamentos do PROERD, tendo-se obtido os seguintes resultados: 88,135%, valor que representa 416 respondentes, afirmaram que conhecem os ensinamentos, enquanto que 11,864% ou 56 respondentes, afirmaram que não conhecem. Não houve incidência de brancos e nulos.

A assimilação de conhecimentos transmitidos no PROERD, pode revelar traços de sua metodologia e didática dos educadores, além de dados relacionados a qualidade do curso. Presume-se que quanto maior o grau de conhecimentos assimilados pelos alunos, maior pode ser a efetividade do programa.

Complementando a questão, foram apresentadas três opções de respostas aos alunos que afirmaram conhecer os ensinamentos do PROERD, para que escolhessem qual melhor se adéqua ao seu nível de conhecimento. As opções foram: Conheço muito os ensinamentos do PROERD; conheço pouco os ensinamentos do PROERD; conheço razoavelmente os ensinamentos do PROERD.

Este questionamento pode trazer informações a respeito dos temas abordados no programa e da quantidade de conhecimento assimilados pelos alunos, fatores que também se relacionam à efetividade do programa. Após o processamento dos dados foi verificado que 19,951%, valor equivalente a 83 alunos, afirmaram conhecer muito os ensinamentos; 5,769% ou 24 alunos, disseram conhecer pouco os ensinamentos e 73,076% representando um total de 304 respondentes, afirmaram que conhecem razoavelmente os

ensinamentos do PROERD. Brancos e nulos incidiram em 1,201% do total, o que corresponde a 5 respondentes.

A pesquisa também obteve dados sobre a percepção dos alunos a respeito da eficácia do PROERD em evitar o primeiro acesso às drogas e à violência. Nesta questão leva-se em consideração os dois focos preventivos do programa, ou seja, as drogas e a violência. O objetivo é buscar o entendimento dos alunos quanto a efetividade do PROERD nestes dois quesitos.

A questão foi elaborada com a seguinte indagação – De modo geral você acha que o PROERD: ajuda a evitar o primeiro acesso às drogas e à prática de atos violentos por parte da criança e do adolescente; pode evitar apenas o primeiro acesso às drogas; pode evitar apenas a prática de atos violentos; não ajuda a evitar o primeiro acesso às drogas nem a prática de atos violentos por parte da criança e do adolescente.

Os resultados mostraram que 84,110% do total de alunos, correspondendo a 397 indivíduos, tem a percepção de que o PROERD é eficaz em ajudar a evitar o primeiro acesso às drogas e à prática de atos violentos por parte da criança e do adolescente; 13,983% ou 66 respondentes, acreditam que pode evitar apenas o primeiro acesso às drogas; não houve incidência para opção que afirma que pode evitar apenas a prática de atos violentos, 0,847% ou 4 respondentes entendem que o PROERD não ajuda a evitar o primeiro acesso às drogas nem a prática de atos violentos por parte da criança e do adolescente. Opções em branco e nulas somaram 1,059% da amostra equivalendo a 5 alunos.

Outra questão buscou saber o índice de reprovação no curso, baseando-se nas informações dos alunos. A perguntar se já reprovaram no PROERD, 99,788% correspondendo a 471 alunos, afirmaram nunca ter reprovado no programa e 0,211% ou 1 aluno, informou já ter reprovado. Não houve questões em branco ou nulas.

O índice de reprovação em um curso com a natureza do PROERD, que é de orientação e não de avaliação, pode indicar problemas particulares por parte dos alunos reprovados, mas também pode indicar falta de interesse pelos ensinamentos, fato que em certos casos, pode relacionar-se à qualidade do curso e desse modo, à sua efetividade, motivo pelo qual este tema foi abordado.

Complementando a questão, buscou-se verificar a incidência de reprovação por ano em que o aluno cursou o PROERD. Foi verificado que a única reprovação ocorreu no 5º ano do ensino fundamental, representando assim 100% para este período.

Com o objetivo de verificar a efetividade do PROERD, buscou-se saber o quanto o programa tem sido útil na vida dos alunos. Neste contexto, foi perguntado aos respondentes, se eles consideram o programa importante para suas vidas. 79,661%, valor referente a 376 alunos, responderam que sim, enquanto que 20,338% ou 96 alunos, afirmaram que não.

Neste contexto, o entendimento é que quanto mais importante o programa for na vida dos alunos, mais efetivo ele poderá ser e quanto menos importante for, menor será sua efetividade. Desse modo, há uma relação entre a efetividade do programa e sua utilização proveitosa pelos alunos após terem cursado o programa.

Como a questão requer complemento para se obter melhor compreensão do fenômeno, foi perguntado aos alunos que percebem o PROERD importante para suas vidas, qual seria o grau de importância atribuído, ou seja, o quanto o PROERD lhe foi relevante. Essa questão também permite mensurar a efetividade do programa levando em consideração mudanças no comportamento dos alunos, causadas por experiências relacionadas aos ensinamentos do programa.

A questão foi elaborada de modo a oferecer como opções de respostas, três níveis de importância para escolha dos alunos, os quais foram assim descritos: Muito importante; pouco importante; importância mediana.

Com esta questão obteve-se os seguintes dados: 44% representando 165 respondentes, consideram o PROERD muito importante para suas vidas; 7,466% ou 28 alunos, consideram pouco importante; 48% ou 180 respondentes, consideram o PROERD medianamente importante para suas vidas.

Outro ponto abordado na pesquisa é a questão do instrutor do PROERD ministrar as aulas utilizando uniforme que o identifique como policial militar. Buscando verificar se este fato pode influenciar na percepção dos alunos a respeito da efetividade do PROERD, foi perguntado aos mesmos como eles se sentem em relação ao policial fardado em sala de aula, concedendo-lhes quatro opções de respostas assim descritas: se sentiu seguro; se sentiu constrangido; se sentiu intimidado; se sentiu indiferente ao fato.

Para esta questão obteve-se os seguintes dados: 73,516% equivalente a 347 alunos, sentiram-se seguros, 0,635% ou 3 respondentes se sentiram constrangidos, nenhum aluno se sentiu intimidado e 25,847% ou 122 alunos se sentem indiferente em relação a presença do policial militar fardado em sala de aula. Brancos e nulos não incidiram em percentual.

Visando obter informações mais precisas a respeito da percepção dos alunos quanto ao instrutor fardado em sala de aula, formulou-se uma pergunta complementar, a qual questiona aos alunos como eles acham que policial militar instrutor do PROERD deve trajar-se em sala de aula, as opções de respostas foram as seguintes: Deve utilizar o uniforme da polícia militar; deve utilizar roupas civis.

Após o processamento dos dados, verificou-se que 94,703% dos respondentes, valor equivalente a 447 alunos, entendem que o instrutor deve utilizar o uniforme da polícia militar, enquanto que 4,237% ou 20 alunos, entendem que ele deve utilizar roupas civis. O maior percentual demonstra que na percepção dos alunos, os moldes atuais são os mais viáveis.

Um fator que pode influenciar na percepção dos alunos sobre o PROERD é o motivo que leva o aluno a frequentar as aulas do programa. A experiência atesta que pessoas que frequentam cursos obrigados por forças externas, tendem a ter pouca aceitação e interesse por eles.

Com o objetivo de detectar os motivos que levaram os alunos a frequentarem o programa, a seguinte questão foi a eles direcionada - Sua participação no PROERD foi motivada por: Vontade própria; por vontade de seus pais ou demais familiares; por vontade de seus amigos; por vontade de seus professores; por outros motivos.

Os resultados obtidos foram: 69,279% dos respondentes ou 327 indivíduos afirmaram que a motivação para frequentar o PROERD foi a vontade própria, 3,177% constituídos por 15 respondentes afirmaram que foi a vontade dos pais ou demais familiares; 2,754% ou 13 alunos, disseram que foi por vontade de seus amigos; 20,127% ou 95 alunos afirmaram ser a vontade dos professores e 4,024% equivalendo a 19 respondentes, afirmaram que foram outros motivos. Brancos e nulos incidiram em 0,635% ou em 3 respondentes.

Com o objetivo de coletar mais elementos que descrevessem a efetividade do PROERD na percepção dos alunos, a pesquisa procurou coletar dados que pudessem trazer à tona, a fonte de informações que norteiam os alunos a resistirem às drogas e à violência. Para isto, o seguinte questionamento foi formulado - Sua capacidade de se afastar das drogas e da violência se deve principalmente: às orientações dos pais e familiares; aos ensinamentos obtidos no PROERD; às informações obtidas junto aos amigos; às aulas do ensino fundamental; nenhuma das anteriores.

Obteve-se os seguintes resultados: 61,864% equivalente a 292 respondentes afirmaram que sua capacidade de se afastar das drogas e da violência se deve principalmente às orientação dos pais e familiares; 26,271% ou 124 alunos afirmaram que se deve aos ensinamentos do PROERD; 1,271% ou 6 alunos, disseram que se deve às informações obtidas juntos aos amigos; 0,635% ou 3 respondentes, afirmaram que se deve às aulas do ensino fundamental; 9,997% representando as intenções de 47 alunos, afirmaram que nenhuma das opções anteriores é responsável por sua capacidade de se distanciar das drogas e da violência. Não houve incidência de brancos e nulos.

Um dos indicativos que permitem verificar a efetividade do PROERD é mudança no comportamento dos seu alunos, os quais após receberem uma carga de ensinamentos a respeito dos males causados pelas drogas e pela prática da violência, passam a ter informações úteis para formulações de juízos de valores, cabendo a eles a opção de se comportar de forma correta ou errada.

Com o objetivo de conhecer a percepção dos alunos sobre possíveis mudanças influenciadas pelo PROERD em seus comportamentos relacionadas aos temas drogas e violência, o instrumento de pesquisa aplicado continha a seguinte questão: Você acha que o PROERD mudou de forma positiva sua maneira de se comportar em relação as drogas e a violência?

Os dados mostraram que 67,84% dos alunos, equivalendo 319 indivíduos, perceberam mudanças positivas em seu comportamento ocasionadas pelo PROERD, opondo-se ao percentual de 32,415% ou 153 respondentes que não perceberam mudanças positivas. Opções nulas ou em branco não incidiram em percentual.

Em complemento a questão anterior, houve a necessidade de conhecer a percepção dos alunos que afirmaram que o PROERD mudou positivamente seus comportamentos, a respeito do grau de mudança ocorrido. Para isto, foi lhes perguntado o quanto seu

comportamento mudou, dando-lhes as seguintes opções de respostas: Mudou muito o meu comportamento; mudou pouco o meu comportamento; mudou medianamente meu comportamento.

Foi verificado que 57,680%, valor equivalente a 184 respondentes, afirmaram que o PROERD mudou muito seus comportamentos de forma positiva; 9,090% ou 29 indivíduos; afirmaram que mudou pouco e 32,601% correspondendo a 104 alunos, afirmaram ter mudado medianamente seus comportamentos; questões em brancos e nulas totalizaram 0,626%, equivalente a 2 alunos.

Posteriormente buscou-se conhecer a percepção dos alunos sobre como acreditam que o PROERD pode mantê-los afastados das drogas. Trata-se de uma questão aberta sem opções de respostas que pudessem influenciar os respondentes. Após a coleta dos dados, foi possível dividir as respostas em quatro grupos distintos, os quais foram assim descritos: G1- Alunos que entendem que a maneira em que o PROERD pode ajudar, é através dos seus ensinamentos; G2- influenciando o comportamento dos alunos; G3- apresentando exemplos dos males causados pelas drogas; G4- grupo composto por respostas distintas das anteriores.

Os dados demonstraram que 60,593%, valor equivalente a 286 alunos, entendem que é através dos ensinamentos sobre drogas que o PROERD pode ajudar a mantê-los afastados destas substâncias; 14,406% ou 68 respondentes, consideram que é influenciando o comportamentos dos alunos; 3,389% ou 16 respondentes entendem que é apresentando exemplos dos males causados pelas drogas; 16,949% ou 80 alunos entendem ser outros fatores que os ajudam a mantê-los afastados das drogas; 4,661% equivalendo a 22 alunos não responderam.

A maior frequência apontando para os ensinamentos do programa, demonstram a importância que o currículo tem para a efetividade do PROERD. Adequar temas relevantes ao ensino e à aprendizagem constitui um fator primordial para que os propósitos do programa sejam atingidos, nesse contexto, os dados apontam que há uma percepção positiva em relação aos ensinamentos transmitidos.

O alunos foram questionados anteriormente com formulações interrogativas elaboradas com intuito de revelar suas percepções a respeito da efetividade do PROERD, principalmente no que diz respeito a sua eficiência e eficácia. Em alguns momentos as questões posicionavam separadamente a questão das drogas e da violência. Objetivando

verificar a percepção dos alunos sobre a eficácia do programa em relação às drogas e à violência de forma unificada, foi perguntado aos respondentes, levando em consideração toda experiência vivida no PROERD e junto aos familiares e amigos, se entendem poder afirmar que o programa tem sido eficaz em manter as crianças e adolescentes afastados das drogas e da violência.

Obteve-se os seguintes dados: 70,550% equivalendo a 333 respondentes afirmaram que o PROERD tem sido eficaz em manter as crianças e adolescentes afastados das drogas e da violência e 29,449% ou 139 alunos, afirmaram que não. Não houve percentuais para brancos e nulos.

Complementando esta questão, foi solicitado aos alunos que percebem que o PROERD tem sido eficaz em manter as crianças e adolescentes afastados das drogas e da violência, que atribuíssem uma nota de 1 a 10 para a eficácia do programa, onde 1 equivale ao menor grau de eficácia e 10 ao maior grau.

Foram obtidos os seguintes resultados: Não houve incidência de percentual para notas 1 e 2; 2,996% representando um total de 14 alunos, atribuíram nota 3; 5,932% ou 28 alunos, atribuíram a nota 4; 8,686% ou 41 respondentes, atribuíram a nota 5; 14,618% ou 69 alunos, atribuíram a nota 6; 9,745% ou 46 alunos, atribuíram a nota 7; 19,703% ou 93 respondentes, assinalaram a nota 8; 13,559% ou 64 alunos, atribuíram a nota 9 e 24,788% representando 117 respondentes, atribuíram a nota 10.

TABELA 4
NOTAS DOS ALUNOS ATRIBUÍDAS À EFICÁCIA DO PROERD

Nota	Nº de alunos	%
1 e 2	0	0%
3	14	2,996%
4	28	5,932%
5	41	8,686%
6	69	14,618%
7	46	9,745%
8	93	19,703%
9	64	13,559%
10	117	24,788%

Fonte: Pesquisa de campo

Estes dados representam um fator relevante em relação à efetividade do programa, principalmente por representar a percepção dos respondentes em relação ao seu nível de eficácia, tema que constitui a maior representação de funcionalidade do PROERD na visão dos participantes, portanto evidencia-se que quanto mais eficaz for o programa, mais efetivo ele será.

Para finalizar as questões contidas no questionário aplicado aos alunos, foi solicitado aos mesmos que escrevessem um ou mais aspectos do PROERD considerados positivos e também um ou mais aspectos considerado negativos. Por tratar-se de uma questão aberta, não houve opções pré-estabelecidas de respostas, tendo os respondentes total liberdade para opinarem.

Em relação aos aspectos positivos, foi possível separar as respostas obtidas em 5 grupos distintos: G1- Bons ensinamentos; G2- instrutores legais; G3- ajuda crianças e adolescentes a se afastarem das drogas; G4- as brincadeiras; G5- outras opções.

Obteve-se os seguintes resultados: 35,593% equivalendo a 168 respondentes, afirmaram respostas referentes aos bons ensinamentos; 28,813% representando 136 respondentes, fizeram referências à existência de instrutores legais; 15,042% ou 71 alunos, fizeram referência ao fato do PROERD ajudar as crianças e adolescentes a se afastarem das drogas; 13,983% ou 66 alunos, se referiram às brincadeiras e 5,508% equivalendo a 26 a respondentes, fizeram referência a outros aspectos. Opções sem respostas e nulas corresponderam ao percentual de 1,059% ou 5 alunos.

TABELA 5

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS A RESPEITO DE ASPECTOS POSITIVOS DO PROERD

Grupo	Percepção	Frequência	%
G1	Bons ensinamentos	168	35,593%
G2	Instrutores legais	136	28,813%
G3	O fato de ajudar crianças e adolescentes a se afastarem das drogas	71	15,042%
G4	As brincadeiras	66	13,983%
G5	Outros	26	5,508%
G6	Branco/nulos	5	1,059%

Fonte: Pesquisa de campo

Os aspectos positivos e negativos detectados pelos respondentes, permitem visualizar suas opiniões sobre possíveis erros e acertos, servindo de base para adoção de ações corretivas por parte dos gestores do PROERD, caso sejam necessárias.

Quanto à percepção dos alunos sobre aspectos negativos do PROERD, foi possível dividir as respostas em 6 grupos distintos: G1- o PROERD não tem em todas as séries ou anos do ensino fundamental; G2- o PROERD não tem em todas as escolas; G3- poucas brincadeiras; G4- aulas cansativas; G5- instrutores fumando; G6- grupo que corresponde a outras respostas.

Foram obtidos os seguintes percentuais: 17,584% correspondendo ao total de 83 respondentes, apontaram como aspecto negativo o fato do PROERD não ser desenvolvido em todos os anos do ensino fundamental; 11,016% ou 52 alunos, fizeram menção ao fato do PROERD não estar presente em todas as escolas; 7,203% ou 34 respondentes, afirmaram o fato de ter poucas brincadeiras; 4,661% ou 22 alunos, mencionaram ser as aulas cansativas; 0,635% ou 3 respondentes, mencionaram instrutores fumando e 1,694% correspondendo a 8 respondentes, mencionaram aspectos distintos dos mencionados anteriormente. 57,203%, valor equivalente a 270 alunos, não responderam.

A maior frequência, com um percentual superior a 57% dos respondentes, optaram em deixar a questão em branco, fato que indica que a maioria dos alunos não veem aspectos negativos no PROERD.

TABELA 6
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS A RESPEITO DE ASPECTOS NEGATIVOS DO PROERD

Grupo	Percepção	Frequência	%
G1	Não tem em todas as séries/anos do ensino fundamental	83	17,584%
G2	Não tem em todas as escolas	52	11,016%
G3	Poucas brincadeiras	34	7,203%
G4	Aulas cansativas	22	4,661%
G5	Instrutores fumando	3	0,635%
G6	Outros	8	1,694%
G7	Branco/nulos	270	57,203%

Fonte: Pesquisa de campo

Finaliza-se assim a apresentação dos dados coletados junto aos alunos do PROERD, os quais trazem consigo, a representação quantitativa da percepção dos respondentes.

Estes dados serão posteriormente unidos aos dados coletados junto aos instrutores do programa, permitindo assim, uma ampla visão do pensamento dos participantes da pesquisa a respeito do PROERD. Inicia-se adiante, a apresentação dos dados obtido junto aos instrutores.

4.4 Apresentação e análise dos dados coletados junto aos instrutores

Após a apresentação dos dados coletados juntos aos alunos, passa-se a descrever neste momento, os resultados obtidos junto aos instrutores, mediante a aplicação de questionários. Conforme mencionado anteriormente, a amostra foi composta por 10 instrutores, todos policiais militares atuantes no PROERD. O instrumento de pesquisa foi elaborado com questões direcionadas à obtenção da percepção dos respondentes a respeito da efetividade do PROERD, levando em consideração temas diversos relacionados ao programa, principalmente sua eficiência e eficácia.

Neste momento, passa-se a descrever os resultados obtidos junto aos instrutores. A primeira questão buscou conhecer a percepção dos instrutores a respeito da metodologia empregada no PROERD, para isto foi proposta a seguinte questão: Você está satisfeito com a metodologia de ensino e aprendizagem adotada pelo PROERD?

Após o processamento dos dados, obteve-se os seguintes resultados: 90% equivalendo a 9 respondentes, afirmaram estarem satisfeitos com a metodologia, enquanto 10% do total de instrutores, valor equivalente a 1 respondente, afirmou não estar satisfeito. O elevado percentual a favor da metodologia atualmente empregada pelo PROERD, é um claro indicativo de que os educadores do programa entendem que não há necessidade de mudanças metodológicas, indicando que a metodologia atual atende de forma eficaz aos objetivos propostos.

Com o objetivo de mensurar o grau de satisfação dos instrutores a respeito da metodologia do PROERD atualmente empregada, foi perguntado aos respondentes que afirmaram estarem satisfeitos, qual o seu nível de satisfação, dando-lhes como opções de respostas, as seguintes alternativas: Totalmente satisfeito; muito satisfeito; apenas satisfeito; pouco satisfeito.

Verificou-se que 70% dos respondentes, valor correspondente a 7 instrutores, afirmaram estarem muito satisfeitos e 30% ou 3 respondentes, disseram estar totalmente satisfeitos. Não houve incidência para as demais alternativas. A maior frequência para

respondentes muito satisfeitos é um indicativo de que na percepção dos instrutores, a metodologia tem se mostrado eficaz, não necessitando de modificações significativas, portanto o programa estaria sendo efetivo em termos de metodologia.

Destaca-se que a metodologia não é definida pela PMDF, instituição que desenvolve o programa, pois trata-se de um programa administrado pelo DARE internacional, sendo feitas modificações pontuais visando adequações do programa à realidade de nosso país. Maiores modificações depende dependerá de autorização dos gestores internacionais.

Um fato relevante para a efetividade do PROERD é a formação de seus instrutores, formação esta que é de responsabilidade da instituição PMDF. Com o objetivo de conhecer se a formação dos instrutores tem sido provida pela instituição, foi elaborada a seguinte questão: A PMDF tem providenciado toda a formação de que necessita para desempenhar corretamente as atividades de instrutor do PROERD? Foi oferecida as seguintes opções de respostas: Concordo totalmente; concordo em grande parte; não concordo nem discordo; discordo em grande parte; discordo totalmente.

Os dados traduzem o valor mais elevado para opção “concordo totalmente” e o menor para a opção “discordo totalmente”. O valor mediano se traduz pela opção – “não concordo nem discordo”. Obteve-se os seguintes resultados: 80% da amostra, valor equivalente a 8 instrutores, afirmaram concordar em grande parte com o enunciado da questão; 10% ou 1 respondente, afirmou discordar em grande parte, valores iguais ocorreram para a opção “discordo totalmente”.

Estes dados indicam que apesar da corporação prover a maior parte da formação dos instrutores, ainda há deficiências, de modo que o provimento não é total, ou seja, ainda há pontos que necessitam de melhorias, o que não significa que a formação é insuficiente, pelo contrário, já que a maior frequência indica valores positivos.

Importante destacar que a formação do instrutor policial militar não é unicamente responsabilidade da instituição PMDF, a qual desenvolve o PROERD porém não detém totais direitos sobre o mesmo. Portanto a formação citada requer envolvimento do DARE Internacional, ONG que administra o programa em nível mundial.

Ainda analisando a efetividade da metodologia do PROERD, buscou-se a percepção dos instrutores a respeito da necessidade de mudanças nesta metodologia.

Nesse contexto, os instrutores foram assim questionados: você acha que a metodologia do PROERD deve ser modificada? Contabilizou-se os seguintes valores: 40% correspondendo 4 respondentes afirmaram que sim, enquanto 60% ou 6 respondentes afirmaram que não. No quesito metodologia, permanece inalterada a intenção de permanecer aplicando a metodologia atual.

Com o objetivo de compreender o grau de modificação na metodologia desejado pelos instrutores que defendem modificações, foram descritas três opções de respostas e solicitado que escolhessem a opção que mais justifica a resposta positiva em relação às mudanças. As opções elencadas foram: A metodologia deve ser totalmente modificada; a metodologia deve ser muito modificada; a metodologia deve ser medianamente modificada; a metodologia deve ser pouco modificada.

Os resultados mostram que 25% dos instrutores que defendem mudanças, entendem que a metodologia deve ser muito modificada; valores iguais entendem que deve ser pouco modificada e 50% entendem que deve ser medianamente modificada.

A pesquisa também buscou conhecer a percepção dos instrutores do PROERD a respeito do material didático utilizado pelo programa. Ressalta-se que o PROERD não é brasileiro, portanto sua metodologia pode não se adequar totalmente à realidade de nosso país, inclusive em relação ao material didático utilizado. Nesse contexto, foi perguntado aos respondentes: o material didático adotado pelo PROERD atende aos objetivos propostos?

Um percentual de 60% dos respondentes, valor correspondente a 6 indivíduos, afirmaram que sim, contrapondo-se ao percentual de 40% ou 4 respondentes que afirmaram que não. Estes valores indicam que na percepção dos instrutores, o material didático cumpre com seu papel e independente da possibilidade de melhorias pode ser considerado eficaz.

Aos instrutores que entenderam que o material didático não atende aos objetivos propostos, foi solicitado que escolhessem entre quatro opções, indicando qual delas seria mais adequada à solução do problema. As opções foram: substituir totalmente o material didático utilizado; substituir em grande parte o material didático; substituir medianamente o material didático; substituir em pequena parte o material didático utilizado.

Na percepção de 75% dos respondentes, valor equivalente a 3 instrutores, deveria-se substituir medianamente o material didático; 25% dos instrutores ou 1 respondente, entende que deve-se substituir em pequena parte o material didático.

Outro ponto passível de análise e que pode corroborar ou não com a efetividade do PROERD, diz respeito ao grau dos ensinamentos transmitidos e assimilados pelos alunos. Com o objetivo de verificar, com base na percepção dos instrutores, se os alunos geralmente assimilam os ensinamentos do PROERD, formulou-se a seguinte questão: na sua percepção, pode-se afirmar que de modo geral, os alunos correspondem às expectativas do PROERD em relação a assimilação dos ensinamentos transmitidos.

Verificou-se que 90% dos instrutores, valor equivalente a 9 respondentes, afirmaram que sim, enquanto 10%, correspondendo a 1 respondente, afirmou que não. O alto percentual de instrutores percebendo que os alunos de modo geral assimilam os ensinamentos do PROERD, constitui um dado que depõe a favor da efetividade do programa, o qual pressupõe-se estar cumprindo com os objetivos propostos de ensinar as crianças em idade escolar a se auto protegerem das pressões sofridas nas questões que envolvem o uso de drogas.

Com o intuito de extrair dados mais contundentes em relação a percepção dos instrutores a respeito do grau de assimilação dos ensinamentos do PROERD pelos alunos, foram formuladas quatro afirmativas para que os respondentes escolhessem qual delas melhor fundamenta sua percepção. As opções foram: de modo geral os alunos assimilam a totalidade dos ensinamentos; de modo geral os alunos assimilam a maior parte dos ensinamentos; de modo geral os alunos assimilam medianamente os ensinamentos; de modo geral os alunos assimilam pequena parte dos ensinamentos.

Os dados demonstram que aproximadamente 80% da amostra, correspondendo a 8 instrutores, entendem que os alunos assimilam de modo geral, a maior parte dos ensinamentos e aproximadamente 1%, correspondendo a 1 respondente, entende que de modo geral, os alunos assimilam a totalidade dos ensinamentos transmitidos, este mesmo percentual incidiu em votos em branco.

O fato de que na percepção dos instrutores, a maior frequência se relaciona aos alunos que assimilam a maior parte dos ensinamentos, constitui um dado positivo para a metodologia do programa e para o nível didático dos instrutores, fatos que favorecem o grau de efetividade do PROERD.

Evidencia-se que não somente no caso do PROERD, mas em qualquer programa que se predisponha a transmitir conhecimentos a um grupo de pessoas, este não poderá ser considerado efetivo se a maioria dos alunos não assimilarem a maior parte dos conhecimentos transmitidos.

A próxima questão direcionada aos instrutores, aborda um tema relacionado às faltas dos alunos às aulas do PROERD, fenômeno que pode indicar o grau aceitação dos alunos em relação ao programa ou problemas de ordem particular entre outros fatores. A questão foi formulada com as seguintes opções de respostas: A média de alunos faltosos reincidentes normalmente está abaixo de 1% do total de alunos; normalmente varia entre 2% e 5%; normalmente varia entre 6% e 10%; normalmente varia entre 11% e 20%; normalmente varia acima de 20% do total de alunos.

Obteve-se os seguintes resultados: 40% dos instrutores, valor equivalente a 4 respondentes, afirmaram que a média de alunos faltosos reincidentes em cada curso normalmente está abaixo de 1% do total de alunos e 60% ou 6 instrutores, afirmaram que a média está entre 2% e 5% do total de alunos. Não houve incidência de valores para as demais opções.

O número de alunos que reincidem em faltas às aulas do PROERD na percepção dos instrutores, pode ser considerado relativamente baixo ou dentro dos padrões aceitáveis em nosso país, portanto não traz prejuízos significativos à relação ensino e aprendizagem e não afeta o grau de efetividade programa.

Para que o PROERD seja ou não, considerado efetivo na percepção de seus instrutores, é necessário que os mesmos tenham uma opinião formada sobre diversos fatores que se relacionam ao programa, dentre os quais está a qualidade do currículo do programa. Neste momento, descreve-se o próximo questionamento direcionado aos instrutores, o qual busca conhecer suas percepções sobre o currículo adotado no curso.

Os instrutores foram então questionados se é possível afirmar que o currículo adotado pelo PROERD contempla temas eficazes na preparação do aluno para resistir às drogas e à violência, tendo as seguintes opções de respostas: Concordo totalmente;

concordo em grande parte; não concordo nem discordo; discordo em grande parte; discordo totalmente.

Os dados obtidos demonstraram que 40% dos instrutores, correspondendo a 4 respondentes, concordam totalmente com a proposição; iguais valores afirmaram concordar em grande parte e 20% ou 2 instrutores, afirmaram que não concordam nem discordam. As demais opções não incidiram em valores. As maiores frequências compõem as percepções de instrutores que concordam totalmente e que concordam em grande parte, indicando o entendimento de que o currículo é eficaz em relação aos objetivos de preparar os alunos a resistirem às drogas e à violência.

Outra questão direcionada aos instrutores, buscou revelar suas percepções a respeito do grau de participação dos alunos nas atividades desenvolvidas no PROERD. Pressupõe-se que o grau de efetividade do programa pode ser afetado por fatores como a participação dos alunos na realização das tarefas e demais atividades. Os instrutores foram então indagados a esse respeito, tendo as seguintes opções de respostas: A totalidade dos alunos realizam as atividades desenvolvidas pelo PROERD; a maioria dos alunos realizam as tarefas; aproximadamente metade dos alunos as realizam; apenas a minoria dos alunos realizam as tarefas; não tenho elementos que me permitam responder esta questão.

Obteve-se os seguintes resultados: 10% dos respondentes equivalendo a 1 instrutor, afirma que a totalidade dos alunos realiza as atividades desenvolvidas pelo programa enquanto que 90% ou 9 instrutores afirmaram que a maioria dos alunos realiza as atividades desenvolvidas. As demais opções não apresentaram valores.

Verifica-se um elevado grau de participação dos alunos em realizar as tarefas apresentadas pelo curso e esse fato depõe a favor da efetividade do programa, por outro lado, alunos que não cumprem com as obrigações escolares e não participam dos eventos do programa, colocam em dúvidas a efetividade do programa.

Com a pretensão de verificar a opinião dos alunos a respeito do curso, os quais muitas vezes discutem suas opiniões entre amigos, foi perguntado aos instrutores se já ouviram alunos fazendo comentários sobre o PROERD. Dados colhidos informalmente juntos aos alunos podem trazer uma visão geral sobre o que pensam do programa.

Após serem questionados se já presenciaram alunos fazendo comentários sobre o programa, obteve-se os seguintes resultados: 100% dos instrutores equivalendo a 10 respondentes, afirmaram que sim, não permitindo a incidência de percentuais para outras opções.

De posse destas informações, buscou-se então mensurar a frequência em que os comentários ocorreram, pelo fato de que uma amostra maior tende a permitir dados mais precisos. Os instrutores foram questionados a esse respeito, tendo as seguintes opções de respostas: a maior parte dos alunos faz comentários a respeito do PROERD; aproximadamente metade dos alunos faz comentários a respeito do PROERD; apenas pequena parte dos alunos faz comentários a respeito do PROERD.

Os dados foram assim identificados: 100% dos instrutores, valor que equivale a 10 respondentes, afirmaram que a maior parte dos alunos faz comentários a respeito do PROERD, não havendo valores incidentes sobre as outras opções. O elevado número de alunos fazendo comentários a respeito do programa permite-se conhecer suas opiniões após avaliar a qualidade e direcionamento das informações obtidas.

Sabendo-se a frequência de comentários dos alunos sobre o PROERD, buscou-se então analisar se o conteúdo dos comentários é positivo ou negativo em relação ao PROERD. Comentários negativos ou positivos se relacionam ao nível de aceitação e credibilidade do programa e em conjunto com outros fatores, podem indicar se o programa está ou não sendo efetivo na percepção dos alunos.

Neste contexto, os instrutores foram questionados se podem afirmar que a maior parte dos comentários dos alunos em relação ao PROERD é positiva, tendo as seguintes opções de respostas: Concordo totalmente; concordo em grande parte; não concordo nem discordo; discordo em grande parte; discordo totalmente.

Os resultados apresentaram os seguintes dados: 50% dos respondentes, valor equivalente a 5 instrutores, afirmaram que concordam totalmente; 30% ou 3 instrutores assinalaram que concordam em grande parte e 20% ou 2 instrutores, afirmaram não concordar nem discordar. As demais opções, inclusive em branco ou nulas, não incidiram em percentuais.

Buscou-se também verificar a percepção dos instrutores a respeito de ex-alunos do PROERD que vieram a consumir algum tipo de droga proibida ou permitida. Um nível elevado de ex-alunos do PROERD consumindo drogas, constitui um fato que depõe contra a efetividade do programa, e por isso, julgou-se relevante investigar. Trata-se de uma questão unilateral em termos de resultados, já que a detecção de muitos ex-alunos usando drogas desfavorece a efetividade do curso, porém a ausência de instrutores que tenham presenciado o fato, não soma pontos a favor da efetividade do programa.

Ao questionar os instrutores se tomaram conhecimento de ex-alunos do PROERD consumindo drogas diversas, incluindo álcool e tabaco, obteve-se as seguintes respostas: 90% ou 9 respondentes afirmaram que sim enquanto que 10% equivalendo a 1 respondente afirmou que não.

Devido ao fato do número de instrutores ser relativamente baixo em relação ao número de alunos, uma alta frequência de instrutores presenciando alunos utilizando drogas, pode não revelar resultados precisos, por isso, para aumentar o grau de precisão dos resultados obtidos, formulou-se outra questão buscando verificar a frequência em que o respondentes presenciaram alunos utilizando drogas.

Foi então perguntado aos instrutores que tomaram conhecimento de alunos utilizando drogas, qual foi a frequência em que este fato ocorreu, dando-lhes as seguintes opções de respostas: alta, pois normalmente tenho conhecimento a respeito de ex-alunos utilizando drogas; média, pois às vezes, tenho conhecimento a respeito de ex-alunos utilizando drogas; baixa, pois raramente tenho conhecimento a respeito de ex-alunos utilizando drogas.

Obteve-se os seguintes resultados: 10% equivalendo a 1 dos instrutores, afirmou a frequência alta; 30% dos instrutores ou 3 respondentes, afirmaram uma frequência média e 60% dos respondentes, valor equivalente a 6 instrutores, afirmaram uma baixa frequência, por raramente ter conhecimento a respeito de ex-alunos utilizando drogas. Respostas em branco ou nulas não incidiram em percentual.

Um fato relevante relacionado à efetividade do PROERD, diz respeito à mudança de comportamento do aluno após receber os ensinamentos do programa. Neste contexto, buscou-se a percepção dos instrutores a respeito de possíveis mudanças no comportamento dos alunos, sejam positivas ou negativas, de modo a indicar pontos que permitam medir a efetividade do PROERD neste quesito.

Foi então perguntado aos instrutores, se eles tem percebido mudanças positivas ou negativas no comportamento dos alunos ao final de cada curso, condicionando suas respostas às seguintes opções de escolhas: Com frequência percebo mudanças positivas nos alunos ao final de cada curso; raramente percebo mudanças positivas nos alunos ao final de cada curso; com frequência percebo mudanças negativas nos alunos ao final de cada curso; o período do curso é insuficiente para permitir a observação de mudanças positivas ou negativas em relação ao comportamento dos alunos.

Verificou-se os seguintes dados: 80% dos respondentes, valor correspondente a 8 instrutores, afirmaram que com frequência percebem mudanças positivas nos alunos; 10% ou 1 instrutor, afirmou que raramente percebe mudanças positivas nos alunos; também 10% ou 1 instrutor, afirmou que o período do curso é insuficiente para permitir a observação de mudanças positivas ou negativas em relação ao comportamento dos alunos.

A maior frequência, representando 80% dos instrutores, faz referência à percepção de mudanças positivas em relação ao comportamentos dos alunos, fato que indica que o programa está sendo efetivo quando se trata de moldar as atitudes dos alunos no sentido de procederem corretamente em questões envolvendo drogas e violência.

Em relação ao foco dos ensinamentos do PROERD, os instrutores foram questionados a respeito do grau de prioridade em relação às drogas e à violência. Os respondentes tiveram as seguintes opções de respostas: Os ensinamentos focam prioritariamente a resistência às drogas; os ensinamentos focam prioritariamente a resistência à violência; Os ensinamentos focam igualmente a resistência às drogas e à violência; os ensinamentos não focam a resistência às drogas e à violência.

Buscou-se com esta questão, verificar a percepção dos instrutores quanto ao foco dos ensinamentos do PROERD em relação às drogas e à violência, temas que se relacionam, porém possuem conceitos distintos. Como o programa se propõe a trabalhar tanto a resistência às drogas como a violência, para que seja efetivo, deve atuar de fato nas duas esferas, motivo pelo qual a presente questão foi incluída no instrumento de pesquisa.

Os resultados demonstraram que um percentual de 30% dos instrutores ou 3 respondentes, afirmaram que os ensinamentos do PROERD focam prioritariamente a

resistência às drogas e 70% ou 7 instrutores, afirmaram que os ensinamentos focam igualmente a resistência às drogas e à violência, não restando percentuais para as demais alternativas.

O percentual mais elevado indica uma percepção dos instrutores favorável ao entendimento de que o programa tem abordado igualmente a questão das drogas e da violência, desse modo, envida esforços no sentido de nortear as ações dos alunos sobre como procederem em questões cotidianas que envolvam estes dois temas, fato indicador de que o programa está sendo efetivo.

É evidente que em qualquer programa que se proponha a transmitir conhecimentos a um grupo de alunos, deve ser proporcionado aos seus educadores, os recursos mínimos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, caso contrário, a efetividade deste programa, principalmente em relação à sua eficiência e eficácia, ficará comprometida.

Desse modo, julgou-se necessário avaliar a existência e grau de dificuldades encontradas no desempenho de suas atividades. Os mesmos foram então questionados se na condição de instrutores do PROERD, já encontraram dificuldades para desempenharem suas funções de educadores, obtendo-se os seguintes resultados: 100% dos respondentes, ou 10 instrutores, afirmaram que já encontraram dificuldades.

Após obter informações a respeito das dificuldades encontradas pelos instrutores, o próximo passo foi conhecer estas dificuldades. As informações obtidas tem o potencial de auxiliar a pesquisa a revelar detalhes sobre a efetividade do PROERD, e também pode auxiliar os gestores do programa a identificarem deficiências que necessitem de ações corretivas.

Foi solicitado aos instrutores que citassem até cinco dificuldades encontradas em ordem decrescente de importância. Por se tratar de questão aberta, sem opções de respostas pré-estabelecidas, os dados obtidos foram separados em grupos por similaridade, sendo possível dividi-los da seguinte forma: G1- Deficiências relacionadas a meios-auxiliares de ensino eletrônicos, como equipamentos audiovisuais, computadores e outros do gênero; G2- Deficiências relacionadas a recursos materiais promocionais e de divulgação como camisetas, bonés, *banners*, e impressões gráficas; G3- Falta de efetivo; G4- Falta de apoio das escolas e professores; G5- outros.

Após o processamento dos dados, verificou-se os seguintes resultados: O grupo G1 aparece na percepção de 80% dos instrutores, portanto 8 vezes; o grupo G2 foi mencionado 6 vezes correspondendo a 60% dos respondentes; o grupo G3 aparece 4 vezes, valor equivalente a 40% dos respondentes; o grupo G4 aparece 5 vezes, correspondendo ao pensamento de 50% dos instrutores; o grupo G5 constituído por outras respostas distintas, representa 30% total de instrutores, valor equivalente a 3 respondentes. Ressalta-se que os percentuais ultrapassam o valor de 100%, fato decorrente da possibilidade dos instrutores citarem mais de uma dificuldade encontrada.

A maior parte das atividades do PROERD são realizadas em salas-de-aula pertencentes às escolas do DF, assim, a quantidade e qualidade dos recursos disponibilizados por estas escolas são de total relevância para a efetividade do programa, motivo pelo qual buscou-se então conhecer a percepção dos instrutores sobre estes recursos.

Os instrutores responderam ao seguinte questionamento: os recursos materiais e meios auxiliares disponibilizados pelas escolas para realização das aulas do PROERD, normalmente são satisfatórios? Por se tratar de uma questão fechada, eles tiveram as seguintes opções de respostas: concordo totalmente; concordo em grande parte; não concordo nem discordo; discordo em grande parte; discordo totalmente.

Obteve-se os seguintes resultados: 90% dos instrutores, correspondendo a 9 respondentes, assinalaram a opção concordo em grande parte; 1 instrutor ou 10% da amostra, afirmou discordar em grande parte. A maior frequência apontando para a opção concordo em grande parte, indica que os recursos são bons porém ainda requerem melhorias.

Outro ponto que se relaciona à efetividade do PROERD é a necessidade de melhorias. Necessidade excessiva de melhorias, pode indicar mal funcionamento do programa, do mesmo modo, pouca necessidade de melhorias pode ser um indicador de boa funcionalidade. Foi então perguntado aos instrutores, se acham que a qualidade do PROERD deve melhorar.

O dados apontaram para os seguintes resultados; 80% dos respondentes, equivalendo a 8 instrutores, afirmaram que a qualidade do programa deve melhorar; 20% da amostra ou 2 instrutores, afirmaram que não há necessidade de melhorias.

Após verificar que na percepção dos instrutores há a necessidade de melhorias na qualidade do PROERD, buscou-se então conhecer quais seriam as sugestões propostas por eles para se efetivar estas melhorias. Para isto, a seguinte questão foi direcionada aos instrutores que perceberam a necessidade de melhorias: cite até cinco sugestões de melhorias para o PROERD. As respostas obtidas foram divididas em grupos por similaridade.

Foi possível obter os seguintes grupos de respostas: G1- Aquisição de recursos materiais, audiovisuais, promocionais, gráficos e similares; G2- Material didático adequado à realidade brasileira; G3- Aumento de efetivo; G4- Parceria com outros setores da sociedade; G5- Uma sede adequada para o PROERD/DF; G6- Outros.

As respostas representam os seguintes valores: 87,5% dos instrutores que acham que o PROERD deve melhorar, equivalendo a 7 respondentes, descreveram as respostas tipificadas no grupo G1; 50% ou 4 instrutores, descreveram o grupo G2; 12,5% ou 1 instrutor, descreveu o grupo G3; também 12,5% ou 1 instrutor, descreveu o grupo G4 e 4,68% ou 3 instrutores descreveram o grupo G5 contendo outras opções de respostas.

TABELA 7

PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES A RESPEITO DE SUGESTÕES DE
MELHORIAS PARA O PROERD

Grupo	Percepção	Frequência	%
G1	Aquisição de recursos materiais, audiovisuais, promocionais, gráficos e similares	7	87,5%
G2	Aumento de efetivo	4	50%
G3	Parceria com outros setores da sociedade	1	12,5%
G4	Uma sede adequada para o PROERD/DF	1	12,5%
G5	Outros	3	4,68%
G6	Branco/nulos	0	0%

Fonte: Pesquisa de campo

As sugestões de melhorias representam a opinião dos respondentes a respeito de possíveis falhas detectadas no programa, permitindo assim, o acesso às informações pelos gestores, os quais terão a oportunidade de solucionar problemas pontuais ou genéricos, que possam melhorar a qualidade do PROERD.

O próximo questionamento direcionado aos instrutores buscou a percepção dos mesmos a respeito da eficácia do PROERD ao tentar evitar o primeiro contato com as drogas por parte das crianças e adolescentes em idade escolar. A eficácia do PROERD é um dos pontos principais de sua efetividade, por isso a necessidade de abordar este tema é relevante.

Ao serem questionados a esse respeito, obteve-se os seguintes dados: 100% dos instrutores, correspondendo a 10 respondentes, tem a percepção de que o PROERD tem sido eficaz na tentativa de evitar o primeiro acesso às drogas. Isso significa total efetividade do programa na percepção de seus instrutores, não deixando margens percentuais para outras opções de respostas, inclusive brancos e nulos.

Em complemento à questão anterior, buscou-se conhecer as justificativas dos instrutores para suas respostas relacionadas à eficácia do PROERD. Novamente por se tratar de questão aberta, houve a necessidade de dividir as respostas em grupos por similaridade, obtendo-se os seguintes resultados: G1- O fato do programa atuar na prevenção primária e secundária e com foco na decisão do aluno; G2- O fato de abordar temas negligenciados pela família e pela escola; G3- Por atuar em parceria com a polícia, escola e família; G4- Devido utilizar uma metodologia adequada, lúdica e eficaz; G5- Por abordar temas relevantes sobre drogas e violência; G6- Outros.

Os grupos de respostas geraram os seguintes percentuais: 50% dos respondentes para o grupo G1, representando 5 instrutores; 30% equivalendo ao pensamento de 3 instrutores, para o grupo G2; 20% ou 2 instrutores para o grupo G3; 40% ou 4 instrutores para o grupo G4 e 30%, correspondendo a 3 respondentes, mencionaram o conteúdo do grupo 5. Respostas em branco ou nulas não incidiram em percentuais.

Verifica-se a maior frequência para o grupo G1, referente a atuação primária e secundária do programa, além do foco na decisão do aluno. Sendo na percepção dos instrutores, os fatores que justificam a eficácia do PROERD em evitar o primeiro contato com as drogas e a violência. A segunda frequência mais presente, se refere ao grupo G4 o qual menciona a metodologia adequada e eficiente. Estas e as demais respostas constituem fatores que se relacionam diretamente à efetividade do programa e por isso, não poderiam ser desconsiderados pela pesquisa.

Outra percepção dos instrutores que não poderia deixar de constar na pesquisa, se refere à opinião quanto a avaliação da eficácia do PROERD em relação aos objetivos

propostos. Foi solicitado aos respondentes que atribuíssem uma nota de 1 a 10 ao PROERD, em que 1 se refere ao menor grau de efetividade e 10 ao maior grau.

Após a análise dos dados obteve-se os seguintes percentuais: 20% equivalendo a 2 respondentes, avaliaram o PROERD com nota 7; 60% ou 6 respondentes, atribuíram a nota 8; 20% ou 2 respondentes, avaliaram o programa com a nota nove. Não houve incidência de respostas em branco ou nulas.

As notas 5 e 6 representam valores medianos e como todos os respondentes atribuíram notas superior ao grau 7, tendo a maior frequência o valor 8, verifica-se que a percepção dos instrutores a respeito da eficácia do programa, o coloca em um patamar bem acima da média, portando todos os respondentes consideraram o programa eficaz.

TABELA 8

NOTAS ATRIBUÍDAS PELOS INSTRUTORES PARA A EFICÁCIA DO PROERD
EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS PROPOSTOS PELO PROGRAMA

Notas	Frequência	%
1, 2, 3, 4, 5, 6 e 10	0	0%
7	2	20%
8	6	60%
9	2	20%
Branco/nulos	0	0%

Fonte: Pesquisa de campo

A próxima percepção dos instrutores a ser analisada, se refere ao fato de ministrarem aulas fardados. Trata-se de uma questão polêmica e que divide opiniões a respeito. Os instrutores foram então questionados se acreditam que devem ministrar as aulas do PROERD trajando uniforme militar, obtendo-se os seguintes resultados: 100% dos participantes, equivalendo a 10 instrutores, afirmaram que sim.

De posse destes dados, foi então solicitado aos participantes que justificassem suas respostas a respeito dos instrutores ministrarem as aulas fardados. Foi possível dividir as respostas nos seguintes grupos: G1- Proporciona maior aproximação entre polícia militar e comunidade; G2- Proporciona maior grau de respeito ao instrutor por parte dos alunos; G3- Proporciona atração e encantamento do aluno pela atividade policial militar; G4- Referencial positivo para os alunos; G5- Outros.

Os dados apontaram um percentual equivalente a 60% ou 6 respondentes, para respostas enquadradas no grupo G1; 30% ou 3 respondentes descreveram respostas contidas no grupo G2, valores iguais incidiram para o grupo G3; 20% ou 2 respondentes representam o grupo G4; 40% correspondendo a 4 instrutores, descreveram as respostas contidas no grupo G5 e 40% ou 4 participantes descreveram opções distintas das anteriores.

Percebe-se que todas as opções de repostas contidas no diversos grupos, constituem fatores positivos para a efetividade do PROERD, cabe destacar a frequência mais elevada, referente ao grupo G1 que retrata a percepção dos instrutores indicando que o policial militar fardado em sala de aula proporciona maior aproximação entre polícia militar e comunidade. Este fato traduz um efeito também positivo na relação presente entre a PMDF representada pelo PROERD e a sociedade representada pelos alunos do programa, fato que pode elevar o grau de efetividade do programa.

A próxima questão buscou revelar a percepção dos instrutores sobre a qualidade do PROERD, levando em consideração todos os aspectos que caracterizam o programa. O respondentes foram questionados a esse respeito, tendo as seguintes opções de repostas: Ruim; bom; regular; ótimo; excelente.

Os dados obtidos nesta questão permitem visualizar a opinião dos respondentes a respeito do programa de modo geral, levando em consideração não apenas aspectos pontuais relacionados à sua efetividade, mas aspectos diversos que representam uma visão total de sua funcionalidade e desse modo, demonstram a percepção dos instrutores sobre o programa em todos os aspectos por eles visualizados.

Para esta questão, obteve-se os seguintes dados: 10% dos respondentes, valor equivalente a 1 instrutor, afirmou se tratar de um programa bom; 30% ou 3 respondentes, afirmaram que o programa é ótimo; 60% dos respondentes ou 6 instrutores avaliaram o PROERD como excelente. Não houve percentual para respostas nulas ou em branco.

A maior frequência, referenciando o grau excelente, demonstra uma percepção positiva do programa por parte dos instrutores, os quais acreditam no elevado padrão de excelência e efetividade, fato confirmado com a segunda maior frequência indicando a opção ótimo, grau que também representa um fator positivo em relação à efetividade do PROERD.

TABELA 9

AVALIAÇÃO DO PROERD PELOS INSTRUTORES LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO TODOS OS ASPECTOS QUE CARACTERIZAM O PROGRAMA

Avaliação	Frequência	%
Ruim	0	0%
Bom	1	10%
Regular	0	0%
Ótimo	3	30%
Excelente	6	60%
Branco/nulos	0	0%

Fonte: Pesquisa de campo

A última questão contida no instrumento de pesquisa, buscou revelar a percepção dos instrutores a respeito de possíveis pontos positivos e negativos por eles detectados no PROERD. Ao serem solicitados que escrevessem um ou mais pontos positivos e também um ou mais pontos negativos, obteve-se os grupos de respostas descritos a seguir.

G1- Prevenção eficaz em relação ao uso de drogas pelas crianças e adolescentes; G2- Proporciona interação entre a polícia militar e a sociedade; G3- Complementa a educação da escola e da família em favor da criança; G4- Ajuda a preparar o aluno para o exercício da cidadania; G5- Outros.

O resultados apresentaram os seguintes percentuais: 70% dos respondentes equivalendo a 7 instrutores descreveram as respostas contidas no grupo G1; 60% ou 6 respondentes afirmaram as respostas do grupo G2; 20% ou 2 respondentes, descreveram as respostas do grupo G3; 10% equivalendo a 1 instrutor, respondeu o conteúdo do grupo G4 e 30%, correspondendo às respostas de 3 instrutores, comporam o grupo G5. Respostas em branco ou nulas não incidiram em percentuais.

O fato da maior frequência se referir ao grupo G1, o qual traz respostas relacionadas à prevenção eficaz em relação ao uso de drogas pelas crianças e adolescentes, confirma o entendimento dos instrutores a respeito da efetividade do PROERD quando se trata de evitar o primeiro acesso às drogas por parte das crianças em idade escolar.

TABELA 10

PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES SOBRE ASPECTOS POSITIVOS DO PROERD

Grupos	Percepção	Frequência	%
G1	Prevenção eficaz em relação ao uso de drogas pelas crianças e adolescentes	7	70%
G2	Proporciona interação entre a polícia militar e a sociedade	6	60%
G3	Complementa a educação da escola e da família em favor da criança	2	20%
G4	Ajuda a preparar o aluno para o exercício da cidadania	1	10%
G5	Outros	3	30%
G6	Branco/nulos	0	0%

Fonte: Pesquisa de campo

Estes dados possuem dupla utilidade em relação aos objetivos propostos. Inicialmente tem o potencial de orientar o pesquisador na busca de informações a respeito do nível de efetividade do PROERD, em outro plano, pode orientar os gestores do programa na manutenção dos pontos positivos, permitindo-lhes manter o padrão de efetividade.

Após verificar a percepção dos instrutores a respeito de aspectos positivos do PROERD, buscou-se verificar a percepção destes respondentes a respeito de possíveis aspectos negativos do programa. Ao serem questionados a respeito, obteve-se seguintes grupos de respostas: G1- Falta de material e efetivo; o fato de não atender a toda comunidade.

Após a coleta dos dados verificou-se os seguintes resultados: 10% dos respondentes, valor correspondente a 1 instrutor, mencionou a falta de material e de efetivo como aspecto negativo do programa e os mesmos valores representando também 1 instrutor ou 10% dos participantes, citou como aspecto negativo, o fato do programa não atender a toda a sociedade; 80%, correspondendo a 8 respondentes, se absteram de responder a questão.

A maior frequência compõe o grupo G3, o qual é composto pelas questões em branco ou nulas, representando 80% da amostra. A explicação mais lógica para um percentual tão elevado, se refere ao fato da maioria dos respondentes não terem detectados

aspectos negativos, fato que depõe a favor da efetividade do PROERD, na percepção de seu instrutores.

TABELA 11

PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES SOBRE ASPECTOS NEGATIVOS DO PROERD

Grupos	Percepção	Frequência	%
G1	Falta de material e efetivo	1	10%
G2	Não atende a toda comunidade	1	10%
G3	Branco/nulos	8	80%

Fonte: Pesquisa de campo

Assim como no caso dos aspectos positivos, o conhecimento sobre aspectos negativos, além de orientar o pesquisador a respeito da efetividade do programa, também podem orientar os gestores para adoção de medidas corretivas caso sejam consideradas necessárias.

Com esta questão, finaliza-se este capítulo, o qual fez referência aos procedimentos de análise contido na pesquisa e apresentou os dados obtidos junto aos alunos e instrutores do PROERD. Estes dados após reduzidos a percentuais em uma análise quantitativa, trazem elementos que indicam a percepção dos alunos e instrutores a respeito do PROERD, como será demonstrado adiante nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transcorridas as etapas previstas, obteve-se informações suficientes para responder aos questionamentos contidos no problema e na hipótese formulada na fase inicial da pesquisa. A quantidade de informações obtidas revelou pontos positivos e negativos do programa, permitindo uma avaliação precisa de sua efetividade, tendo como principais dados, a percepção dos alunos e instrutores.

Conforme já mencionado, não há uma fórmula que sirva como indicadora de efetividade ou permita mensurá-la em um programa como o PROERD ou similares, portanto cabe ao caso, verificar o percentual de pontos positivos ou negativos percebidos pelos participantes, bem como suas opiniões a respeito, para que se possa concluir se o programa é ou não efetivo na percepção de seus alunos e instrutores

Levando em consideração que qualquer percentual de respostas positivas ou negativas sobre o programa, que ultrapassem 50%, definem o pensamento da maioria, foi então estabelecido que valores superiores a este percentual, definirão se o programa é ou não efetivo. Quanto mais o percentual se distancie do valor médio que é 50%, maior será o grau de efetividade ou não efetividade do programa.

Algumas questões aplicadas aos alunos, permitiram conhecer suas percepções sobre a efetividade dos programa em relação ao binômio ensino e aprendizagem, fatores essenciais para que o PROERD possa ser considerado efetivo. Nestes aspectos, os dados obtidos no capítulo anterior demonstraram que nenhuma das questões analisadas resultou em percentual igual ou inferior a 50%, portanto há uma percepção positiva em relação a efetividade nestes quesitos, fato confirmado pela média percentual que apresentou o valor de 84,72%.

Outro grupo de questões aplicadas aos respondentes permitiram conhecer suas percepções sobre a efetividade do programa em relação a pontos que atuam diretamente na capacidade dos alunos a resistirem às drogas e à violência, fatores essenciais para que o PROERD possa ser considerado efetivo. Nestes quesitos, os dados obtidos no capítulo anterior demonstraram que a média percentual destas questões, resultou no valor de 68,329%.

Uma questão aplicada aos alunos proporcionou o conhecimento de suas percepções sobre a efetividade do programa com base no desejo de mudanças em pontos que envolvem diretamente ou indiretamente as aulas do PROERD e desse modo, sua metodologia. Nestes aspectos, os dados obtidos demonstraram que um percentual de 67,584% dos alunos não gostariam que houvessem mudanças relacionadas às aulas do PROERD.

Outras questões aplicadas aos alunos proporcionaram conhecer suas percepções sobre a efetividade do PROERD com base na avaliação atribuída ao programa, em pontos específicos de seu funcionamento. Nestes aspectos, os dados obtidos no capítulo anterior demonstraram que a média percentual atingiu o valor de 73,304%.

Algumas questões direcionadas aos alunos proporcionaram conhecer suas percepções sobre a efetividade do programa tendo como base o nível de aceitação ou simpatia pelo PROERD. Nestes aspectos, os dados obtidos demonstraram que a média percentual incidiu no valor de 88,691%.

Outro grupo de questões permitiu conhecer a percepção dos alunos a respeito da efetividade do PROERD tendo como base a eficácia do programa como um todo ou em partes distintas. Nestes aspectos, os dados obtidos demonstraram que a média percentual apresentou o valor de 83,335%.

Já a média percentual de todas as questões relacionadas à percepção dos alunos em relação a efetividade do PROERD, constituiu o percentual de 77,660%, portanto dentro da zona de efetividade positiva. Na escala de efetividade, o valor mediano positivo é de 75% e o valor mediano negativo é de 25%, verificando-se assim, que na percepção dos alunos, o PROERD além de efetivo, possui uma efetividade elevada por superar o valor de 75%.

Do mesmo modo que para os alunos, algumas questões foram aplicadas aos instrutores com a intenção de obter suas percepções sobre a efetividade do programa em relação a aspectos diversos. O primeiro aspecto analisado se refere ao ensino e aprendizagem, fatores que se interligam diretamente ao correto funcionamento do

PROERD. Nestes aspectos, os dados analisados no capítulo anterior demonstraram que a média percentual que atingiu o valor de 76,66%.

Algumas questões aplicadas aos instrutores proporcionaram conhecer suas percepções sobre a efetividade do PROERD com base na avaliação atribuída ao programa em pontos específicos de seu funcionamento. Nestes aspectos, os dados obtidos no capítulo anterior demonstraram uma média percentual a qual se estabeleceu em 95%, valor que corrobora com a efetividade do PROERD na visão dos instrutores.

Outras questões foram aplicadas aos instrutores com o objetivo de conhecer suas percepções sobre a efetividade do PROERD, tendo como base a eficácia do programa em pontos específicos de seu funcionamento. Nestes aspectos, os dados obtidos no capítulo anterior demonstraram que a média percentual foi constituída pelo valor de 76,66%, portanto dentro da zona positiva de valores relacionados à efetividade do programa.

Outras questões direcionadas aos instrutores, buscaram suas percepções a respeito dos recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades como educadores. Nestes aspecto, os dados obtidos no capítulo anterior demonstraram que a média percentual se estabeleceu em 85%, mantendo-se na zona positiva favorável à eficácia do programa.

Com estes dados, verifica-se que a média percentual de todas as questões relacionadas à percepção dos instrutores em relação a efetividade do PROERD, constituiu o percentual de 83,33%, portanto dentro da zona de efetividade positiva. Pelo fato deste valor figurar acima do percentual mediano positivo que é de 75%, verifica-se que na percepção dos instrutores, o programa além de efetivo, possui uma efetividade elevada, assim como na percepção dos alunos.

O último grupo de dados analisados a ser apresentado, traz a percepção dos alunos e instrutores sobre fatos e acontecimentos que podem servir de base para melhorias do PROERD, caso seus gestores assim entendam. Trata-se de informações obtidas nas diversas questões e que chamam a atenção, seja por apresentarem elevado grau de relevância ou por demonstrarem potencial para instruir mudanças positivas no programa. Neste aspectos, os dados obtidos seguem adiante.

Um percentual de 47,033% dos alunos receberam mais informações sobre drogas com os amigos do que com os próprios pais, um percentual inferior de 44,067% dos alunos, afirmaram que os pais são sua principal fonte de conhecimentos sobre drogas. Talvez, seja interessante que as aulas do programa contemplem orientações destinadas aos familiares para que possam conversar mais com seu filhos a respeito das drogas;

A droga proibida mais consumida pelos alunos é a maconha, com um percentual de 71,785% de alunos usuários, seguida pelo crack, que apresentou um percentual de 16,071%. Os temas abordados nas aulas do PROERD poderiam incluir ações preventivas específicas, enfatizando o combate a estas drogas.

76,271% dos alunos participantes da pesquisa já consumiram álcool; 25,635% dos alunos se absteram de responder à questão que os indagavam se já receberam propostas para usarem drogas. Sobre este fato, os instrutores poderiam trabalhar com mais ênfase questões dessa natureza, para que temas assim não se convertam em tabus e dificultem o aprendizado; 2,996% disseram que vale a pena experimentar drogas, fato preocupante, para alunos em idade escolar, requerendo mais ações preventivas.

Um percentual de 29,449% dos alunos gostariam que algo fosse mudado nas aulas do PROERD, as principais mudanças seriam: Aplicar o PROERD em mais anos do ensino fundamental, percepção de 50,423% dos alunos; mais atividades extras-classes, percepção de 22,457% dos alunos; mais atividades lúdicas, percepção de 9,957% dos alunos; manusear drogas reais nas aulas, percepção de 6,991% dos alunos; providências clínicas em favor dos alunos, percepção de 3,389% dos alunos.

73,516% dos alunos afirmaram sentirem-se seguros com a presença do policial militar fardado em sala de aula; 94,703% dos alunos entendem que o instrutor deve utilizar uniformes da polícia militar durante as aulas e 4,237% entende que deve usar trajes civis.

Na percepção dos alunos, o PROERD apresenta os seguintes aspectos positivos: bons ensinamentos, pensamento de 35,593% dos alunos; instrutores legais, pensamento de 28,813% dos alunos; o fato de ajudar crianças e adolescentes a se afastarem das drogas,

pensamento de 15,042% dos alunos; as brincadeiras, pensamento de 13,983% dos alunos. Estes dados podem servir de orientação ao planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo programa;

Na percepção dos alunos, o PROERD apresenta os seguintes aspectos negativos: não tem em todas as séries/anos do ensino fundamental, pensamento de 17,584%; não tem em todas as escolas, pensamento de 11,016% dos alunos; poucas brincadeiras, pensamento de 7,203% dos alunos; instrutores fumando, percepção de 0,635% dos alunos. Chama a atenção a possibilidade de se ter instrutores fumando, por menor que seja o percentual, requerendo providências a respeito, mesmo que a título de orientações.

Um percentual de 40% dos instrutores acham que a metodologia do PROERD deve ser modificada, valor que não corresponde a maior frequência, mas que merece atenção por parte dos gestores do programa; 40% dos instrutores, entendem que o material didático adotado pelo PROERD não atende aos objetivos propostos pelo programa, fato que também convém ser analisado pelos gestores do PROERD.

80% dos instrutores acham que a qualidade do PROERD deve melhorar, para isso, eles descreveram várias sugestões de melhorias. As principais sugestões foram: aquisição de recursos materiais, audiovisuais, promocionais, gráficos e similares; aumento de efetivo; parceria com outros setores da sociedade; uma sede adequada para o PROERD/DF.

100% dos instrutores acreditam que devem ministrar as aulas do PROERD trajando uniforme militar. As principais justificativas seriam: proporciona maior aproximação entre polícia militar e comunidade; proporciona maior grau de respeito ao instrutor por parte dos alunos; proporciona atração e encantamento do aluno pela atividade policial militar; referencial positivo para os alunos.

Na percepção dos instrutores, o PROERD apresenta os seguintes aspectos positivos: prevenção eficaz em relação ao uso de drogas pelas crianças e adolescentes; proporciona interação entre a polícia militar e a sociedade; complementa a educação da escola e da família em favor da criança; ajuda a preparar o aluno para o exercício da

cidadania; Na percepção dos instrutores, o PROERD apresenta os seguintes aspectos negativos: falta de material e efetivo; não atende a toda comunidade.

Diante de todas as informações anteriormente descritas, obtidas principalmente por meio da percepção dos alunos e dos instrutores do PROERD ao responderem questões relacionadas à efetividade do programa, as quais envolveram temas relacionados à eficiência, eficácia, metodologia e aceitação do programa entre outros, foi possível transformar os dados subjetivos em dados objetivos quantificáveis e valorar o a efetividade do programa na percepção dos participantes da pesquisa.

Foi possível obter em cada grupo envolvido na pesquisa, ou seja, alunos e instrutores, valores percentuais originados através de avaliações positivas ou negativas em relação pontos do programa ou a ele como um todo. As questões foram elaboradas de forma a permitir a obtenção de valores percentuais, os quais para serem considerados favoráveis ao programa ou positivos, deveriam ocupar posições acima de 50%, sendo desfavoráveis ao programa ou negativos se posicionarem-se abaixo desse valor. Como quanto mais próximo de 100% ou de 1% os valores indicassem, mais positiva ou negativa seria o grau de efetividade do programa.

Conforme valores descritos anteriormente, a média percentual obtida com a percepção dos alunos resultou no valor de 77,66% e a média percentual dos professores resultou no valor de 83,33%. Estes dados permitem responder aos questionamentos contidos inicialmente na pesquisa, referentes ao problema e as hipóteses formuladas.

Quanto ao problema formulado, o qual questiona qual a percepção dos alunos e instrutores do PROERD implementado pela PMDF a respeito de sua efetividade política-institucional e social, constatou-se nas respostas dos participantes da pesquisa, que tanto os alunos como os instrutores, possuem percepções positivas à respeito do PROERD, as quais confirmam um entendimento favorável à efetividade funcional do programa.

Quanto à hipótese, a qual antecipava a possibilidade da percepção tanto dos alunos quanto dos instrutores ser significativamente favorável ao PROERD em termos de sua efetividade funcional, esta foi confirmada como válida. O fato de constar pela pesquisa a confirmação da hipótese em relação a percepção dos alunos e instrutores, mostra que o

PROERD deve continuar exercendo sua função social que muito contribui para prevenir o uso de drogas pelos jovens.

Os dados também permitiram elaborar sugestões aos gestores do PROERD, como exemplo:

- Envidar esforços para que o PROERD seja aplicado em mais anos do ensino fundamental e mais escolas, objetivando atender ao anseio dos alunos;
- Envolver com maior frequência, a família dos alunos nas atividades do programa, objetivando transmitir informações úteis que possam por eles ser repassadas aos filhos sobre questões que envolvam drogas e violência;
- Dar maior ênfase às orientações a respeito dos males causados pela maconha e pelo crack, por serem visualizadas na pesquisa como as drogas mais utilizadas pelos alunos;
- Priorizar a aquisição de recursos materiais audiovisuais e aumento de efetivo, com o objetivo de otimizar as atividades desenvolvidas pelos instrutores.

Diversas outras sugestões de melhorias estão contidas nas respostas dos alunos e instrutores e podem ser visualizadas no capítulo anterior e também na parte intermediária destas considerações finais. Para finalizar, ressalta-se a necessidade de novas pesquisas a respeito do tema, porém a nível nacional, permitindo verificar pontos positivos e negativos detectados junto ao PROERD nos diversos estados brasileiros, fato que pode incorrer em troca de experiências entre os gestores das diversas polícias militares que desenvolvem o programa, o que pode facilitar a solução de problemas diversos.

REFERÊNCIAS

- BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BOVO, V. HERMANN, W. **Mapas Mentais – Enriquecendo Inteligências** – Edição dos autores, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases – LDB. Brasília DF. 1996.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética/Secretaria de Educação fundamental. MEC/SEF. Brasília, 1997.
- BRASIL. Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006. D.O.U. de 24.08.2006, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato20042006/2006/Lei/L11343.htm>. Acesso em: 10 maio 2014.
- CALDAS, Graça. **Mídia, Educação Científica e Cidadania**: a experiência das revistas Eureka e ABC das Águas. In AMORIM, PINTO, GISNALDO (Orgs). *Divulgação Científica e Práticas Educativas*. Ed. CRV, Curitiba, 2010.
- CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 2007.
- CRUZ, A. R. **Educar para prevenir o abuso das drogas**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade de Santa Úrsula, 1990.
- DICIONÁRIO INFORMAL. **Dicionário de português gratuito**. Internet 2006. Disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/> acesso em 10 de outubro de 2015.
- DISTRITO FEDERAL. **Manual do Mentor**. Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Polícia Militar do Distrito Federal. Brasília, 2004.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto n. 31.793 de 11 de junho de 2010**. Regulamenta a aplicação do inciso II, do artigo 48, da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal. Brasília DF. 2010.
- DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**, São Paulo, Martins Fontes, 2007.
- E. DURKHEIM. **A Divisão do Trabalho Social**. Abril Cultural.São Paulo. 1979.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.
- MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**, Companhia Melhoramentos. São Paulo, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Matriz Curricular Nacional:** Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária.** 5º ed. Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório mundial sobre drogas 2014 do UNODC.** Escritório Contra Drogas e Crime. Disponível em: www.unodc.org.br. 2014. Acesso em 06 de julho de 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10.** Porto Alegre: Editora Artes Medicas Sul, 1993.

OSÓRIO, Luis Carlos. **Família hoje.** Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.

PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L. **Docência no ensino superior.** São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PMDF. **Planejamento Estratégico 2011-2022:** Planejamento à segurança cidadã do Distrito Federal no século XXI/Polícia Militar do Distrito Federal – Estado Maior/Seção de Inteligência Estratégica Ciência e Tecnologia I Ed, Brasília – PMDF/Rio de Janeiro:Talagarça 2011.

PMDF. **Portaria nº 917 de 05 de agosto de 2014.** Estabelece as Normas Gerais de Ensino da Polícia Militar do Distrito Federal – NGE. Brasília DF. 2014.

PMDF. **Portaria nº 950 de 27 de janeiro de 2015.** Regulamenta o Instituto Superior de Ciências Policiais no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Brasília DF. 2015.

SENAD. Secretaria Nacional Antidrogas . **Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil.** Brasília. 2011.

SILVEIRA, Dartiu Xavier. **Um guia para a família,** Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional Antidrogas - Presidência da República. Brasília, 2000.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Difel, São Paulo, 1983.

VIGOTSKI, L. S. **El Primer Año.** Obras Escogidas IV. Aprendizaje Visor. Madrid, 1996a.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Ed. UNB. Brasília, DF, 2004.

ANEXO I
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

PARTE 1 – DADOS PESSOAIS

1.1 FAIXA ETÁRIA

Tenho ____ anos de idade. (escrever o número correspondente à sua idade)

1.2 GÊNERO

- Masculino
 Feminino

1.3 ESCOLARIDADE ATUAL

Atualmente estou cursando o ____ ano do ensino _____. (informar em qual ano do ensino fundamental ou médio está matriculado atualmente)

1.4 ESCOLARIDADE NO ANO EM QUE CURSOU O PROERD

Cursei o PROERD: (pode marcar mais de uma alternativa se for o caso)

- No 5º ano do ensino fundamental
 No 6º ano do ensino fundamental
 No 7º ano do ensino fundamental
 Outro: ____ ano

2- QUESTÕES A RESPEITO DAS DROGAS E VIOLÊNCIA

2.1 Você sabe o que é droga?

- Sim Não

Se sim, escreva o nome de uma ou mais substâncias que você considera ser droga: _____

2.2 Você acha que as drogas fazem mal à saúde?

- Sim Não

2.3 As informações que você possui sobre as drogas foram obtidas: (pode marcar mais de uma alternativa se for o caso)

- Com seus pais
- Com seus amigos
- Nas aulas do PROERD
- Com outras pessoas

2.4 Você já experimentou cigarro?

- Sim Não

Se sim, em que período experimentou?

- Antes de ter cursado o PROERD
- Durante o curso do PROERD
- Depois de ter cursado o PROERD

2.5 Você já experimentou bebida alcoólica?

- Sim Não

Se sim, em que período experimentou?

- Antes de ter cursado o PROERD
- Durante o curso do PROERD
- Depois de ter cursado o PROERD

2.6 Você já experimentou alguma droga proibida?

- Sim Não

Se sim, em que período experimentou?

- Antes de ter cursado o PROERD
- Durante o curso do PROERD
- Depois de ter cursado o PROERD

Se sim, qual tipo de droga usou _____

2.7 Você já presenciou algum amigo seu usando drogas proibidas?

- Sim Não

Se sim, marque a alternativa que melhor descreve sua reação em relação a esse fato:

- Sentiu vontade de denunciá-lo à polícia
- Sentiu vontade de se afastar de seu amigo
- Sentiu vontade de conversar com ele a respeito dos males causados pelas drogas
- Permaneceu indiferente em relação ao fato

2.8 Sobre as drogas, você acha que:

- São legais
- Vale à pena experimentar
- São perigosas
- Não tenho opinião

2.9 Você já recebeu proposta para usar drogas?

- Sim
- Não

Se sim, qual foi sua resposta?

- Disse sim
- Disse não e comentou o fato com outras pessoas
- Disse não e não comentou o fato com ninguém
- Não disse nada

2.10 Das opções abaixo, qual você considera mais importante para redução do uso das drogas?

- Orientação dos pais e familiares
- Orientação dos amigos
- Os ensinamentos do PROERD
- Repressão policial

2.11 Você já se envolveu em alguma briga depois de ter cursado o PROERD?

- Sim
- Não

Se sim, quantas vezes?

- Uma vez
- Duas vezes
- Mais de duas vezes

PARTE 3- QUESTÕES A RESPEITO DO PROERD

3.1 Você acha que as aulas do PROERD podem lhe ajudar a ficar longe das drogas?

- Sim
- Não

Se não, marque a alternativa que mais justifica sua resposta:

- Os ensinamentos do PROERD são incapazes de motivar a criança/adolescente a resistir às drogas
- As orientações vindas dos familiares são mais eficazes que as orientações vindas dos instrutores do PROERD
- As orientações vindas dos amigos são mais eficazes que as orientações vindas dos instrutores do PROERD

- Os ensinamentos do PROERD são difíceis de se aprender.
 Outros.

3.2 Você acha que as aulas do PROERD podem lhe ajudar a não cometer atos de violência?

- Sim Não

Se não, marque a alternativa que mais justifica sua resposta:

- As aulas do PROERD não ensinam a evitar a violência
 As aulas do PROERD pouco ensinam a evitar a violência
 As aulas do proerd muito ensinam a evitar a violência porém são de difícil compreensão.

3.3 Você acredita que as aulas do PROERD podem ajudar as demais crianças e adolescentes a não praticarem violência

- Sim Não

3.4 Como você avalia as aulas do PROERD?

- São chatas
 São legais
 São divertidas
 Não tenho opinião

3.5 Você já faltou as aulas do PROERD?

- Sim Não

Se sim, marque a alternativa que mais se adequa à sua resposta?

- Faltei porque as aulas eram chatas
 Faltei porque os ensinamentos eram difíceis de serem entendidos
 Faltei porque não gostava da maneira que os instrutores ministravam as aulas
 Faltei por outros motivos

3.6 Você gostou de ser aluno do PROERD?

- Sim Não

Se não, marque a alternativa que mais justifica sua resposta:

- Não acredito que o PROERD possa ajudar a me manter afastado das drogas e da violência
 As aulas do PROERD são cansativas
 Não preciso de ajuda para me manter afastado das drogas e da violência
 Outros.

3.7 Você já usou os ensinamentos obtidos no PROERD?

Sim Não

Se sim, marque a alternativa que mais se adéqua à sua resposta:

- Os ensinamentos foram úteis quando precisei
 Os ensinamentos foram inúteis quando precisei

3.8 Você já viu alguém que cursou o PROERD fumando, consumindo bebida alcoólica ou utilizando alguma droga após o curso?

Sim Não

3.9 Você gostaria que algo fosse mudado nas aulas do PROERD?

Sim Não

Se sim, o que gostaria que mudasse?

3.10 Como você avalia o PROERD?

- Ruim
 Bom
 Regular
 ótimo
 Excelente

3.11 Você recomendaria o PROERD para seus amigos?

Sim Não

Se não, diga porquê?

3.12 Como você avalia as informações sobre as drogas transmitidas pelo PROERD?

- São boas, pois podem ajudar o aluno a ficar longe das drogas
 São ruins, pois não podem ajudar o aluno a ficar longe das drogas
 São medíocres, pois apenas parte delas podem ajudar o aluno a ficar longe das drogas

3.13 Você acha que o PROERD deve continuar a ser aplicado em sua escola?

Sim Não

3.14 Seus Instrutores no PROERD tinham as habilidades necessárias para transmitir os ensinamentos à crianças e adolescentes?

Sim Não

3.15 Você conhece os ensinamentos do PROERD?

Sim Não

Se sim, marque a alternativa que mais se adéqua ao seu nível de conhecimento:

- Conheço muito os ensinamentos do PROERD
- Conheço pouco os ensinamentos do PROERD
- Conheço razoavelmente os ensinamentos do PROERD

3.16 De modo geral, você acha que o PROERD:

- Ajuda a evitar o primeiro acesso às drogas e à prática de atos violentos por parte da criança e do adolescente.
- Pode evitar apenas o primeiro acesso às drogas
- Pode evitar apenas a prática de atos violentos
- Não ajuda a evitar o primeiro acesso às drogas nem a prática de atos violentos por parte da criança e do adolescente.

3.17 Você já reprovou no PROERD?

Se sim, em qual ano do ensino fundamental?

- 5º ano
- 6º ano
- 7º Ano
- Outro ano

3.18 Você considera o PROERD importante para sua vida?

Sim Não

Se sim, diga o quanto foi importante:

- Muito importante
- Pouco importante
- Importância mediana

3.19 Como se sentiu em relação ao policial fardado em sala de aula?

- Se sentiu seguro
- Se sentiu constrangido
- se sentiu intimidado
- Indiferente

3.20 Como você acha que o policial instrutor do PROERD deve se trajar em sala de aula?

- Deve utilizar o uniforme da polícia militar
- Deve utilizar roupas civis

3.21 Sua participação no PROERD foi motivada por:

- Vontade própria
- Por vontade de seus pais ou familiares
- Por vontade de seus amigos
- Por vontade de seus professores
- por outros motivos

3.22 Sua capacidade de se afastar das drogas e da violência se deve principalmente:

(Marcar apenas uma alternativa)

- Às informações e orientações dos pais ou familiares
- Aos ensinamentos obtidos no PROERD
- Às informações obtidas junto aos amigos
- Às aulas do ensino fundamental
- nenhuma das anteriores

3.23 Você acha que o PROERD mudou de forma positiva sua maneira de se comportar em relação as drogas e à violência?

Sim Não

Se sim, diga o quanto mudou:

- Mudou muito o meu comportamento
- Mudou pouco o meu comportamento
- Mudou medianamente meu comportamento

3.24 De que maneira o PROERD pode te ajudar a se manter afastado das drogas:

3.25 Com base na sua percepção, você pode afirmar que o PROERD tem sido eficaz em manter as crianças e adolescentes afastados das drogas e da violência?

Sim Não

Se sim, atribua uma nota de 1 a 10 à eficácia do PROERD, onde 1 representa o menor grau de eficácia e 10 o grau máximo.

Marque um X abaixo da nota correspondente

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

3.26 Para finalizar, escreva:

Um ou mais aspectos positivos do PROERD:

Um ou mais aspectos negativos do PROERD:

Obrigado pela colaboração.

ANEXO II**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS INSTRUTORES****PARTE 1 – DADOS PESSOAIS****1.1 FAIXA ETÁRIA DO RESPONDENTE**

- Abaixo de 20 anos
- Entre 20 e 29 anos
- Entre 30 e 39 anos
- Entre 40 e 49 anos
- Acima de 50 anos

Posto/graduação _____

1.2 GÊNERO

- Masculino
- Feminino

1.3 FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação
- especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Phd
- Não concluiu ensino superior

1.4 TEMPO DE ATUAÇÃO NO PROERD COMO INSTRUTOR

- Entre 1 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Acima de 20 anos

1.5 TEMPO DE SERVIÇO POLICIAL MILITAR

- Entre 1 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Acima de 20 anos

PARTE 2- QUESTÕES ENVOLVENDO O PROERD

2.1 Você está satisfeito com a metodologia de ensino e aprendizagem adotada pelo PROERD?

Sim Não

Se sim, qual o seu nível de satisfação?

- Totalmente satisfeito
- Muito satisfeito
- Apenas Satisfeito
- Pouco satisfeito

2.2 A PMDF tem providenciado toda a formação de que necessita para desempenhar corretamente as atividades de instrutor do PROERD.

- Concordo totalmente
- Concordo em grande parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em grande parte
- Discordo totalmente

2.3 Você acha que a metodologia empregada pelo PROERD deve ser modificada?

Sim Não

Se sim, marque a alternativa que mais justifica sua resposta:

- A metodologia deve ser totalmente modificada
- A metodologia deve ser muito modificada
- A metodologia deve ser medianamente modificada
- A metodologia deve ser pouco modificada

2.4 O material didático adotado pelo PROERD atende aos objetivos propostos?

Sim Não

Se não, qual das opções a seguir seria a mais adequada?

- Substituir totalmente o material didático utilizado
- Substituir em grande parte o material didático
- Substituir medianamente o material didático
- Substituir em pequena parte o material didático

2.5 Na sua percepção, pode-se afirmar que de modo geral, os alunos correspondem às expectativas do PROERD em relação assimilação dos ensinamentos transmitidos?

Sim Não

Se sim, assinale a alternativa que mais se adéqua a sua resposta:

- De modo geral os alunos assimilam a totalidade dos ensinamentos
- De modo geral os alunos assimilam a maior parte dos ensinamentos
- De modo geral os alunos assimilam medianamente os ensinamentos
- De modo geral os alunos assimilam pequena parte dos ensinamentos

2.6 Quanto ao percentual de alunos que reincidem em faltas às aulas do PROERD (independente do nº de faltas), pode-se afirmar que:

- A média de alunos faltosos reincidentes em cada curso normalmente está abaixo de 1% do total de alunos
- A média de alunos faltosos reincidentes em cada curso normalmente varia entre 2% e 5% do total de alunos
- A média de alunos faltosos reincidentes em cada curso normalmente varia entre 6% e 10% do total de alunos
- A média de alunos faltosos reincidentes em cada curso normalmente varia entre 11% e 20% do total de alunos
- A média de alunos faltosos reincidentes em cada curso normalmente varia acima de 20% do total de alunos

2.7 Pode-se afirmar que o currículo adotado pelo PROERD contempla temas eficazes na preparação do aluno para resistir às drogas e à violência?

- Concordo totalmente
- Concordo em grande parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em grande parte
- Discordo totalmente

2.8 Quanto à participação dos alunos nas atividades desenvolvidas pelo PROERD, pode afirmar:

- A totalidade dos alunos realizam as atividades desenvolvidas pelo PROERD
- A maioria dos alunos realizam as atividades desenvolvidas pelo PROERD
- Aproximadamente metade dos alunos realizam as atividades desenvolvidas pelo PROERD
- A minoria dos alunos realizam as atividades desenvolvidas pelo PROERD
- Não tenho elementos que me permitam responder esta questão

2.9 Já ouviu alunos fazendo comentários a respeito do PROERD?

- Sim Não

Se sim, com qual frequência?

- A maior parte dos alunos faz comentários a respeito do PROERD

- Aproximadamente metade dos alunos faz comentários a respeito do PROERD
- Apenas uma pequena parte dos alunos faz comentários a respeito do PROERD

Pode-se afirmar que a maior parte dos comentários é positiva em relação ao PROERD.

- Concordo totalmente
- Concordo em grande parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em grande parte
- Discordo totalmente

2.10 Você já tomou conhecimento de que ex-alunos do PROERD vieram a consumir algum tipo de droga, inclusive álcool ou tabaco?

- Sim
- Não

Se sim, com qual frequência?

- Alta, pois normalmente tenho conhecimento a respeito de ex-alunos utilizando drogas
- Média, pois às vezes, tenho conhecimento a respeito de ex-alunos utilizando drogas
- Baixa, pois raramente tenho conhecimento a respeito de ex-alunos utilizando drogas

2.11 Ao final de cada curso, você tem percebido mudanças positivas ou negativas no comportamento dos alunos?

- Com frequência percebo mudanças positivas nos alunos ao final cada curso
- Raramente percebo mudanças positivas nos alunos ao final cada curso
- Com frequência percebo mudanças negativas nos alunos ao final cada curso
- O período do curso é insuficiente para permitir a observação de mudanças positivas ou negativas em relação ao comportamento dos alunos

2.12 Em relação ao foco dos ensinamentos do PROERD, pode-se afirmar:

- Os ensinamentos focam prioritariamente a resistência às drogas
- Os ensinamentos focam prioritariamente a resistência à violência
- Os ensinamentos focam igualmente a resistência às drogas e à violência
- Os ensinamentos não focam a resistência às drogas e à violência

2.13 Na condição de instrutor do PROERD, você já encontrou dificuldades para desempenhar suas funções de educador?

- Sim
- Não

Se sim, cite até 5 (cinco) dificuldades encontradas em ordem decrescente de importância: (se precisar, use o verso)

2.14 Os recursos materiais e meios auxiliares disponibilizados pelas escolas para realização das aulas do PROERD, normalmente são satisfatórios.

- Concordo totalmente
- Concordo em grande parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em grande parte
- Discordo totalmente

2.15 Você acha que a qualidade do PROERD deve melhorar?

- Sim
- Não

Se sim, cite até 5 (cinco) sugestões de melhorias para o PROERD: (se precisar use o verso)

2.16 Na sua percepção, o PROERD tem sido eficaz na tentativa de evitar o primeiro contato com as drogas por parte das crianças e adolescentes em idade escolar?

- Sim
- Não

Justifique sua resposta: (se precisar, utilize o verso da folha)

2.17 Quanto à eficácia do PROERD em relação aos objetivos propostos pelo programa, atribua uma nota de 1 a 10, onde 1 representa o menor grau de eficácia e 10 o grau máximo.

Nota _____

2.18 Você acredita que os instrutores do PROERD devem ministrar suas aulas trajando uniforme militar:

Sim Não

Justifique sua resposta: (se precisar, utilize o verso)

2.19 Levando em consideração todos os aspectos que caracterizam o PROERD, você diria que se trata de um programa:

- Ruim
 Bom
 Regular
 Ótimo
 Excelente

2.20 Para finalizar, escreva caso julgue conveniente: (Use o verso se necessário)

Um ou mais aspectos positivos do PROERD:

Um ou mais aspectos negativos do PROERD:

Obrigado pela colaboração.

ANEXO III
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES

1. DADOS PESSOAIS

NOME: _____

CARGO/FUNÇÃO _____

1.1 Formação acadêmica

- Graduação
 Especialização
 Mestrado
 Doutorado
 Phd
 Não concluiu ensino superior

1.2 Tempo de serviço policial militar

- Entre 1 e 5 anos
 Entre 6 e 10 anos
 Entre 11 e 15 anos
 Entre 16 e 20 anos
 Acima de 20 anos

1.2 Qual o efetivo de instrutores atuando no PROERD?_____
_____**1.3 O efetivo descrito na questão anterior é suficiente para atender todas as escolas do DF que solicitam o programa?**

- Sim Não

1.4 Se “não” para a questão anterior, qual seria o efetivo suficiente para atender a demanda das escolas do DF?_____
_____**1.5 Qual o número total ou aproximado de escolas do DF atendidas pelo PROERD desde o início do programa?**_____

1.6 Qual o número total ou aproximado de alunos formados pelo PROERD nas escolas do DF desde o início do programa?

1.7 Do total de alunos formados pelo PROERD no DF, aproximadamente quantos eram de escolas públicas?

1.8 Com que frequência os instrutores participam de cursos voltados ao aperfeiçoamento profissional?

1.9 Os instrutores relatam dificuldades para desempenharem suas funções?

() Sim () Não

1.10 Se “sim” para a questão anterior, quais as principais dificuldades relatadas? (use o verso se necessário)

1.11 Quais os principais requisitos exigidos para que um policial militar seja instrutor do PROERD? (use o verso se necessário)

1.12 Na sua percepção, é possível afirmar que em geral, os instrutores estão satisfeitos com as condições de trabalho junto ao PROERD?

Sim Não

1.13 Se “sim” para a questão anterior, qual alternativa melhor representa o nível de satisfação dos instrutores?

- Alto nível de satisfação
- médio nível de satisfação
- Baixo nível de satisfação

1.14 De modo geral, os recursos disponibilizados pelas escolas tem se mostrado suficientes para o correto desenvolvimento das atividades pedagógicas dos instrutores do PROERD?

Sim Não

1.15 Se “não” para a questão anterior, quais as principais deficiências detectadas? (use o verso se necessário)

Obrigado pela colaboração.

ANEXO IV**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de pós-graduação stricto-senso (mestrado) em Ciência Política do Centro Universitário Euroamericano – UNIEURO e estou realizando a pesquisa intitulada: “O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD) DESENVOLVIDO PELA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF: Sua efetividade à luz da percepção de seus alunos e instrutores”, sob supervisão do professor Dr. Henry Aniagoa Kifordu, cujo objetivo é verificar a percepção dos alunos e instrutores sobre a efetividade do PROERD executado pela Polícia Militar do Distrito Federal. Os resultados obtidos na pesquisa tem o potencial de ajudar os gestores do PROERD a conhecer sua opinião sobre o programa e proporcionar melhorias caso sejam necessárias.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa e sua participação se resume a responder um questionário contendo questões relacionadas ao programa e a sua opinião sobre os resultados obtidos. A participação na pesquisa é voluntária e caso decida desistir de continuar em qualquer momento, terá absoluta liberdade de fazê-lo.

Em todas as fases da pesquisa e na publicação dos resultados, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo sendo omitidas quaisquer informações que possam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção do conhecimento científico.

Como a pesquisa se resume ao preenchimento de um questionário, não há riscos físicos para essa atividade, de modo que os únicos desconfortos que podem ocorrer, se relacionam ao fato de algumas questões estarem relacionadas ao uso de drogas, o que em algumas pessoas, podem causar algum constrangimento, porém reafirmo que o

participante tem a total liberdade em não responder qualquer pergunta ou até mesmo desistir da pesquisa em qualquer momento.

Todos os participantes poderão manter contato com este pesquisador antes, durante ou depois do preenchimento do questionário para sanar qualquer dúvida, seja a respeito da pesquisa, da metodologia utilizada ou do preenchimento do próprio questionário.

Caso você seja menor de idade, este termo de consentimento também deverá ser assinado por um de seus responsáveis legais.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador no telefone (61) 9677-5176, pelo e-mail avanaldo.silva@gmail.com ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Euroamericano – UNIEURO na unidade da Asa sul, Brasília –DF pessoalmente ou através do telefone (61) 3445-5717.

Atenciosamente

AVANALDO DA SILVA SOUSA

Aluno pesquisador

Assinatura do participante

CAMPO DESTINADO AOS PARTICIPANTES MENORES DE IDADE

Consinto em permitir a participação do aluno(a) neste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Assinatura do pai ou responsável